



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RICARDO KASSIUS PRAZERES DE OLIVEIRA

**DIÁLOGOS ENTRE FRANÇA E BRASIL:
AS CONTRIBUIÇÕES DO ACORDO CAPES/COFECUB PARA A GEOGRAFIA DA
BAHIA (1979 – 1992)**

Salvador
2018

RICARDO KASSIUS PRAZERES DE OLIVEIRA

**DIÁLOGOS ENTRE FRANÇA E BRASIL:
AS CONTRIBUIÇÕES DO ACORDO CAPES/COFECUB PARA A GEOGRAFIA DA
BAHIA (1979 – 1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa 1: Análise Urbana e Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora da Silva

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Prazeres de Oliveira, Ricardo Kassius
DIÁLOGOS ENTRE FRANÇA E BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES
DO ACORDO CAPES/COFECUB PARA A GEOGRAFIA DA BAHIA
(1979 ? 1992) / Ricardo Kassius Prazeres de Oliveira.
-- Salvador, 2018.
155 f. : il

Orientadora: Maria Auxiliadora da Silva.
Dissertação (Mestrado - Mestrado em Geografia) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Geociências/Universidade Federal da Bahia, 2018.

1. Geografia Baiana. 2. História das Ideias. 3.
Teoria da Geografia. 4. CAPES/COFECB. 5. História do
Pensamento Geográfico. I. Auxiliadora da Silva,
Maria. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Em minha vida enfrentei muitos desafios, alguns maiores que os outros. Desafios que me fortaleceram e me prepararam para o caminho que eu tenho que seguir. Deus e seus espíritos de luz não me abandonaram; sempre estiveram comigo nessa caminhada, deram-me a força e a coragem para realizar meus sonhos.

Deus colocou muitos anjos em minha vida. Amigos importantes me ajudaram ao longo desse caminho e me fazem lembrar do valor do amor, da amizade e da união.

São muitos rostos e muitos nomes para agradecer:

Ivo e Arleide, meus pais, pelo amor, pela educação, pela dedicação materna e paterna. Sempre apoiaram em meus estudos. Ensinaram-me que a educação e os estudos eram as únicas maneiras de mudar a minha condição de vida.

Minhas avós, Alaíde e Maria, que sempre me apoiaram e nunca esqueceram do meu nome em suas orações.

Minha irmã, Lorena, pelo amor e apoio incondicional.

Maria Auxiliadora da Silva, minha orientadora e mãe (nas horas vagas). Ela me ensinou não apenas o saber geográfico, mas caracteres importantes da vida, como amizade, companheirismo, fidelidade... Antes de conhece-la, eu era um menino indeciso, imaturo e sem muitas perspectivas... Ela e o PEU me ofereceram o norte para que eu alcançasse este grande dia.

Professora Denise Magalhães, professora, também mãe nas horas vagas, confidente, amiga, companheira de pesquisa... Ensinou-me o valor da cartografia, do trabalho de campo. Ela me mostrou a importância de permanecer humano diante da frieza das relações acadêmicas. Ela fez coisas por mim que só mesmo uma mãe faria.

Dona Marcia que me ajudou a caminhar na solidão da vida na Cidade Grande. Obrigado, Marcinha, pelo amor e pelas orações.

A Milton Santos (in memória) e Marie Hélène Tiercelin, sua viúva, pela bolsa Milton Santos, meu primeiro auxílio de pesquisa, onde eu pude ver a geografia com outros olhos e plantar as sementes do meu percurso acadêmico.

Tauane Roberta (a Delegada), minha companheira de todas as horas. Amiga nas alegrias, nas tristezas, na saúde e na doença.

Ao amigo Álvaro Lessa por ter me acompanhado na maior descoberta da minha vida: o conhecimento do meu próprio eu.

Flora, pela amizade e por sempre ter me servido como exemplo de cientista e professora e pela contribuição na feitura da minha dissertação.

Aos meus companheiros do PEU. O processo de produção de uma pesquisa tem momentos de muita solidão e dor. Ter amigos como vocês, do meu lado, tornou esse momento bem menos doloroso. Nós somos uma família, assim, escrever 100 ou 200 páginas, para nós, nunca será um ato agônico.

Aos meus amigos do Centro Espírita Francisco Alves pelos ensinamentos e orientação.

Agradeço aos Amigos da POSGEO, Itanajara e Detinha, pela amizade e pela atenção sempre presentes. Vocês facilitaram (e muito) a minha vida!

Aos meus professores do POSGEO e do Departamento de Geografia, Alisson Diniz, Angelo Szaniecki Perret Serpa, Antonio Angelo Martins da Fonseca, Antonio Puentes Torres, Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito, Alcides dos Santos Caldas, Dária Maria Cardoso Nascimento, Emanuel Fernando Reis de Jesus, Rubens de Toledo Junior, Wendel Henrique Baumgartner, Claudemiro Cruz Neto, Noeli Pertile, por todo o conhecimento e experiência transmitidos. Em cada página da minha dissertação há um pouquinho de cada um de vocês.

Jéssica Gleizer, colega de curso e amiga. Ao compartilharmos nossas angustias e problemas de mestrandos, nos sentíamos mais fortes e mais competentes para cumprir nossos compromissos com a geografia e com o povo brasileiro.

Ao meu ex-companheiro Igor de Jesus, pelos momentos de alegria e conforto durante esses dois últimos anos que coincidiram coma feitura da dissertação.

Aos meus amigos do CESUPA pela amizade e por tornar a minha vida mais divertida.

Eu fui ajudado em todos os momentos da minha vida. Difícil listar os nomes de todos.... Deixo meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que dividiram comigo os momentos de bonanças e dificuldades dessa vida.

Sempre grato.

OLIVEIRA, Ricardo kassius Prazeres de. **Diálogos entre França e Brasil: as contribuições do Acordo CAPES/COFECUB para a Geografia da Bahia (1979-1992)**. 155 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

Pesquisar a história das ciências é uma atividade necessária. Uma reflexão radical deve remontar-se ao passado na busca das motivações e inspirações para abordar as crises e os desafios do momento atual. A Geografia da Bahia, apesar dos esforços de Silva (1992, 2001, 2004, 2009), Silva (2003) e Souza (2015), carece de trabalhos que elucidem fatos importantes do pretérito, empreendimentos que contribuíram para consolidação da pesquisa científica nesse estado brasileiro. Destarte, esta dissertação contribui para um aprofundamento dos saberes acerca da história das ideias geográficas na Bahia, ao passo que elucida os pressupostos econômicos, políticos e ideológicos do Acordo CAPES/COFECUB e expõe seus desdobramentos teóricos, discursivos e metodológicos. Há, entre os assuntos tratados, um exame das perspectivas desenvolvidas, dos temas e dos problemas concernentes à Geografia, abordados durante o vigor dos Projetos 11/79 e 11/79/85 do referido convênio. Para o alcance desses objetivos, fez-se uso do materialismo histórico e dialético, uma filosofia da história que compreende as mudanças e revoluções científicas como processos intrinsecamente conectados às transformações que ocorrem na forma e no conteúdo da formação econômica, política e social. Os documentos escritos foram a principal fonte de informação, o que impulsionou adotar-se a Análise do Discurso Francesa (ADF), aqui denominada por Análise Materialista do Discurso (AMD), dada suas profundas afinidades com os ideais marxistas. No tocante ao período estudado (1979-1992), trata-se da vigência dos Projetos 11/79 e 11/79/85 do Acordo CAPES/COFECUB, um período denso, de curta duração, que representou um momento de efervescência da produção científica na Bahia, possível de oferecer ricos e acessíveis elementos factuais.

Palavras-chaves: Geografia baiana. História da ciência. Acordo Capes-Cofecub.

OLIVEIRA, Ricardo kassius Prazeres de. **Diálogos entre França e Brasil: as contribuições do Acordo CAPES/COFECUB para a Geografia da Bahia (1979-1992)**. 155 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RÉSUMÉ

Rechercher l'histoire de la science est une activité nécessaire. Une réflexion radicale doit revenir sur le passé à la recherche des motivations et des inspirations pour faire face aux crises et aux défis du moment présent. Malgré les efforts de Silva (1992, 2001, 2004, 2009), Silva (2003) et Souza (2015), la géographie de Bahia manque d'une élucidation importante du passé, qui a contribué à la consolidation de la recherche scientifique dans cet état brésilien. Ainsi, cette thèse contribue à approfondir les connaissances sur l'histoire des idées géographiques à Bahia, tout en éclaircissant les bases économiques, politiques et idéologiques de l'accord CAPES / COFECUB et exposant ses ramifications théoriques, discursives et méthodologiques. Parmi les sujets discutés, un examen des perspectives développées, des thèmes et des problèmes concernant la géographie, abordés pendant la vigueur des projets 11/79 et 11/79/85 dudit accord. Pour atteindre ces objectifs, le matérialisme historique et dialectique a été utilisé, une philosophie de l'histoire qui comprend des changements et des révolutions scientifiques tels qu'ils sont intrinsèquement liés aux transformations qui se produisent sous la forme et dans le contenu de la formation économique, politique et sociale. Les documents écrits constituaient la principale source d'information, ce qui a encouragé l'auteur à adopter l'analyse du discours en français (ADF), appelée ici analyse du discours matérialiste (AMD), compte tenu de ses affinités profondes avec les idéaux marxistes. En ce qui concerne la période étudiée (1979-1992), il s'agit de la validité des projets 11/79 et 11/79/85 de l'accord CAPES / COFECUB, une période dense de courte durée qui représente un moment d'effervescence de la production scientifique dans la Bahia, possible d'offrir des éléments factuels riches et accessibles.

Mots-clés: Géographie de Bahia. Histoire de la science. Accord Capes-Cofecub.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Área de estudos da segunda etapa do Acordo CAPES/COFECUB (1985-1992) – Projeto 11/85/91.....	82
Figura 2	Áreas visitadas pelas excursões dos geógrafos franceses, entre 1980 e 1983, durante o vigor do Projeto 11/79, do Acordo CAPES/COFECUB.....	94
Figura 3	Esboço de uma definição teórica de geossistemas.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Professores visitantes franceses da USP, UDF e UB, entre os anos de 1934 e 1972.....	61
Quadro 2	Relação dos Projetos CAPES/COFECUB aprovados no ano de 1979.....	75
Quadro 3	Professores franceses que vieram para o Brasil dentro do Acordo CAPES/COFECUB.....	85
Quadro 4	Cursos e Seminários proferidos pelos professores franceses sob os Projetos 11/79 e 11/85/91 do Acordo CAPES/COFECUB.....	88
Quadro 5	Outros tipos de colaboração dos professores franceses.....	90
Quadro 6	Missões de doutorado.....	93
Quadro 7	Produção científica.....	96
Quadro 8	Meios ecodinâmicos no Sertão Sisaleiro, por Lage e Argolo (2002).....	121
Quadro 9	Unidades da paisagem e suas respectivas escalas conforme G. Bertrand.....	124

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A CONSTRUÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	19
2.1	A COMPREENSÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS.....	19
2.2	SOBRE O DISCURSO E SUA ANÁLISE.....	24
2.3	O DISCURSO, O ENUNCIADO E A SOCIOESPACIALIDADE.....	30
2.3.1	O enunciado: um evento geográfico.....	31
2.3.2	A rede de discursos e enunciados.....	35
3	UMA PEQUENA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A FRANÇA.....	38
3.1	A PRESENÇA FRANCESA NOS PRIMEIROS SÉCULOS DO BRASIL COLÔNIA.....	38
3.2	AS VISÕES DOS VIAJANTES E CRONISTAS FRANCESES ACERCA DO BRASIL: JEAN DE LÉRY E ANDRÉ THEVET.....	43
3.3	A PRESENÇA FRANCESA NO BRASIL DO SÉCULO XVIII E SUAS INFLUÊNCIAS.....	46
3.4	NO SÉCULO XIX, A INFLUÊNCIA DOS FRANCESES AINDA MAIS FORTE.....	49
3.5	O SÉCULO XX: AS MISSÕES FRANCESES E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.....	56
4	O ACORDO CAPES/COFECUB E O FORTALECIMENTO DA GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.....	69
4.1	O LABORATÓRIO DE GEOMORFOLOGIA E ESTUDOS REGIONAIS DA UNIVERSIDADE DA BAHIA (UBA): UM ANTECEDENTE HISTÓRICO DA PRESENÇA DA GEOGRAFIA FRANCESA NA BAHIA.....	70
4.2	O ACORDO CAPES/COFECUB.....	74
4.3	OS PROJETOS 11/79 E 11/85: O ACORDO CAPES/COFECUB NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.....	76

4.4	DE CLAVAL PARA TELÉSFORO: UM PRECIOSO DEPOIMENTO.....	99
5	A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA SOB O ACORDO CAPES/COFECUB.....	103
5.1	A GEOGRAFIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1970 E 1980: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS.....	103
5.2	A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA SOB OS PROJETOS 11/79 E 11/85 – ACORDO CAPES/COFECUB – NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1979 – 2002).....	114
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
	REFERÊNCIAS.....	144

1 INTRODUÇÃO

Todo trabalho científico resulta de um diálogo entre os seres humanos, os livros e a própria realidade. Assim, a ciência não é uma dimensão a parte, ela atende a alguma intencionalidade. Posto isto, considera-se justo iniciar esta dissertação com a atribuição de respostas para as seguintes interrogações: por que se deve pesquisar a história do pensamento geográfico baiano? Para que público é dirigido? Como concretizá-la? Esta tríade é mais complexa do que aparenta.

Atente-se: esta dissertação versa sobre uma fase da história das ideias geográficas na Bahia, um período que se estende entre os anos de 1979 a 1992. Nessa fração de tempo, estiveram em vigor os Projetos 11/79 e 11/79/85 do *Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária Brasil/França*, conhecido como Acordo CAPES/COFECUB. Inicialmente, tal iniciativa visava o desenvolvimento científico em universidades brasileiras do Nordeste, estendendo-se, posteriormente, aos demais estados brasileiros, e ao intercâmbio acadêmico entre o Brasil e a França. Portanto, esse Acordo com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) finalizou-se há mais de 20 anos, deixando um importante legado.

Sabe-se que as pessoas não são eternas, e os documentos, embora possam ser preservados pelas técnicas da arquivologia, tem seus sentidos alterados com a dinâmica da vida. Assim, esta dissertação é um esforço geográfico e historiográfico. Objetivou-se reunir arquivos, organizá-los e trazê-los à vitalidade da investigação científica e ao debate acadêmico. Isto equivale a uma nova atribuição de sentidos, transformar documentos relativamente esquecidos em fontes ricas da história.

Qual é a função da recuperação do passado para o trabalho científico? Em que circunstância o cientista recorre ao progresso? Citam-se duas possibilidades de resposta: a primeira é aquela em que o presente está imerso em crises, devendo-se retornar ao pretérito na busca das causas (*raíces*) desses efeitos, ou da elucidação dos mesmos. Eis o porquê de as análises radicais iniciarem sempre com as explanações históricas (o caso, por exemplo, de *Por Uma Geografia Nova*, de Milton Santos), sob a forte confiança nas leis dialéticas da interação universal e do desenvolvimento em espiral. A segunda é a necessidade da memória, pois como já foi mencionado, as pessoas e os documentos são perecíveis. Assim, é preciso que, em algum momento, certos agentes devam gerar mecanismos de preservação e reanimação da memória.

Os atuais geógrafos baianos necessitam alimentar o interesse pela memória. Eles têm se repousado sobre a zona de conforto criada pelo movimento de renovação da década 1970. Isto não é inteiramente ruim, já que as ideias críticas ainda têm muito a oferecer. No entanto, devem buscar novas rotas, abrirem-se para novas possibilidades... Esta Geografia não deve esquecer que a atual realidade está a desafiar aqueles que se tornaram seus profetas e interpretes, geógrafos brasileiros e estrangeiros. Nessas condições, conhecer o passado da Geografia baiana e o heroísmo dos seus personagens pode e deve aguçar a intuição dos mais jovens para o conhecimento sobre o que aconteceu com a Geografia antes deles.

Esta dissertação se destina, sobretudo, aos mais jovens geógrafos. Como um trabalho que organiza e analisa fontes históricas, ela pode ser concebida como um recurso pedagógico para o ensino/aprendizado da história do pensamento geográfico brasileiro e baiano. Ela vem complementar os trabalhos de Silva (1992, 2001, 2002, 2009), Silva (2003) e Souza (2015). Ela torna acessível a todo estudante de Geografia, informações sobre um dos momentos de transformação e consolidação da ciência geográfica no estado da Bahia. Esse é o principal tema de nosso estudo.

Outrossim, a pesquisa pretende suscitar a curiosidade desse período tão rico da Geografia, tentando solucionar indagações pessoais do seu próprio autor. Como todo aprendiz, ele se viu confuso e angustiado diante dos problemas da ciência geográfica. Desde então, encontrar essa dimensão profunda tornou-se uma das causas da sua carreira de geógrafo. Ele poderia ter escolhido muitos caminhos para cumprir esse objetivo. Todavia, dadas as dimensões das suas incertezas e crises existenciais, a investigação histórica, aquela capaz de romper com as barreiras do tempo e do espaço, foi a eleita. Em verdade, a história sempre foi para os geógrafos a principal via de acesso para as mais profundas reflexões filosóficas. Milton Santos que o diga.

O autor desta dissertação possui um certo fascínio pela gênese e consolidação da Geografia baiana. Sempre se indagou sobre o peso da Geografia francesa nesse processo e sobre as reais motivações do Estado francês em investir em ciência e tecnologia no Brasil. Há, sobre este tema, ricos relatos, como os de Silva (1992, 1999) e Vasconcelos (2012). Todavia, faz-se necessário aprofundá-los, pois a história da presença francesa na Geografia da Bahia exige que se questione os fatores econômicos e políticos impulsionadores dos intercâmbios e das influências culturais

entre o Brasil e a França. Assim, questionou-se: i. Que condições históricas, econômicas, sociais e políticas impulsionaram a constituição do Acordo CAPES/COFECUB e o estabelecimento dos Projetos 11/79 e 11/79/85? ii. Quais foram os desdobramentos teóricos, discursivos e metodológicos do intercâmbio científico e cultural, promovido pelo CAPES/COFECUB, para a Geografia baiana? iii. Qual é o legado dos professores franceses e do Acordo para a Geografia do presente?

Orientada por estas interrogações, esta dissertação almeja, *como objetivo geral*, analisar o papel das relações bilaterais Brasil/França no desenvolvimento da Geografia baiana, seus pressupostos políticos, ideológicos e seus desdobramentos discursivos, temáticos e teóricos. Quanto aos *objetivos específicos*: i. Contribuir para um aprofundamento dos saberes acerca da história das ideias geográficas na Bahia; ii. Investigar os pressupostos econômicos, políticos e ideológicos do Acordo CAPES/COFECUB; iii. Analisar os desdobramentos teóricos, discursivos e metodológicos do referido Acordo para a consolidação da pesquisa geográfica na Bahia; iv. Examinar as perspectivas desenvolvidas, os temas e problemas concernentes à Geografia, abordados durante o vigor dos Projetos 11/79 e 11/79/85, do mencionado Acordo. Estes objetivos, juntamente com as interrogações supracitadas, serviram como um norte para o exercício da pesquisa. Ainda resta uma questão: o caminho, o método e a metodologia utilizada.

Os Projetos 11/79 e 11/79/85, do Acordo CAPES/COFECUB, conseguiram estabelecer uma escola de pensamento. O trabalho científico realizado sob suas égides possui uma certa homogeneidade. A maioria são adeptos das *concepções sistêmicas francesas* e da *géographie sociale*, duas das formações discursivas em vigor no Brasil, durante o período referido. Compreender a gênese desse grupo, em sua complexidade, exige uma vinculação entre conhecimento, contexto e ideologia (MARQUES; MEDEIROS, 2003). Tal unidade, por sua vez, exige uma análise de conjuntura, englobando a dimensão econômica, política, cultural e espacial.

Assim, para a feitura desta dissertação, calcada numa pesquisa de natureza explicativa, o autor utilizou procedimentos de ordem *histórica* e *analítica*. O fenômeno é compreendido na ordem diacrônica e processual. Essa diacronia foi concebida conforme o *materialismo histórico e dialético*. Assim, parte-se do pressuposto que a história das ciências recebe fortes influências dos transcursores econômicos, políticos e sociais de uma dada conjuntura socioespacial.

Como o trabalho repousou sobre documentos tomados como fontes históricas, fez-se uso da *Análise Materialista do Discurso* como procedimento metodológico e como perspectiva de leitura. Destarte, recorre-se constantemente às categorias *ideologia*, *formação discursiva*, *memória discursiva* como descritores das dinâmicas do conteúdo científico. Estes e outros temas serão matéria para o primeiro capítulo.

Partindo dessas colocações, pode-se dividir a pesquisa em duas etapas (GIL, 2002): *i. Pesquisa Bibliográfica*: em vista da produção científica de geógrafos, filósofos, sociólogos e cientistas políticos brasileiros e estrangeiros que participaram direta e indiretamente das pesquisas realizadas sob o vigor dos Projetos 11/79 e 11/79/85; *ii. Pesquisa Documental*: com os relatórios e documentos institucionais que versam sobre as relações França-Bahia e a presença dos geógrafos franceses no Departamento de Geografia, da UFBA.

O *recorte temporal* da pesquisa realizada para a elaboração deste escrito requer, também, certa atenção. Tomou-se como base o período de 1979 a 1992. O primeiro marco temporal diz respeito a data de assinatura do Acordo CAPES/COFECUB e do estabelecimento dos consequentes convênios. O segundo marco temporal assinala o seu encerramento. Entre estas datas, 14 docentes do Departamento de Geografia e dois docentes do Departamento de Geologia, da UFBA, capacitaram-se a nível de especialização, mestrado e doutorado, nas Universidades de Toulouse Le Mirail (Toulouse II), Bordeaux-Montaigne (Bordeaux III) e Strasbourg, fomentando condições favoráveis à criação, em 1995, do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fazendo usufruto das ideias de Vasconcelos (2009) e Braudel (1983), considera-se que tal recorte se refere a um *período denso*, de curta duração, porque representa um momento de efervescência da produção científica, possível de oferecer ricos e acessíveis elementos factuais. Entre essas datas, não se identificou *hiatos temporais* — intervalos sem informações documentais. Ao contrário, foi necessário selecionar documentos para evitar redundâncias.

Na busca de concretizar sua intencionalidade, o autor estruturou este trabalho em quatro capítulos, além da *Introdução* e das *Considerações Finais*. No capítulo referente ao referencial teórico e metodológico (Capítulo 1), denominado de *A construção metodológica*, discorre-se sobre a teoria da história que fundamenta esta narrativa, o procedimento metodológico e sobre os conceitos e categorias de análise que foram utilizados durante a pesquisa. A filosofia marxista e suas derivações é o fio

condutor deste trabalho. Portanto, sua cosmovisão é materialista e, em muitos aspectos, racionalista e estruturalista.

O Capítulo 2, *Uma pequena história das relações entre o Brasil e a França*, versa sobre os meandros da presença francesa no povoamento e constituição do Brasil. A narrativa se inicia nos primórdios da colonização, com a França Antártica e Equinocial, abordando os aspectos das invasões francesas às possessões portuguesas na América. Em seguida, abordar-se-ão as influências do pensamento político francês em inúmeras revoltas separatistas acontecidas durante o período colonial. A Missão Artística Francesa, já no século XIX, também se constitui em uma das matérias dessa sessão. As missões científicas e técnicas perpetradas por pensadores franceses, durante todo o século XX, e seus papéis na política nacional e internacional será o último assunto a ser tratado neste capítulo.

O terceiro capítulo, intitulado *O Acordo CAPES/COFECUB e a consolidação da Geografia na Universidade Federal da Bahia*, tratará dos aspectos institucionais do referido convênio. Assim, ele possui um caráter descritivo. Nele, tratar-se-á dos antecedentes históricos dos Projetos 11/79 e 11/79/85. Serão exibidos preciosos relatos de professores franceses, como Paul Claval e Jacques Hubschman. Serão, também, tratados alguns aspectos do Acordo, em relação a Geografia da Bahia, como a criação de dois cursos de Especialização, bem como, anos mais tarde, a criação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO).

O quarto capítulo, de natureza mais crítica, trata dos desenvolvimentos teóricos e metodológicos da pesquisa geográfica baiana, decorrentes do Acordo. Denominado de *A produção geográfica baiana sob o Acordo CAPES/COFECUB*, esse capítulo trata dos temas e problemas de pesquisa, bem como as formações discursivas que orientaram o esforço científico dos geógrafos franceses e brasileiros que materializaram as intencionalidades do convênio. Aí, analisa-se a trajetória dos pensamentos, os diálogos entre influências, os traços teóricos e empíricos em artigos, dissertações e teses elaborados no Brasil e na França, entre os anos de 1979 e 1992. Para evitar redundâncias, nem todos os documentos estudados foram citados. É importante salientar que alguns artigos, embora escritos durante o período supracitado, só foram publicados em 2002, numa coletânea patrocinada pelo Governo do estado da Bahia, com o objetivo de tornar acessível a todos os frutos dessas minuciosas pesquisas e itinerários geográficos. Contudo, esses dez anos não

provocaram alterações significativas na dinâmica das formações discursivas nos textos analisados.

2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

As representações que tais indivíduos elaboram referem-se à sua relação com a natureza, ou sobre suas relações entre si, ou ainda a respeito de sua própria natureza.

Marx e Engels, 1932.¹

Esta sessão versa sobre o referencial teórico e metodológico do presente trabalho. Toda investigação histórica se apoia numa teoria, numa cosmovisão. Perguntas do tipo: “como surgiu a sociedade? Como, dentro de uma organização social, surgiram as ciências? O que determina, no tempo e no espaço, as dinâmicas do pensamento humano?”, podem, a depender da corrente filosófica, receber respostas diversas. Para esta viagem que se inicia, a bússola escolhida foi o Materialismo Histórico e Dialético, tendo como procedimento metodológico a Análise Materialista do Discurso, um dos mais interessantes desdobramentos do pensamento marxista.

2.1 A COMPREENSÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS

Toda a ciência, possuindo uma natureza histórica, no seu âmago, deseja contar a história de alguma coisa. Não se defende, com tal afirmação, o apriorismo do tempo. Não, o tempo é a representação do ciclo da vida, do trabalho e das técnicas. Só existe tempo porque há alteração dos seres e das coisas — o movimento do espaço faz o tempo. Então, o tempo é uma relação.

Toda ciência é histórica. O conhecimento científico é uma resposta a problemas concretos, isto é, questões e palpitações de uma época. Embora a problemática de uma pesquisa científica seja, muitas vezes, levantada por mentes individuais, cravejadas de aspectos subjetivos, não se pode desprende-las do contexto no qual ela desponta. A subjetividade não é uma dimensão solipsista — seus conteúdos brotam da experiência individual em situações coletivas. Portanto, o subjetivo científico está ancorado numa intersubjetividade, numa vivência comum da realidade.

¹ Nota de rodapé a Ideologia Alemã, obra de Karl Marx e Frederick Engels, publicada em 1932 como Die Deutsche Ideologie. Originalmente, trata-se de um trecho suprimido no manuscrito dos autores e resgatado pelos trabalhos de edição e tradução da obra.

Toda a ciência é a história de alguma coisa. O estudo aprofundado de um fenômeno implica em compreendê-lo como o instante de um processo, um evento, uma conjugação de fatores. Por exemplo, para se entender a segregação e a fragmentação do litoral nordeste da Bahia é necessário que se recorra à sua história, para que se apreenda as causas e as modalidades da ocupação/apropriação da terra, as formas de divisão e estruturação do tecido urbano da Região Metropolitana de Salvador (MAGALHÃES, 2016). Assim, a Geografia, por exemplo, não é apenas a ciência do espaço geográfico como, também, um estudo da história do sistema indissolúvel de objetos e relações.

Essas considerações estão assentadas sobre os pressupostos do Materialismo Histórico e Dialético. Esta teoria da história está assentada sobre três pressupostos: i. a existência de seres humanos vivos em interação (a força da produção); ii. a estrutura interna e externa das sociedades como produto do processo de produção (o estado social); iii. e a criação de ideias, de representações da consciência como resultantes das relações entre forças produtivas e relações de produção² (MARX, 1980 [1845]; MARX; ENGELS, 2010 [1845-1846]).

Quais as consequências desses postulados para este trabalho? Como sua principal fonte de conhecimentos e informações é um conjunto de documentos escritos num dado contexto socioespacial (1979-1992), passa-se a compreendê-los como respostas às questões suscitadas por agentes sociais em um determinado período histórico. Se se almeja uma compreensão profunda do que foi a presença francesa na Geografia baiana, o ponto de partida deve ser as relações dialéticas entre ciência e realidade.

Todavia, não se deve esquecer que, como todas as ciências, a Geografia é profundamente influenciada pelas inclinações sentimentais e morais dos cientistas. Portanto, além de se conhecer o contexto histórico de cada comunidade científica, é necessário interrogar, também, sobre a trajetória dos seus membros e coletar fatos que podem ter contribuído para a adesão ou o repúdio para com uma teoria ou paradigma científico.

² “Feuerbach dilui a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais. [...] O ponto de vista do antigo materialismo é a sociedade ‘civil’; o do novo materialismo, a sociedade humana ou a humanidade socializada” (MARX, 1980 [1845], p. 209).

Posto os três postulados, entra-se uma polêmica séria: a relação entre teoria marxista da história e luta de classes. Onde situa-la? Embora, neste trabalho, ela perca a exclusividade da condição de “o motor da história”, permanece como uma prolífica fonte de conteúdos e sentidos para a realização dos três pressupostos já citados.

O conteúdo da ciência, em toda a história, foi atravessado pelos conflitos de diversas ordens. Por exemplo, por muito tempo, o discurso da ciência geográfica foi elaborado e reproduzido no sentido de legitimar políticas territoriais de determinadas nacionalidades, como no Império Germânico e na França da *belle époque*. Em ambos os países, o trabalho do geógrafo era direcionado para a legitimação das ações imperialistas. Inclusive, alguns dos primeiros trabalhos de Paul Vidal de La Blache, publicados na revista *Anales de Géographie*, descrevia os itinerários de conquistas de viajantes franceses pelo continente americano. Já na década de 1950, o discurso apologista de Fred Schaefer a uma Geografia Teorética, apoiada na linguagem “universal” das ciências “naturais” e “exatas”, carregava o intuito de camuflar as contradições do espaço e legitimar as ações das classes hegemônicas. Nos dias atuais, boa parte da produção no campo da Geografia Agrária, no Brasil, é construída junto ao Movimento dos Sem Terra (MST), às lutas de comunidades pesqueiras e quilombolas, na maioria das vezes, ressaltando o caráter perverso da lógica capitalista e suas consequências nefastas para a existência daqueles que necessitam da terra para sobreviver. Assim, ao longo de toda a história, as lutas de classes influenciou o trabalho do geógrafo e ofereceu tonalidades políticas e sociais à Geografia.

Para além da questão da luta de classes, a teoria materialista da história foi elaborada num diálogo entre a ontologia, a epistemologia e a lógica. A dimensão ontológica (a natureza e a estruturação do mundo e dos seres que o habitam) e a epistemologia (a origem e a validade do conhecimento) foram levemente tocadas nas páginas anteriores. Tais dimensões se interpenetram; isolá-las, dentro da filosofia marxista, é retornar à forma abstrata de estruturação do pensamento, atitude típica dos neo-hegelianos.

No tocante a lógica, pode-se dizer que a partir de Hegel, Marx e Engels houve uma grande superação. Como acontece na lógica fundada por Aristóteles, a lógica dialética é regida por algumas leis fundamentais. Engels (1976 [1878]), Lefebvre (1983) e Politzer (1954) elucidaram-nas em suas investigações filosóficas. São elas:

i. lei da interação universal; ii. lei do movimento universal; iii. lei da unidade dos contrários; iv. transformação da quantidade em qualidade; e, por última, v. a lei do desenvolvimento em espiral.

A lei do *movimento universal* ou do desenvolvimento incessante é a grande constatação do filósofo Heráclito e um grande golpe no imobilismo da metafísica defendida, principalmente, por Parmênides (POLITZER, 1954). A natureza é vista, na dialética, não em estado de imobilidade e imutabilidade, “[...] mas como um estado de movimento e mudanças perpétuas, de renovação e desenvolvimento incessante, onde sempre qualquer coisa nasce e se desenvolve, qualquer coisa se desagrega e desaparece” (POLITZER, 1954, p. 46). A compreensão dialética da história intenciona mergulhar no nascimento e no ocaso dos fenômenos. Trata-se, segundo Lefebvre (1983, p. 238), de reintegrar a realidade em seu movimento: “[...] movimento interno, que vêm deles mesmos, e movimento externo, que os envolve no devir universal”.

Como ilustração, toma-se o desenvolvimento da Geografia como exemplo. Entre 1892, ano da publicação dos primeiros números dos “*Anales de Géographie*”, na França, até a publicação de “*A natureza do espaço*”, de Milton Santos, em 1996, no Brasil, as mudanças são flagrantes. Seu objeto de estudo se transformou, modificando, também, suas categorias de análise, seus métodos e procedimentos empíricos. Tais mudanças interdisciplinares não podem ser excluídas do movimento geral, tanto no nível acadêmico quanto nas demais instâncias, onde se tem, ao longo desse percurso, as ciências sociais se aproximando de uma teoria crítica e de uma realidade que se equipa com os mais modernos avanços nos meios de telecomunicações; um conjunto de saberes que rompem com a velha dicotomia sujeito-objeto num planeta que enfrentou duas guerras mundiais e uma série de revoluções mal conduzidas.

Destarte, é necessário estar atento para as conexões locais e universais, a chamada *ação recíproca*, ou *Lei da Interação Universal*. Isolar os elementos da realidade é privá-los de sentido, de conteúdo e explicação (LEFEBVRE, 1983). Essas conexões não são harmônicas. Como foi elencada, *a unidade dos contrários* é um dos postulados da dialética. Trata-se do motor de toda a mudança. Não há movimento que não seja produto de sua contradição, de uma luta interna de contrários. Tal concepção, segundo Engels (1976 [1878], p. 102) é imprescindível “[...] se quisermos focalizar os objetos dinamicamente, acompanhando-os em sua mobilidade, vendo-os transformar-

se, viver e influir uns sobre os outros”. No próprio mundo do pensamento, não se está livre do império da contrariedade, como a pugna entre o autoconhecimento, relativamente ilimitado, e o conhecimento do real transcendente, limitado (ENGELS, 1976 [1878]; LEFEBVRE, 1983).

Por exemplo, o movimento de renovação da Geografia, entre os anos 1960 e 70, em especial, e todo o debate que se desdobrou do XV Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG) de 1978, em Fortaleza, é composto pelo enfrentamento de muitas correntes divergentes ou contraditórias. Como nos coloca Moreira (2013, p. 29), “[...] há marxistas, há quem passe ao largo do marxismo e há mesmo antimarxistas entre os envolvidos no processo da reformulação da Geografia”. O que existiu e persiste é um movimento plural, convergente apenas no descontentamento metodológico, mas propondo cada um o seu caminho para solucionar as questões. Portanto, não é correto imaginar-se a Geografia como um monólito. Seu desenvolvimento é repleto de querelas e muitos conflitos.

Outras duas leis da dialética que ajudam a entender a evolução da Geografia e das demais ciências é a *transformação da quantidade em qualidade* e a da *superação*. A teoria e a prática não podem criar nada que, desde o início, esteja pronto e acabado. O momento da ação aparece quando estão reunidas todas as condições objetivas para que o salto se opere. Tal passagem implica, simultaneamente, a continuidade e a descontinuidade. Eis a *superação*: “[...] modificar ou rejeitar sua forma, remanejar seu conteúdo” (LEFEBVRE, 1983, p. 241). Trata-se do desenvolvimento em espiral, ou seja, “[...] o retorno acima do superado para dominá-lo e aprofundá-lo, para elevá-lo de nível libertando-o de seus limites” (LEFEBVRE, 1983, p. 240).

A história do pensamento geográfico, além de ser constituída de muitos conflitos de ordem teórica e metodológica, é repleta de saltos qualitativos e de superações. Por exemplo, a Geografia científica, historicamente, é a sistematização e o aprofundamento de conhecimentos que, a princípio, eram transmitidos oralmente, servindo como instrumento de territorialização dos homens comuns — denominada por Claval (2001) de *géographie vernaculaire* —, e que ao longo do tempo se instrumentalizou para atender os interesses imperialistas dos Estados capitalistas. De um extremo a outro, foram necessárias inúmeras pequenas acumulações, como o desenvolvimento de instrumentos e técnicas capazes de aumentar a cognição dos seres humanos em relação ao planeta Terra. A cada inovação empreendida neste

sentido, pode a Geografia ressignificar seu objeto de estudo e suas categorias de análise, conservando as características que a tornaram singular perante as demais ciências (CLAVAL, 2001; SANTOS, 2012 [1978]).

Entende-se a lógica concreta como uma forma de operacionalizar, nas pesquisas historiográficas, as concepções do materialismo histórico e dialético. Atentos para os riscos eminentes de uma compreensão linear e determinista do desenvolvimento do discurso científico, uma boa leitura das leis propostas por Marx e Engels permite acessar os mecanismos das transformações históricas.

No entanto, quando se tem, como objeto de estudo, muitos escritos, por não possuir categorias de análises específicas para tal empreendimento, a compreensão materialista da história demonstra-se insuficiente. Ao tomar consciência dessas limitações, o sociolinguista marxista Michel Pêcheux (1995 [1975]) propõe, no ano de 1969, dando continuidade aos estudos de Althusser (1980 [1968]) e Bakhtin (1997 [1929]), a Análise do Discurso (AD).

2.2 SOBRE O DISCURSO E SUA ANÁLISE

Em que situações se faz pertinente o uso da Análise Materialista do Discurso³ (AMD)? Em pelo menos duas situações: i. quando, tendo por ponto de partida algum enunciado (texto oral ou escrito), almeja-se alcançar suas articulações interiores (a linguagem) e exteriores (o social e o psicológico) implícitas (ORLANDI, 2007); ii. quando, além do conteúdo de uma obra, busca-se a sua significação, a evolução dos seus sentidos e suas implicações ideológicas — dimensão discursiva (PÊCHEUX, 1995 [1975]).

Antes de se aprofundar em tal procedimento metodológico, é necessário distingui-lo da *Análise de Conteúdo* (AC). Esta é um instrumento de pesquisa constituída por uma dimensão quantitativa e outra qualitativa. Na primeira, “traça-se uma frequência dos caracteres que se repetem no conteúdo do texto”, uma espécie de espectro terminológico (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 682). Nos domínios do segundo aspecto, tenta-se extrair uma característica geral que defina ou qualifique esse espectro terminológico. Sob essa égide, o texto é uma forma de expressão dos

³ A maioria dos pesquisadores prefere se referir a tal procedimento como Análise do Discurso Francesa (ADF). Entretanto, atualmente, a análise do discurso francesa muito se diversificou. Destarte, a vertente marxista-pêcheuxiana convive com outras orientadas pelas ideias de Charaudeau e Pierre Bourdieu.

sujeitos, passível de uma caracterização a partir das suas unidades (palavras ou frases) que se repetem, ao mesmo tempo em que se infere uma expressão que as representem (CAREGNATO & MUTTI, 2006).

Caregnato e Mutti (2006) listam, ainda, algumas técnicas muito peculiares à AC. Uma delas é a *dedução frequencial*, que consiste em enumerar a ocorrência de um mesmo signo linguístico ao longo de um texto, não se preocupando com o seu sentido, culminando com descrições puramente estatísticas⁴. Tal técnica deve, no processo de análise do conteúdo, ser sucedida por outra: a *análise por categorias temáticas*. Esta visa desmembrar os elementos do texto (palavras e frases) em categorias, conforme os temas que emergem durante a leitura. Para isso, é preciso indicar a identidade e a alteridade desses elementos, permitindo o agrupamento (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Segundo Rocha; Deusdará (2005), a AC está centrada, sobretudo, na neutralidade do método. Isto faz com que seus analistas não busquem os sentidos das palavras e frases — que estão além daquilo que os próprios enunciados aparentam retratar —, garantindo a obtenção de resultados “mais precisos”. Trata-se “[...] do equívoco clássico de associar análise quantitativa a objetividade, algo que pode ser observado no grande número de estudos pautados por essa orientação” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 309).

Além do patrulhamento em prol da “objetividade”, os estudos sob a AC afastam qualquer indicio de subjetividade que possa invalidar a análise. “A explicitação de um ponto de vista [...] desvirtua os rumos da análise, ou seja, a ideologia é vista como o descaminho da descoberta científica” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 310). Trata-se da valorização da ideia de cientista como um observador imparcial “[...] em detrimento daquela segundo a qual ele seria responsável por produzir uma intervenção sobre o mundo” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 312). Isto, segundo Rocha; Deusdará (2005, p. 313), permitiria apresentar os resultados como “[...] a descoberta de algo que possui existência independente e anterior à elaboração do projeto de pesquisa”.

⁴ Pêcheux (1997 [1969], p. 64), antes de propor sua teoria do discurso, compôs muitas críticas aos diversos instrumentos e correntes à AC. A respeito da dedução frequencial, apesar de considerar alguns avanços, como o desenvolvimento de instrumentos estatísticos adequados ao tratamento da informação (relação coluna/frequência), ele coloca a seguinte crítica: “[...] tudo se passa como se a superfície do texto fosse uma população [...], mas os efeitos de sentidos que constituem o conteúdo do texto são negligenciados. Paga-se a objetividade da informação recolhida pela dificuldade de fazer dela o uso que se previra”.

A *análise materialista do discurso* (ADM), ao contrário da AC, tem a ideologia e o sujeito como duas de suas categorias centrais. Ela está fundada nas ideias do filólogo russo Mikhail Bakhtin (1997 [1929]) e dos filósofos franceses Louis Althusser (1980 [1968]) e Michel Pêcheux (1997 [1969], 1995 [1975]) — todos de orientação marxista.

Todavia, antes de tecerem-se as considerações sobre as categorias da ADM, é necessário definir a palavra “discurso”. Com base nas ideias de Pêcheux (1997 [1969], 1995 [1975]) e Jakobson (1969), a comunicação é constituída de cinco elementos: 1) o *emissor* (quem fala), 2) o *destinatário* (para quem se fala) e 3) o *código linguístico* (a língua), são os mais imediatos; 4) o *referente*, ou seja, o contexto ao qual o enunciado se remete, pode ser apreendido ao longo da leitura; 5) o último elemento é a *sequência verbal*, o conteúdo da mensagem. Este é o mais profundo e problemático, porquanto possui algumas camadas fluidas: o *significante*, o *significado* e o *sentido*. O primeiro é o elemento tangível e material do signo, o *enunciado*. O segundo é o conceito. O terceiro trata do significado submetido às circunstâncias históricas e sociais da escrita ou da fala; portanto, relaciona-se ao uso de uma palavra em determinada conjuntura. O discurso pertence a essa terceira camada da sequência verbal, a dimensão dos sentidos.

Se se procura no Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1913, p. 685), encontra-se o termo *discurso* “[...] como um conjunto ordenado ou metódico de frases, pronunciadas em público, ou escritas como se tivessem de ser proferidas ou lidas em público”. Este conceito persiste nos dicionários atuais. No entanto, quando nos adentramos para as teorias analistas do discurso, como as de Pêcheux (1997 [1969], 1995 [1975]), Foucault (2013 [1970]) e Maingueneau (2008), a palavra é ressignificada. Para Pêcheux (1997 [1969], 1995 [1975]), o discurso corresponde aos efeitos de sentido — isto é, o sentido em sua dinâmica histórica — numa frase ou enunciado⁵. Para Foucault (2013 [1970]), o discurso ocupa um lugar entre o pensamento e a palavra, manifestando-se por duas dimensões: “realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (2013 [1970], p. 8) e manifestação ideológica da coisa⁶.

⁵ Para Pêcheux (1995 [1975], p. 91), “[...] a discursividade não é a fala (*parole*), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a abstração da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou realização de uma função”.

⁶ Segundo Michel Foucault (2013 [1970], p. 10), “[...] o discurso não é simplesmente que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto de desejo; e visto que [...] o discurso não é

Maingueneau (2008, p. 15-19), define o discurso como “uma dispersão de textos”, um espaço de regularidades enunciativas, regido por “um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação”; por exemplo, o discurso marxista é delimitado por critérios que distingue o marxismo do “não-marxismo”. Por questões teóricas, metodológicas e ideológicas, trabalha-se com a definição pêcheuxiana.

Michel Pêcheux, para construir uma teoria do discurso e um dispositivo de análise, envereda-se pela filosofia do conhecimento para criticar as ideias de Saussure (1987 [1915]) e Chomsky (2015 [1957]). Estes, ao defenderem a ideia de uma transparência da linguagem nos processos de comunicação (cotidianos, literários, filosóficos e científicos), submetiam-se às terias *empiricistas* do conhecimento. Segundo Pêcheux (1995 [1975]):

Parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das ideias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjuntos de fatos, objetos, acontecimentos ou atos (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 77).

Com base nas palavras supracitadas, os círculos de Saussure (1987 [1915]) e Chomsky (2015 [1957]) acreditavam num conjunto de signos com significados universais, que garantiria a transparência das línguas e a nitidez das comunicações. Isto colocaria os códigos linguísticos acima das particularidades históricas, das ideologias e da própria subjetividade. Trilhando uma via contrária, Pêcheux (1997 [1969], 1995 [1975]) enxergava a linguagem como um instrumento de *comunicação*, e, ao mesmo tempo, de *não-comunicação*, ou seja, “[...] autoriza a divisão sob a aparência de unidade” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 160). Sob a superfície do significado, existe a inexorável força do *sentido*, profundamente, orientada pelas ideologias do sujeito⁷: “o sentido de uma palavra, de uma expressão [...] não existe em si mesmo [...], mudam segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 160).

simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

⁷ Para Pêcheux (1995 [1975], p. 91), “[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista [...]. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como base comum de processos discursivos diferenciados [...]”.

A respeito do termo ideologia, Pêcheux (1997 [1969], 1995 [1975]) tomou como referência o trabalho do seu colega da *École Normale Supérieure* e companheiro de militância Louis Althusser (1980 [1968]). Este, a partir de Gramsci (1978 [1955]), superou o sentido negativo do termo ideologia, concebendo-a como “[...] o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1980 [1968], p. 69). Em seu sistema, reclassifica-a em *ideologia em geral* e *ideologias particulares*, ambas operando como instrumentos de revitalização das relações de produção. A primeira, nos dizeres de Althusser, não teria história, porque é “[...] *omni-histórica*, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento estão [...] naquilo a que se chama a história inteira” (ALTHUSSER, 1980 [1968], p. 75), ou seja, desde os primórdios da humanidade que os seres humanos são interpelados por ideias e representações.

Pode-se incluir no rol das *ideologias particulares* a religião, a moral, as ideias científicas, filosóficas e jurídicas. Pêcheux as denominará de formações ideológicas, isto é, instâncias da ideologia em geral ou regiões da superestrutura, “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 166), que se relacionam com os conflitos interclasses.

Em Pêcheux (1997 [1969], 1995 [1975]), as formações ideológicas operam nos enunciados (palavras, expressões, proposições etc.) através das *formações discursivas*, ou seja: “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada [a religião, a moral, o aparelho jurídico e a ciência], isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado das lutas de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 160, acréscimo nosso). Elas estabelecem as regras que delimitam e qualificam os discursos e os enunciados. Estes recebem seu sentido das formações discursivas sob as quais são produzidos. Por exemplo, entre as formações discursivas *marxista* e *fenomenológica*, os termos *fenômeno* e *coisa*, bem como a relação entre *sujeito* e *objeto*, variam profundamente de sentido.

Outra demonstração: o termo região, no sistema de Milton Santos, ao longo de sua obra, varia de sentido. Em 1953, no livro *Os Estudos regionais e o Futuro da Geografia*, tal recorte espacial era definido por peculiaridades que saltavam à vista do geógrafo. É evidente, neste caso, as influências da formação discursiva da Geografia clássica francesa. Em 1978, quando o autor lança *Por uma Geografia nova*, o sentido

do termo região é determinado não apenas pelas particularidades socioambientais, como por relações *supraescalares* de ordem nacional e global. Trata-se de um jogo de influências de novas formações discursivas. Nesse momento, Santos (2012 [1978]) se inspirou no existencialismo, no marxismo e na lógica de Whitehead (1994 [1920]).

Todavia, indicar as formações discursivas que imperam sobre uma obra científica ou literária não é o suficiente. “Não deveríamos considerar que há separação, distância ou discrepância, na frase, entre **o que é pensado antes**, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 99, grifo nosso). Este “anterior e exteriormente refletido e produzido”, através de Paul Henry (1997 [1969]), alguns meses após o lançamento do trabalho fundador de Pêcheux (1997 [1969]), recebeu a designação de *pré-construído*, em oposição ao que é edificado pelo enunciado. Por outra forma, tratam-se das elaborações teóricas, artísticas e/ou religiosas, bem como a própria realidade objetiva, que influenciam o sujeito na seleção das formações discursivas que orientarão seu discurso — a dinâmica dos sentidos dos seus enunciados. Neste caso, o analista deve apelar à conjuntura socioespacial vivida pelo autor do texto.

A *memória discursiva*, nos dias atuais, vive o seu primado nas pesquisas de análise do discurso. Pode-se defini-la como os resíduos da vivência pessoal ou da percepção da sociedade pelo sujeito. Pêcheux (1995 [1969], p. 167, acréscimo nosso) denominou essa dimensão de discurso transversal, isto é, que “[...] atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos [...], enquanto pré-construído, [e] fornece, por assim dizer, a matéria prima para a elaboração dos enunciados pelo sujeito”.

Essas categorias da análise do discurso, segundo Pêcheux (1995 [1969], p. 161) ajudam a entender as determinações dos processos discursivos, quer dizer, “[...] o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre os elementos linguísticos — significantes — em uma formação discursiva dada”. Por exemplo, o termo *paisagem*, dentro da Geografia, a depender do autor, da corrente de pensamento, e, por conseguinte, da formação discursiva, sofre uma substituição de sentidos, ou, como prefere Orlandi (2007), seguidora de Michel Pêcheux, uma *polissemia*, um deslocamento e ruptura dos processos de significação.

Voltando no tempo, encontra-se Bakhtin (1997 [1929]). Décadas antes de Pêcheux propor categorias para a AMD, o filósofo russo classificou os discursos em

dois conjuntos. Tratam-se dos gêneros *primários* (simples) e *secundários* (complexos) do discurso. “São modelos padrões da construção de um texto verbal” (BAKHTIN, 1997 [1929], p. 357). Os primários referem-se aos discursos do cotidiano. Os gêneros secundários do discurso (o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc.) surgem nos instantes de uma comunicação mais complexa e, relativamente, mais evoluída, principalmente, no que tange à escrita (artística, científica, sociopolítica). Os mais simples são os que possuem uma relação mais imediata com a realidade, por exemplo, os discursos do cotidiano.

Para Bakhtin (1997 [1929], p. 26-34), na análise de ambos os gêneros, é imprescindível o estudo da história. “Cada época e cada grupo social têm seu repertório de forma de discurso na comunicação sócio-ideológica”. Nesta seara, a leitura do signo, da palavra e do enunciado é a situação elementar da análise. “O enunciado é o fenômeno ideológico por excelência [...]. É o modo mais puro e sensível da relação social”.

Nestes e em muitos outros pontos Mikhail Bakhtin, Louis Althusser e Michel Pêcheux se encontram. Para eles — como filósofos marxistas preocupados com a origem e o futuro da ciência —, são os seres humanos, vivendo em sociedade, que produzem os conhecimentos científicos. A história das ideias não está dissociada da história das lutas de classes. A produção histórica de um conhecimento científico não poderia ser pensada, à maneira de um T. S. Kuhn (1998), como uma inovação nas mentalidades ou uma criação da imaginação humana, mas, como um resultado da “dialética” entre as diversas instâncias que compõem o que denomina-se *Socioespacialidade*.

2.3 O DISCURSO, O ENUNCIADO E A SOCIOESPACIALIDADE

A Geografia, como todas as formas de pensar o mundo, constitui-se numa exteriorização dos sujeitos num contexto, numa socioespacialidade. Como tal, possui duas dimensões: o *discurso* e o *enunciado*. O discurso é a dimensão dos sentidos (ORLANDI, 2007). O enunciado diz respeito à maneira segundo a qual a linguagem é utilizada para a expressão do fenômeno discursivo — é a apresentação do discurso. O enunciado, portanto, é uma situação discursiva. Assim, quando se fala em

pensamento geográfico, direciona-se não somente aos efeitos dos seus sentidos, mas, também, às suas formas.

No campo da história das ideias geográficas, o plano dos sentidos (e/ou das representações) é o *lócus* privilegiado. A semântica é muito mais interessante do que a morfologia e a sintaxe. Contudo, diante de processos discursivos como a *paráfrase*, a *metonímia* e a *reformulação de sentido* (polissemia, metáfora), faz-se necessário respeitar a ordem do enunciado. Também, a vontade de saber o que, em dado texto científico, cabe ao uso corrente ou ao cientista, está no domínio do enunciado. “Apenas no enunciado a língua comum se encarna numa forma individual” (BAKHTIN, 1997 [1929], p. 283). De um texto a outro, muita coisa pode mudar. “O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma” (BAKHTIN, 1997 [1929], p. 293). O enunciado, acredita-se, é a porta de acesso para aquilo que Pêcheux (1995 [1975]) denominou de caráter material dos sentidos (INDURSKY, 2000).

2.3.1 O enunciado: um evento geográfico

Outro ponto deve ser levado em consideração. Além de uma situação discursiva, o enunciado é um evento geográfico, social e histórico. Como resultado de ações e relações entre os sujeitos, localiza-se em um instante do tempo e do espaço. Também, quando se compreende o mundo como um conjunto de possibilidades, o significante, o significado e o sentido são o resultado de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. O princípio da multiplicidade e das diferenciações, isto é, as diferentes maneiras segundo as quais os enunciados são formulados, reformulados, ressignificados e parafraseados deriva das combinações simbólico-ideológicas oriundas de ordens temporais e ordens espaciais diversas⁸ ou específicas, dependendo da escala dos sujeitos.

Partindo da compreensão miltoniana (SANTOS, 2009), como qualquer evento, os enunciados possuem, por conseguinte, duração, extensão, escalas, superposições

⁸ A técnica empiriza o tempo, dizia o Mestre Milton Santos. No entanto, para que isso aconteça, o objeto técnico deve ser transformado em signo linguístico, histórica e sociologicamente determinado. A técnica torna o tempo palpável à experiência na mesma medida em que pode comunicá-lo. E, como signo linguístico, a técnica aparece nas consciências como tempo e como discurso do tempo. Em verdade, é por via das técnicas, em suas diversas naturezas, que os discursos alcançam o seu suprassumo: a dimensão prática.

e justaposições. Como sua origem é *social*, sua duração será sempre *organizacional*, sua validade e vigor serão determinadas pela conjuntura espacial às quais pertencem. Assim, todos os enunciados, bem como as formações discursivas que lhes atribuem sentido, são histórica e geograficamente datados.

Sua extensão, por sua vez, pode ser dividida em duas ordens: *temporal e espacial*. A primeira tem tudo a ver com o supracitado. A vitalidade de um enunciado dura enquanto durar as condições histórico-espaciais que o geraram. No tocante a abrangência espacial, a situação é mais complexa, pois envolve o problema da escala. “Os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos [...]. Dessa organização vão depender, ao mesmo tempo, a duração e a amplitude do evento” (SANTOS, 2009, p. 150). Assim, quando se fala em enunciados, refere-se a uma rede linguístico-simbólica, de interações e conexões complexas. O enunciado não é uma realidade estanque, é uma reação, uma resposta a “um outro”⁹. A indiferença e a neutralidade presentes em alguns enunciados são sempre relativas.

Isso nos remete ao dialogismo de Bakhtin (1997 [1929]). Para este autor, toda fala e toda escrita resulta em uma *responsividade* (a resposta esperada) ou em uma *irresponsividade* (a terrível e angustiante falta de resposta). No entanto, ambas são antecedidas, segundo o filólogo marxista, pela *compreensão responsiva*, seja ela *ativa*, quando o ouvinte a ressignifica, ou *passiva*, quando há uma reprodução sem criticidade. Assim, a fala e a escrita estão imersas numa relação dialógica de concordância e discordância. “A palavra (e em geral, o signo) é interindividual” (BAKHTIN, 1997 [1929], p. 350), não pertence com exclusividade a um único locutor. “A compreensão implica duas consciências, dois sujeitos. [...] A compreensão sempre é, em certa medida, dialógica” (BAKHTIN, 1997 [1929], p. 338).

Também, as posições dos sujeitos são determinadas por uma tríade composta pelo tempo, espaço e classe social. Assim, o dialogismo trará, consigo, igualdades e disparidades. Os sujeitos que se comunicam poderão estar situados em séculos diferentes, em lugares diferentes, e, podem, inclusive, pertencer a classes sociais diferentes. Os sentidos presentes em seus enunciados apresentarão as marcas dessas diferenciações. Essas dimensões da situação discursiva são expressas em termos de *responsividade horizontal ou responsividade trans-têmporo-espacial*.

⁹ “O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto. A mais leve alusão ao enunciado do outro confere à fala um aspecto dialógico que nenhum tema constituído puramente pelo objeto poderia conferir-lhe” (BAKHTIN, 1997 [1929], p. 320).

Como surgiram estas duas categorias? Quais são os seus desdobramentos? A eminência do perigo em explicar o discurso pelo discurso força o geógrafo a pensá-lo geograficamente. Isso se realiza em dois passos. O *primeiro passo* consiste em conceber os discursos e seus enunciados como uma verbalização dos seres humanos frente aos estímulos da conjuntura socioespacial.

Até o momento, a categoria utilizada para uma ancoragem histórica e social da análise materialista do discurso foi a *Formação Econômica e Social*, composta pela infraestrutura (forças produtivas + relações de produção) e superestrutura (as dimensões políticas, jurídicas e simbólicas). E muitos avanços foram feitos, nos estudos discursivos, com o uso de tal categoria. Por exemplo, a ideia pêcheuxiana da não transparência da linguagem (e sua materialidade histórica) deve muito a incorporação de categorias do materialismo histórico e dialético pela linguística (ORLANDI, 2007). Todavia, os geógrafos, em suas trajetórias, aconselham a substituição da *Formação Econômica e Social* pela ideia de *Socioespacialidade*, com o objetivo de alcançar uma explicação mais geográfica para as situações discursivas.

Que é a *Socioespacialidade*? Pode ser definida etimológica e geograficamente. Da primeira maneira, é concebida como a condição daquilo ou daqueles que possuem uma existência física, relativa, relacional e delimitada no espaço — é a disposição das peças em um tabuleiro de xadrez, a organização de uma sala de estar ou de um grande escritório de advocacia etc. Do outro modo, com base nos estudos de Santos (2009 [1996], 2012 [1978]), Soja (1993), Lefebvre (1974), Moreira (2013) e Harvey (2005), pode-se concebê-la como a expressão espacial das relações sociais — incluindo o trabalho — e da dimensão lógico-simbólica da existência humana. Neste último caso, diz respeito a como os seres organizam sua morada, segundo suas intencionalidades.

A *psicosfera* é outra categoria de grande relevância. Pode-se defini-la como o celeiro da produção de um sentido, reino das ideias, crenças e paixões (SANTOS, [2009 [1996]]). Recordar-se que, para Pêcheux, os discursos dependem de um feixe de variáveis denominadas de pré-construído — as formações discursivas, o espaço do sujeito e sua memória discursiva (interdiscurso). Uma compreensão geográfica das situações discursivas leva o geógrafo a entender a *psicosfera* como análoga ao pré-construído. Isto é lógico, porquanto a *psicosfera* é, segundo Santos (2009 [1996], p. 257), fonte de inspiração aos posicionamentos filosóficos e práticos, às relações

humanas e à comunhão com o cosmo; fornece as regras para a racionalidade e estimula o imaginário. “É a esfera da ação”.

No entanto, a manifestação da psicosfera depende da existência da *tecnosfera*. Esta pode ser definida como “o resultado da crescente artificialização do meio ambiente” (SANTOS, 1997 [1994], p. 32), “é o mundo dos objetos [...] naturais ou artificiais” (SANTOS, 2009 [1996], p. 257). Comparece como um autêntico universo de instrumentos e estratégias. Tecnosfera e psicosfera estão unidas dialeticamente para construir a socioespacialidade, expressão do conjunto indissolúvel de objetos, relações, linguagens e simbolismos. Se as ações são inviabilizadas sem a existência do sistema de objetos, estes, por outro lado, “[...] não têm existência real, valorativa, sem as ações” (SANTOS, 2009 [1996], p. 257).

A partir daqui, assinalam-se algumas constatações. A primeira diz respeito à relação entre tecnosfera e discurso. Para se realizar como instrumento de produção, as técnicas, entendidas num sentido amplo, devem vir acompanhadas de um conteúdo simbólico, de um discurso que as legitimem, portanto, devem fazer e trazer sentidos (SANTOS, 2009 [1996]). Assim, as técnicas podem ser também signos linguísticos histórica e sociologicamente determinados. Só dessa maneira, como instrumentos e discursos de uma época, as técnicas empirizam o tempo, isto é, torna-o acessível à experiência. Outrossim, é através da esfera técnica que os discursos se tornam práticas e intervêm na realidade.

As ações são orientadas por uma intencionalidade interpelada pela dimensão simbólico-linguística. Esta oferece à conjuntura socioespacial uma manifestação discursiva. Ações e objetos possuem, em suas constituições, elementos discursivos. A socioespacialidade, em outra instância, oferece aos enunciados uma expressão geográfica.

Também, a conjuntura socioespacial mensura a eficiência dos enunciados e dos seus discursos. Por exemplo, a condição brasileira atual, nos últimos meses, atribui mais eficiência ao discurso da crise e às ideias conservadoras do que o faria se estivéssemos em 2010, quando o dólar valia R\$ 1,50. A degradação política, econômica e social do Brasil põe na berlinda os discursos progressistas que, nos momentos de opulência, estavam na via de hegemonização.

Pode-se citar como exemplo, também, o caleidoscópio de sentidos no interior das cidades. Numa proporção, esse aglomerado de discursos traduz, no plano das

ideias, a segregação, a fragmentação, as desigualdades socioespaciais. Também, os embates discursivos e semióticos que se presentificam através do sistema de objetos — as artes do grafite e da pichação *versus* a estética higienista e o urbanismo progressista na atual gestão de João Dória Jr., em São Paulo.

O *segundo passo* é constatar que os sujeitos dos discursos, sempre numa relação dialógica, poderiam estar situados em escalas (no tempo e no espaço) diferentes. Ou seja, nem sempre o locutor e o ouvinte pertencem à mesma época e ao mesmo espaço. Em alguns momentos, certos locutores podem não estar no presente ou no amanhã, mas no passado, quando, por exemplo, interroga-se uma obra buscando, nas suas profundezas, alguns resquícios da presença viva do seu autor.

Desconhecer essas relações, no funcionamento dos enunciados, gera alguns problemas. O sujeito tem a falsa ideia que conhece, profundamente, a origem da rede de sentidos que atuam em sua fala ou escrita. Posto que um enunciado seja sempre uma reação, positiva ou negativa, e que há milênios se estar imerso num intercâmbio simbólico, é impossível estabelecer-se o ponto de raiz, a origem das situações discursivas. Por exemplo: os textos de Marx é uma reação à economia política, mas o próprio marxismo tem raízes no hegelianismo e este surge, também, como uma reação ao criticismo de Kant... Pêcheux (1995 [1975]) denomina esse tipo de ilusão como *Esquecimento nº 1*, a ideia que defende a possibilidade do sujeito se colocar no exterior da inextrincável teia dos sentidos (ORLANDI, 2007).

No mesmo patamar, temos o chamado *Esquecimento nº 2*. Trata-se da crença de que o sujeito possui o domínio sobre os efeitos do discurso e dos seus enunciados (PÊCHEUX, 1995 [1975]; ORLANDI, 2007). O Presidente Michel Temer, apesar de todo aparato tecnológico e comunicacional que o circunda, jamais poderá prever, com exatidão, os efeitos de seus pronunciamentos, pois, o contexto da mensagem (o *referente*) não é percebido por todos os brasileiros de uma única maneira. Outrossim, a conexão entre o Estado e os cidadãos é sinuosa e repleta de rugosidades burocráticas, econômicas, sociais e geográficas (PÊCHEUX, 1995 [1975]; ORLANDI, 2007; SANTOS, 2009).

2.3.2 A rede de discursos e enunciados

Santos (2009, p. 165) defendeu que “[...] os eventos operam a ligação entre os lugares e uma história em movimento”. No momento em que o mundo se globaliza através das técnicas, os enunciados (e seus discursos), como eventos geográficos, acontecendo e operando em diversas escalas, podem conectar e unir sujeitos separados no tempo e no espaço. Essas conexões podem ser homólogas, complementares e hierárquicas. São as *responsividades horizontais* e as *responsividades trans-têmporo-espaciais*.

As *responsividades horizontais* são a atuação de diferentes discursos e/ou formações discursivas num mesmo tempo e num espaço, ou, num mesmo texto ou enunciado. Um exemplo de responsividade horizontal encontra-se em *O Centro da Cidade do Salvador: um estudo de Geografia urbana*, de Milton Santos (1958). Neste livro, há o diálogo entre duas formações discursivas — a Geografia tradicional e a lógica dialética ou marxista. Da primeira, manifesta-se a valorização da descrição morfológica, da descrição das funções; a cidade é concebida como um organismo vivo. Pela segunda formação, a cidade e as paisagens urbanas são entendidas como estruturas movidas pela luta de forças opostas (entre elas, a inércia); também, a relação indissolúvel entre formas e funções. As duas formações discursivas, dentro dessa obra, dialogam no seguinte ponto: quando Santos (1958) concebe a cidade como um organismo multiforme (uma fusão de tempos) e na leitura dialética dos princípios da Geografia (conexão, atividade, analogia, causalidade, localização e extensão).

A *responsividade trans-têmporo-espacial* possui muitas fâcias. Pode ser o diálogo/confronto entre dois enunciados localizados em tempos diferentes, formulados para realidade socioespaciais desiguais. Outrossim, existe tal tipo de responsividade entre enunciados e discursos proferidos por sujeitos pertencentes a classes sociais divergentes. Trata-se, também, de responsividade trans-têmporo-espacial o diálogo/confronto entre sujeitos atuantes em escalas diversas, como os embates entre poder estatal (nível nacional, estadual e municipal) e comunidades tradicionais.

É possível estabelecer uma tipologia para o acontecer da *responsividade trans-têmporo-espacial*. Ter-se-á uma responsividade *homóloga* quando dois sujeitos, em diálogo/confronto, integrantes de socioespacialidades, classes sociais e escalas diversas, enunciam discursos concordantes. Se tais sujeitos emitem discursos

dispares e conflitivos sobre determinado tema, eis o surgimento de uma responsividade *divergente*. Quando a divergência acontece entre grupos de sujeitos num contexto de luta de classes, é legítimo se referir a tal diálogo/confronto como uma *reatividade hierárquica*.

Todos os enunciados estão inseridos em alguma situação de *responsividade trans-temporo-espacial*. Isto por que a enunciação gera efeitos em cadeia. Por exemplo, nos enunciados emitidos por uma feminista negra, pode haver uma responsividade horizontal entre concepções feministas e ideais do movimento negro. Todavia, as raízes dessas formações discursivas que orientam a fala e a escrita dessa feminista podem estar em muitas conjunturas socioespaciais. Ela faz parte de uma rede que a extrapola. Todos os enunciadores são pontos nodais de uma imensa rede discursiva.

Para concluir esta sessão, pergunta-se sobre que mudanças essa concepção de funcionamento dos discursos pode provocar na pesquisa da história das ideias. O fenômeno da produção científica, artística, filosófica e literária comumente foi pensado segundo os pontos de vista da história, da sociologia e da sociolinguística. Conjugando a história das ideias, com a teoria dos discursos e com a noção de socioespacialidade, pode, no futuro, fazer com que os pesquisadores vejam o processo de produção do conhecimento conforme a dimensão geográfica. O espaço, o lugar, o território e paisagem podem influenciar o cientista na sua interação com a rede discursiva que o envolve. Muitos cientistas, como Pidner (2017), Teixeira (2016), Costa (2010), Miranda (2015) e Batista (2012) realizaram importantes pesquisas nesse sentido. Estar-se-ia diante de uma Geografia das ideias, das artes, da literatura e da filosofia?

3 UMA PEQUENA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A FRANÇA

Os franceses sempre nos foram fiéis, vivendo em paz conosco, e acompanhando-nos à guerra, onde alguns morreram.

Um índio brasileiro do século XVII¹⁰

Neste capítulo elabora-se uma pequena narrativa do percurso das relações internacionais entre o Brasil e a França. Seu principal propósito é elucidar as rupturas e continuidades; demonstrar que, ao longo dos últimos cinco séculos, houve profundas mudanças discursivas nas políticas de intercâmbio econômico, cultural, científico e técnico empreendidas pelas potências europeias.

3.1 A PRESENÇA FRANCESA NOS PRIMEIROS SÉCULOS DO BRASIL COLÔNIA

Segundo Abreu (2014), por durante muito tempo, não se soube se o Brasil seria português ou francês. As primeiras décadas da colonização brasileira foram marcadas por conflitos entre Portugal e a França. Inicialmente, por não se conhecer ao certo sobre qual deles aqui chegou primeiro. Sim, existiu na Europa, entre os séculos XVI e XVII uma lenda sobre o heroísmo dos franceses na descoberta da Ilha *Brésil*. Segundo relatos, por volta de 1488, um navegador da esquadra de Dieppe, Jean Cousin, desembarcou na foz do rio Amazonas. De acordo com Abreu (2014), a viagem era possível geográfica e historicamente. No entanto, faltam documentos que a comprovem e que afirmem a consciência da coroa francesa da existência de terras além das Ilhas Canárias e Cabo Verde.

Mas, os conflitos entre Portugal e França, acerca do Brasil, ultrapassaram o plano das querelas históricas. O Rei Francisco I não aceitou a soberania dos portugueses e castelhanos sobre o Novo Mundo. Pouco lhe importou o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, pelos reis D. João II, de Portugal, e D. Fernando e D.

¹⁰ Relato de um indígena ao capucho Yves d'Évreux, cronista da França Equinocial, entre os anos 1612 e 1615. Citado por Fernandes (2012, p. 55).

Isabel, de Castela¹¹. Assim, sob os auspícios desse rei ousado e vaidoso, os franceses logo trataram de estabelecer sua marca sobre as terras americanas (TAVARES, 1979).

A influência francesa se exerceu, primeiramente, através das incursões dos seus comerciantes e navegadores. Estes estabeleceram um comércio do pau-brasil com a população nativa, interessando-se pela civilização natural e pela inteira liberdade em que eles viviam. “Os paus-de-tinta custavam preço muito alto na França”, davam aos tecidos uma cor púrpura, além de proporcionar madeira de qualidade para a construção, inclusive de móveis da mais alta categoria (TAVARES, 1979, p. 38).

De início, as terras brasileiras valiam muito mais para a França que para Portugal. Este, devido à ausência de minerais e pedras preciosas acessíveis, só ocupou efetivamente o Brasil trinta anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral. Os franceses, ao contrário, viam o Novo Mundo não apenas como fonte de riqueza, mas como uma utopia. O *sauvage* inspirou a filosofia francesa — Michel de Montaigne e JJ. Rousseau que o digam. A civilização ameríndia, como um antípoda da europeia, representava a esperança, a redenção dos pecados da humanidade.

Exatamente, o primeiro contato entre franceses e ameríndios ocorreu entre 1503 e 1505, com a expedição de Binot Paulmier de Gonneville. Este partiu de Rouen “[...] com o objetivo de alcançar as Índias Orientais e lá comercializar diversos produtos” (PITOL, 2015, p. 106). Depois de vários contratempos, os navios de Gonneville aportaram no litoral sul do Brasil, num local pertencente ao atual estado de Santa Catarina. Ali travou contatos com os índios carijós, permanecendo cerca de oito meses. Na organização da viagem de retorno, o Capitão Gonneville decidiu levar consigo alguns nativos, para exibi-los na Europa. Não houve captura violenta, pois os carijós, encantados com os objetos trazidos pelos franceses (armas e bugigangas), prontificaram-se para satisfazer o contentamento do navegador (PITOL, 2015). Assim, pelas vias de Gonneville, marujo da Normandia, os carijós foram uma das primeiras etnias brasileiras a pisarem em solo europeu.

A empreitada de Gonneville não gerou grandes retornos coloniais. Inclusive, passou, por despercebida diante de outros fatos da Marinha Mercante Francesa. A investida de fato ocorreria com as famosas invasões. Destas, a primeira foi de caráter

¹¹ Disse D. Francisco I, rei da França: “Que me mostrem o testamento de Deus conferindo aos Reis de Castela e Portugal o direito de repartir a Terra entre as suas Coroas” (TAVARES, 1979, p. 30).

protestante. E isso não é um aspecto desprezível. A religião fez com que o *modus operandi* da colonização francesa e a sua relação com os índios contrastasse profundamente com a portuguesa.

A primeira possessão francesa, no Brasil, instalou-se em 1555, na Ilha do Governador, Baía de Guanabara, pertencente ao atual Estado do Rio de Janeiro. Foi denominada de França Antártica, em referência ao seu posicionamento ao sul, em relação à metrópole, na Europa. Esse empreendimento logo se identificou com as causas Huguenotes. Os conflitos entre Calvinistas e Católicos, na França, contribuíram para isso. O novo entreposto francês demonstraria ser um abrigo seguro para as ideias protestantes.

Na comissão enviada para a instalação da colônia encontravam-se gente de todas as índoles. Trabalhadores braçais, degradados, facínoras... mas, sem sombra de dúvidas, o destaque recaiu sobre os intelectuais (pastores e viajantes). Sob o comando do Capitão Villegaignon, estes eram encabeçados por Du Pont de Corguilleray e os ministros huguenotes Pierre Richer e Guillaume Chartier. É preciso salientar, também, as presenças de Jean de Léry e André Thevet, cronistas que presenteariam o mundo com as narrativas dessas empreitadas (RIBEIRO, 2005 [1995]).

Apesar da efervescência, a França Antártica logo sucumbiu (1560). Dois fatores impulsionaram a decadência: as disputas teológicas internas e as contestações portuguesas. As primeiras, embora de cunho ideológico, provocaram fortes cisões na colônia francesa. Uma grande quantidade de pessoas discordava das ideias e do comportamento de Villegaignon. Este pretendia manter o culto eucarístico nas celebrações protestantes. Isso gerou o ostracismo de parte do núcleo intelectual e político da colônia. Este cisma os tornou fracos e incapazes de derrotar a pertinácia dos portugueses (RIBEIRO, 2005 [1995]).

Em suas peijas na França Antártica, portugueses e franceses tiveram que envolver os ameríndios. A Capitania de São Tomé (entre Espírito Santo e São Vicente) era o alvo principal. Aí, existia uma imensa quantidade de pau-brasil, o grande objeto de desejo dos europeus daquela época. A estas disputas, juntavam-se as guerras entre as nações Tupinambás e Tupiniquins. Os primeiros eram inimigos dos portugueses, o segundo dos franceses. E, a partir desses fatos, iniciaram-se as construções das alianças entre colonizador e colonizado.

O maior símbolo da Aliança entre franceses e brasileiros foi a Confederação dos Tamoios. Tratou-se de um grupo de ameríndios liderados pela nação Tupinambá, que ocupava as proximidades da Baía de Guanabara. A Confederação tinha dois inimigos: os escravizadores portugueses e os índios tupiniquins. Os franceses, desejosos da vitória dos tupinambás, forneceram-lhes as armas para os confrontos. No entanto, tal investimento foi em vão: as estratégias militares de Estácio de Sá¹² mostraram-se mais eficientes e logo derrotaram a Confederação.

Finda a Aliança entre franceses e tupinambás, o empreendimento huguenote estava ameaçado. Internamente divididos por querelas teológicas, os franceses foram incapazes de derrotarem as investidas portuguesas, sendo expulsos das terras brasileiras, em 1560. Do Brasil, além de uma utopia malsucedida, nenhuma riqueza levaram à Europa para o presenteio do Chefe da Casa dos Valois, o rei Francisco II.

E grande foi o trauma provocado pela queda da França Antártica. Os franceses só conseguiram investir em terras brasileiras quarenta anos após esse ocorrido. E, dessa vez, escolheram uma região distante, fora dos interesses dos portugueses. Tratou-se do litoral norte do Brasil, onde, atualmente, está situada a capital do estado do Maranhão, São Luís.

Esse estabelecimento colonial receberia a denominação de França Equinocial, dada as proximidades com a linha do Equador. Sua história se iniciou em 1594, quando Jacques Riffault rumou três navios ao Brasil com a finalidade de realizar exploração e comércio. Desembarcara na atual Ilha de São Luís. No entanto, o fracasso da missão, devido à discórdia entre os membros da Companhia desanimou Riffault, que se viu obrigado a regressar para a França. Charles de Vaux, um dos tripulantes, permaneceu no local. Após longo convívio com a nação Tupinambá, retornou ao seu país, onde procurou convencer o Rei Henrique IV da utilidade de uma colônia de exploração no norte do Brasil. Não acreditando totalmente nas narrações, mesmo assim, o monarca ordenou ao Senhor de La Ravardière, Daniel de La Touche, que o acompanhasse em uma viagem para o reconhecimento da citada ilha.

Confirmada as histórias de Vaux, em 1610, La Touche adquiriu a concessão real para estabelecer uma colônia ao sul da linha equinocial. No entanto, a morte do monarca, postergou a criação do entreposto francês para o ano de 1612. Maria de

¹² Militar português do período colonial, fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e o primeiro Governador Geral da Capitania do Rio de Janeiro.

Médici, então regente, vendo que o local era um ponto estratégico para o alcance do Mar das Antilhas, investiu, energeticamente, no empreendimento, nomeando La Ravardière como lugar-tenente real da Ilha do Maranhão.

Entre este e o empreendimento anterior existia algumas diferenças. A França Antártica foi um empreendimento de ordem privada, sem grande apoio da corte, e protestante. A França Equinocial, além de ser católica, era uma empresa da rainha e atraiu muitos associados, como François Razilly e Nicolas Harlay, gente da mais alta nobreza francesa. Se a França Antártica era uma utopia de calvinistas, a nova iniciativa tinha interesses puramente pragmáticos e comerciais. A efetivação da nova colônia foi tão valorizada, que teve o direito a um cerimonial no Louvre.

Rumaram, também, para a nova colônia os frades Claude d'Abbeville, Yves d'Évreux, Arsene de Parise e Amboise d'Amiens, todos eles pertencentes à ordem franciscana de Paris. Viam os índios como seres infantis, necessitados da salvação e da civilização.

A França Equinocial, logo no início, logrou bons lucros. No entanto, o sucesso das pretensões francesas, divulgados pelas publicações dos relatos de Claude d'Abbeville, em *Histoire de la Mission des Pères Capucins en Isle de Maragnan*, alertou a consciência dos portugueses. Estes, como da última vez, prontificaram-se em sustar as investidas dos Valois no Maranhão. Por ironia do destino, as tropas lusitanas foram ajudadas por um contratempo da natureza: uma epidemia de paralisia assolou as terras maranhenses, deixando a colônia francesa enfraquecida. Destarte, em novembro de 1615, nove embarcações portuguesas, chefiadas por Alexandre de Moura, investiram contra a Ilha do Maranhão. O Senhor de La Ravardière, representante do rei da França no Brasil, rendeu-se sem oferecer resistência. E, assim, chegou ao fim a última investida colonial francesa em terras brasileiras.

No geral, a relação entre brasileiros e franceses, nos primeiros anos da colonização, foram amistosas. Os franceses respeitavam os costumes locais, inclusive, alguns “adaptaram-se a eles adotando-os em longa medida” (CAIRES, 2011, p. 16). Nesse fato, há mais conveniência que bondade, porquanto somente dessa maneira garantiriam a segurança no Brasil. Aqui, os indígenas eram os olhos e os membros dos franceses. Sem o ameríndio, a exploração do Novo Mundo não teria sido possível. A suposta fidelidade francesa pode e deve ser julgada.

3.2 AS VISÕES DOS VIAJANTES E CRONISTAS FRANCÊSES ACERCA DO BRASIL: JEAN DE LÉRY E ANDRÉ THEVET

Os franceses conseguiram camuflar sua prática colonialista com um falso respeito e tolerância à cultura indígena. Pouco se sabe sobre o que a maioria dos agentes da colonização pensavam a respeito das terras e da gente brasileiras. Entretanto, os empreendimentos da França no Brasil contaram com muitos idealistas e propagandistas que escreveram grandes tratados cosmográficos sobre o que viram, enquanto estiveram por aqui. Entre esses viajantes intelectuais, dois se destacaram: Jean de Léry e André Thevet. Dessa maneira, se a intenção for conhecer a percepção dos franceses sobre o cenário brasileiro no século XVI, deve-se recorrer ao trabalho desses homens, dois religiosos viajantes em busca do Éden perdido.

Thevet foi o primeiro cronista francês a pisar em terras brasileiras. Ele se dirigiu ao Brasil juntamente com a primeira leva de povoação da França Antártica. Nasceu em Angoulême, no ano de 1502. Teve uma educação humilde, embora tenha se tornado um exímio leitor dos clássicos da filosofia e da literatura europeia. Ainda bem moço, tomou o hábito de franciscano. Era um capuchinho por conveniência — amava mais a ciência que a liturgia. Tinha bons conhecimentos de cartografia e cosmografia. Após uma leitura de sua obra mais famosa, *Les singularitez de la France Antarctique, autrement nommée Amerique, e de plusieurs terres et isles decouvertes de nostre Temps*¹³, é muito fácil concluir que Thevet foi um precursor de muitas ideias reputadas a Vidal de La Blache e à escola de Geografia francesa. Segundo Thevet, somente nas regiões estéreis, como as desérticas, não se pode habitar. “[...] Deus dotou o homem de meios necessários para ocupar qualquer parte do globo — zonas frias, quentes ou temperadas” (THEVET, 1944, p. 9).

Amante de Geografia e ávido por conhecer países estranhos, percorreu boa parte do mundo conhecido na época. Grécia, Constantinopla, Chipre, Ásia Menor, Rhodes, Egito, Arábia, Palestina, Líbano, Malta e América do Sul. Adepto de ideias cosmográficas medievais, tendia a ver o mundo fora do continente europeu pela ótica do maravilhoso e do monstruoso. Também, via a natureza como oposta à arte. A primeira, obra de Deus, era o primado da perfeição interna e externa. Já a arte era

¹³ Em português: THEVET, A. *Singularidades da França Antártica: a que outros chamam de América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

perfeita apenas internamente, pois falta-lhe os mecanismos geradores da criação divina. A arte, para Thevet, era apenas uma imitação.

Jean de Léry, embora calvinista, não pensava muito diferente em relação a Thevet. Talvez o nível de educação e erudição os diferenciava. Léry era um simples sapateiro e estudioso de teologia, nascido no ano de 1534, nas vizinhanças da Abadia de Sant-Seine de Bourgone. Veio ao Brasil sob as ordens de Calvino, de quem era discípulo e fiel seguidor. Ao chegar na França Antártica, travou inúmeros embates teológicos com Villegaignon, causando um profundo cisma na jovem colônia. Ameaçado pelos sequazes do Villegaignon, foge e convive com indígenas por quase um ano. Ao retornar a Europa, publica *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*¹⁴, em 1578.

Pondo em suspensão o estilo, não há diferenças entre as visões de Thevet e Léry. Ambos possuíam concepções similares acerca da terra e da gente do Brasil. Assim, tratar-se-á de seus relatos e ideias de uma só vez. Ambos acreditavam que os temperamentos e hábitos mudam conforme o clima e o meio geográfico, “[...] pela afinidade que há entre a alma e o corpo” (THEVET, 1944, p. 60). Mas tinham uma excelente impressão dos aspectos ambientais da terra brasileira. Ponderaram sua fertilidade e a excelência de seus frutos. Não há dúvida, na visão de ambos os viajantes, que o solo retribuía generosamente o trabalho agrícola. Tamanha beleza do solo e do relevo se somava à abundância e fartura dos rios, que tornavam as regiões continentais ainda mais férteis (THEVET, 1944; LÉRY, 1961).

As mesmas belas impressões não tiveram dos povos brasileiros. Estes foram tidos, por Thevet e Léry, como povos maravilhosamente estranhos e primitivos. “Os selvagens viviam à maneira dos bichos, taes como os fez a natureza, alimentando-se de raízes e andando sempre nus” (THEVET, 1944, p. 175). “Não só ocultam nenhuma parte do corpo, mas ainda não dão o menor sinal de pudor e vergonha” (LÉRY, 1961, p. 91). Segundo esses cronistas, essa falta de ponderação moral devia-se, além da brutalidade natural dessa gente, à crença que a nudez, melhor que as vestimentas, os tonam mais ágeis e dispostos. E consideravam tal hábito motivo de condenação, pois testemunhavam as Sagradas Escrituras “[...] que só antes do pecado original

¹⁴ Em português: LÉRY, J. *Tratado da Terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1961.

viviam nus Adão e Eva, cobrindo-se depois de pelles, tal como o fazem os índios do Canadá” (THEVET, 1944, p. 183).

Mas apreciavam os corpos, a estatura e a disposição dos indígenas. Consideravam-nos constituídos por membros bem formados e proporcionais. Em relação aos europeus, “[...] eram mais fortes, [...] mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias” (LÉRY, 1961, p. 91), havendo entre eles poucos deficientes e moribundos. Quanto a face dos índios, tanto Thevet quanto Léry tinham opinião depreciativa. Para eles, “[...] seus olhos eram mal feitos, isto é, negros e tortos” (THEVET, 1944, p. 185), de aspectos animalescos.

No tocante aos dialetos e à linguagem indígenas, não eram menos aviltantes. Além do falar austero, para esses autores, os índios tinham uma linguagem repetitiva, breve e obscura, porém, mais clara que a de outras nações asiáticas, como os turco-otomanos. No entanto, possuíam boa memória, pois assim que “[...] os indígenas ouvem o nome, não o esquecem jamais”. Memória que se pode comparar “[...] à do rei dos persas, Cyro, ou, enfim, à de Cesar” (THEVET, 1944, p. 189).

Sobre a religiosidade dos indígenas, eram ainda mais críticos e preconceituosos. Consideravam os povos indígenas como seres destituídos de qualquer ideal religioso. Nem mesmo consideravam Tupã como uma divindade, mas como uma derivação de uma crença primitiva. Por isso, para Thevet e Léry, os índios brasileiros eram bem inferiores aos antigos pagãos da Europa e aos “selvagens” do Peru, visto que estes ao menos tinham rituais e espaços específicos destinados ao sagrado. Para eles, os povos brasileiros, “[...] não só desconhecem a escrita sagrada [...], [como] ignoram quaisquer caracteres de designarem o que quer que seja” (LÉRY, 1961, p. 163). Tal ignorância, na visão de Thevet (1944, p. 176), “[...] ocasionou a diversidade de religiões, uns atribuindo a divindade ao sol, outros a lua e as estrelas”, quando o “verdadeiro” Deus estava bem além disso.

Tratavam os índios como gente desprovida de razão e sujeita a muitas fantasias. Dessa maneira, para esses religiosos viajantes, os primeiros brasileiros estavam fadados a caírem em várias loucuras e erros. Acreditavam no determinismo dos sonhos noturnos sobre a realidade, além de serem facilmente iludidos pelos pajés, chamados por eles de Carahibas, “[...] gente de má vida, que se aplica a servir ao diabo como objetivo de tirar partido dos seus companheiros” (THEVET, 1944, p. 214). Permitiam-se conhecer a verdadeira fé, mas a falta de capacidade mental e a pouca

inclinação moral forçavam todos eles a retornarem aos vícios das credices e das superstições.

Nem só de estranhamento e espanto eram feitas as reações de Thevet e Léry. Ambos, não entendendo, ou interpretando os fatos sob a ótica das suas culturas, expressaram alguma indulgência para com os povos nativos. Sempre se referiam aos indígenas como “pobres” e “desamparados” de Deus (LÉRY, 1961, p. 175). Em Thevet (1944, p. 175), além do horror, a condição do indígena lhe inspirava o trágico, fazendo com que se sentisse aliviado por ser europeu e “Christão”: “[...] à vista do que devo louvar affetuosamente ao Criador [...] por não ter permitido que eu fosse um bruto semelhante a um desses pobres selvagens”.

E, por serem pobres e desamparados de Deus, esses selvagens, na linguagem desses autores, necessitavam de algum tipo de salvação. E apesar do caráter amistoso dos primeiros contatos entre brasileiros e franceses, é pouco provável que a salvação que seria oferecida pela França fosse diferente daquela que foi ofertada por Portugal. Se, na história do Brasil, a França, a nação berço do iluminismo da época, penetrou como ventos de cultura, erudição e civilização, na África não foi menos exploradora que os portugueses, belgas e italianos. Como estaria hoje o Brasil se ele tivesse sido colonizado pelos franceses? A história da África e da Ásia deixa, para todos, várias pistas factuais e contrafactuais.

3.3 A PRESENÇA FRANCESA NO BRASIL DO SÉCULO XVIII E SUAS INFLUÊNCIAS

Expulsos da Baía de Guanabara e da Ilha de São Luís do Maranhão, os franceses não mais tentaram impor um entreposto colonial nas terras brasileiras. A partir do século XVIII, a França esteve presente, no Brasil, apenas no plano cultural e ideológico. Das terras da Gália vieram as ideias que substanciaram as inúmeras revoltas e conjurações do fim do período colonial.

A primeira onda conspiratória deu origem à Inconfidência Mineira. Em verdade, esta conjuração e as outras que a sucederam não podem ser interpretadas isoladamente. Todas advertem sobre a crise do sistema colonial português. As vicissitudes da economia inglesa afetaram diretamente a infraestrutura econômica de Portugal. Consequentemente, a coroa portuguesa, através de sucessivos tratados, estava a depender e a exigir cada vez mais das suas colônias (FREDERICO, 1971).

Isso gerou muitos descontentamentos na classe abastada que vivia no Brasil, sobretudo àqueles ligados à economia aurífera, que se sentiam extorquidos com o recolhimento do “quinto”.

Também, o furor da economia aurífera provocou muitas transformações socioespaciais no Brasil colônia. Além do deslocamento do centro político, a mineração possibilitou uma integração da economia colonial, anteriormente composta por ilhas de produção mais ou menos isoladas. Essa relativa conexão espacial possibilitou fluxos migratórios para locais de extração mineral, gerando um meteórico processo de concentração populacional, com o surgimento de inúmeras vilas e cidades no interior das Minas Gerais e Bahia. Isso gerou um quadro diverso do mundo rural. Essa *protourbanização* atraiu gente de todas as estirpes. Entre essas pessoas estavam os bacharéis formados na Universidade de Coimbra. Estes foram os responsáveis pela infiltração, em terras brasileiras, dos “abomináveis” princípios franceses, os ideais iluministas perigosos para a manutenção do sistema colonial (MAXWELL, 1989).

Naquele momento, Minas Gerais foi a mais populosa das capitânicas, com cerca de 320.000 habitantes (20,5 % da população colonial). Assim, não é admirável o fato dela ter sediado a primeira revolta contra o poderio português, no Brasil. “A inquietação teve por base a coerção exercida pela metrópole através das cobranças dos impostos sobre a produção aurífera” (FREDERICO, 1971, p. 213). A Conjuração Mineira foi dirigida pelos proprietários e homens com alguma condição social. Dela participaram Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes —, Luís Vieira da Silva, Claudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, para citar os mais notáveis. Inspiraram-se no iluminismo francês e na independência das Treze Colônias inglesas na América (depois Estados Unidos da América) (MAXWELL, 1989). Após a devassa, em suas bibliotecas foram encontrados livros de Diderot, D’Alembert, Rousseau e a conhecida *Histoire philosophique*, do Abade Raynal, obra que vulgarizou o pensamento político iluminista pelo continente americano (IGLÉSIAS, 1989; JOBIM, 1989; NEVES et al., 1989). Infelizmente, o motim não logrou êxito. Dos participantes, apenas o Tiradentes recebeu a pena capital, sendo enforcado e esquartejado em praça pública.

Outra inconfidência ocorrida no Brasil, sob inspiração do iluminismo francês, foi a Revolta dos Alfaiates, em 1798, também conhecida como Conjuração Baiana.

Diferente da mineira, revestiu-se de um caráter popular, com fortes motivações sociais. “A revolução foi impulsionada pela participação de pequenos artesãos, militares de baixo escalão, escravos e demais setores populares” (FREDERICO, 1971, p. 213). O seu descontentamento se voltava contra a elevada carga de impostos cobrada pela Coroa portuguesa e contra o escravismo colonial. A Capitania da Bahia, na época governada por D. Fernando José de Portugal e Castro, estava mergulhada na pobreza e na escassez de alimentos. Tal conjuntura fazia ecoar as queixas contra a presença portuguesa na colônia. Os revoltosos baianos visavam o separatismo, as mudanças nas instituições políticas e a reorganização da sociedade em novas bases.

Os conjurados baianos foram influenciados, principalmente, pela tradução portuguesa do texto francês *O orador dos Estados Gerais*, escrito por Jean-Louis Carra (1789). Esse texto continha uma leitura dos ideais e dos fatos da Revolução Francesa. Também existia a forte presença de Cipriano Barata. Este estudara na Universidade de Coimbra, já tomada pelos ideais da ilustração. Cipriano Barata, médico, matemático e filósofo, redigiu o *Manifesto ao Povo Bahiense*, que conclamou os baianos à luta contra o regime colonial.

Como na revolta das Minas Gerais, os baianos foram eficientemente sufocados. Dos 33 conjurados, apenas 4 receberam a pena de morte: o soldado Lucas Dantas do Amorim; o alfaiate Manuel Faustino Lira; o soldado Luís Gonzaga das Virgens; e o mestre alfaiate “afrancesado” João de Deus Nascimento. Este, diante dos tribunais, se direcionando a um dos acusadores, proclamou: “Cale a boca! Este trajar é francês. Muito brevemente, verá V. Mercê, tudo francês!” (apud NEVES, 1989, p. 116). Após uma leitura das ideias veiculadas por esses inconfidentes, entende-se que se baseavam numa profunda identificação da Capitania da Bahia com a França, como se os baianos fossem um outro povo francês (NEVES, 1989, p.116).

A revolta dos Alfaiates encerrou o século XVIII no Brasil de maneira inusitada. Foi o prelúdio, pode-se dizer, das escaramuças ainda mais intensas no período seguinte. Muitos dos princípios defendidos por seus conjurados foram retomados, com maior profundidade, pelos revoltosos pernambucanos.

Os franceses podem não ter conseguido implantar o tão sonhado entreposto colonial em terras brasileiras. Em contrapartida, a França ganhou, sobre o Brasil, quase dois séculos de influência cultural e ideológica hegemônica. João de Deus estava certo: entre o século XIX e o século XX, a cultura, as artes, a arquitetura, as

ciências e a filosofia, no Brasil, passaram por um processo de afrancesamento. Somente após a Segunda Guerra Mundial, com a emergência dos Estados Unidos como potência mundial, os brasileiros encontraram uma outra referência para se inspirar. Paris foi ofuscada pelas indústrias de *fast food* e pelas cenas de Hollywood.

3.4 NO SÉCULO XIX, A INFLUÊNCIA DOS FRANCESES AINDA MAIS FORTE

No século XIX, fatos ocorridos na Europa provocaram uma maior aproximação entre o Brasil e a França. Primeiramente, a disputa entre os franceses e os ingleses, que se estendia desde o século XV, tornara-se ainda mais acirrada. Napoleão e sua política devassaram toda a Europa, ameaçando todas as monarquias absolutistas. A Inglaterra, dona da mais poderosa esquadra marinha, lançava mão de todos os meios para manter a prosperidade do seu comércio e da sua indústria.

Entre esses dois gigantes da economia e da política europeia, estava Portugal, dependente da Inglaterra e ameaçado pelas tropas napoleônicas. Por lógica e vantagens, a Coroa portuguesa optou por apoiar o lado inglês e arcou com as consequências. Diante disso, para preservar seus domínios, os Braganças transferiram, em 1808, a sede do reino lusitano para a sua colônia, na América. Os resultados desse acontecimento, para o Brasil, ultrapassaram os limites do político: além da abertura dos portos para as nações amigas e a instalação de um novo aparato administrativo, investiram-se nas ciências e nas artes (SCHWARCZ, 2008). Assim, foram erigidos a Escola de Cirurgia da Bahia, em Salvador, e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, ambos em 1808.

No desenrolar dos fatos, surgiu a ideia da Missão Artística Francesa. Dentro das medidas empreendidas por D. João VI, pode-se dizer que a referida Missão fora o mais ousado empreendimento intelectual no Brasil colonial. Suas origens estão conectadas a três acontecimentos: i. o encontro entre o português Pedro José de Menezes, o Marquês de Marialva, e Alexander von Humboldt, naturalista alemão; ii. a derrota de Napoleão em Waterloo; e, por último, iii. a restauração da Monarquia Francesa dos Bourbons.

Em princípio do século XIX, após uma expedição na América do Sul, Humboldt expôs para o referido fidalgo, suas ideias para o progresso da vida intelectual nas colônias americanas. Entre essas, estaria a construção de academias para o fomento

das artes (LIMA, [1908] 2004). Com a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil e a necessária reestruturação da colônia, o Marquês de Marialva expôs as sugestões de Humboldt para Antônio Araújo de Azevedo, o Conde da Barca, Ministro dos Assuntos Estrangeiros de Portugal, que, depois de muitos diálogos, conseguiu o apoio incondicional do Rei de Portugal (LUZ, 2004), para fundar uma dessas instituições no Brasil.

Com a derrota de Napoleão, a ascensão dos Bourbons e o Congresso de Viena, as relações entre Portugal e França retomaram a estabilidade¹⁵ (SCHWARCZ, 2008). Entrementes, os grandes artistas franceses, partidários das políticas bonapartistas, ficaram desamparados e sem meios para a sobrevivência. O caso de Joachim Lebreton, amigo íntimo de Humboldt, é o mais ilustrativo¹⁶. Sabendo do que ocorria com esses artistas, o Conde da Barca os convidou para compor uma missão que tiraria do papel a tal Academia de Belas Artes. Assim, diante da desolação imposta pela conjuntura, esses artistas não titubearam em aceitar as propostas encaminhadas pelo referido Conde (TREVISAN, 2007). Para o lado luso-brasileiro, era vantajoso ter esses artistas e artífices na futura escola, já que Paris, muito à frente de Lisboa, era referência em matéria de ciência, artes e filosofia.

Após a consolidação das diretrizes iniciais, em 12 de agosto de 1816, D. João VI, supremo governante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, decretou o estabelecimento da Missão Artística Francesa e a fundação da *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios* (1816-1822), mais tarde, designada por *Imperial Academia de Belas Artes* (1822-1889). Integraram a Missão: *Joaquim Lebreton*, coordenador; *Jean-Baptiste Debret*, pintor de quadros históricos; *Nicolas-Antoine Taunay*, pintor de paisagens e batalhas; *Auguste Taunay*, escultor; *Auguste Grandjean de Montigny*, arquiteto; *Charles Pradier*, gravador; *François Ovide*, mecânico; *Jean-Baptiste Leve*, ferreiro; *Nicolas Magliori Enaut*, serralheiro; *Pelite e Fabre*, curtidores; Louis Roy e seu

¹⁵ Segundo Wehling e Wehling (2009, p. 206), “[...] somente com a Restauração de Luiz XVIII e a adesão da França aos princípios do Congresso de Viena, mudou-se a percepção do significado político do país e de suas instituições”.

¹⁶ Tavares (1979, p. 133), embaixador brasileiro na França por muito anos, em seu livro *França Brasil ao longo de cinco séculos*: “Com a derrota de Napoleão, a França teve que devolver as inúmeras obras de arte saqueadas. Lebreton se colocou violentamente contra essa medida. Para tentar harmonizar essa situação com os demais países europeus, Luiz XVIII demite Lebreton, deixando-o sem recursos para viver”. Segundo Schwarcz (2008, p. 59), Humboldt foi a grande ponte entre as autoridades portuguesas e Lebreton. Ambos eram amigos fraternos e membros do Institut de France. Humboldt, sabendo das dificuldades do amigo, o convenceu a aceitar a proposta do Conde da Barca.

filho Hypolite, carpinteiros; e, os irmãos Marc e Zéphyrin Ferrez, escultor gravador de medalhas respectivamente (LUZ, 2004). Segundo Tavares (1979, p. 134), esse acontecimento assinalou “[...] o início da sistematização dos estudos das Belas-Artes no Brasil, como vínculo marcante entre a cultura francesa, no que ela tinha de mais representativo, e a cultura brasileira, que se expandiria sob a sua inspiração”. Também, ter esses artistas era conveniente para o governo colonial, porquanto estavam acostumados com o poder e seriam úteis na tarefa de engrandecimento da corte (SCHWARCZ, 2008).

Todavia, a permanência dos artistas e artífices franceses, no Brasil, não foi totalmente pacífica. Primeiramente, a Missão Artística Francesa era, para muitas autoridades portuguesas da época, uma contradição, visto que seus integrantes eram partidários inveterados de Napoleão, portanto, indiretamente responsáveis pela fuga da família real para o Brasil. Essa indagação gerou muitas desconfianças e muitas querelas entre os portugueses e brasileiros monarquistas (LIMA, [1908] 2004).

Também, existiam querelas em torno de questões estéticas e conceituais. Entre essas, o confronto entre o neoclassicismo francês e o barroco luso-brasileiro foi a mais polêmica. Segundo Luz (2004, p. 18-19), a produção artística francesa no Brasil, atenuando os seus rigores, primava pelo “domínio da reta sobre a curva, do equilíbrio, do ritmo e da simetria, enfim, características antagônicas ao movimento, à expressão, à carga, à dramaticidade e ao exagero do barroco”. Tal intervenção nas artes brasileiras divide opiniões entre os historiadores (TREVISAN, 2007). Alguns, como Arinos de Melo Franco (1974), defendem que a Missão Artística Francesa quebrou a possibilidade do desenvolvimento de uma arte legitimamente brasileira, como o do barroco. Para outros, como Mário Barata (1983), a vinda da referida missão apenas forneceu elementos diversos para a consolidação das Belas Artes no Brasil.

Outra importante polêmica ocorreu entre Henrique José da Silva e Jean Baptiste Debret. Após a morte de Lebreton, três anos após a publicação do Decreto de fundação da escola supracitada, o Barão de São Lourenço, Ministro das Finanças do Reino, empossou Henrique J. da Silva como coordenador da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Artista medíocre e com caráter duvidoso, o novo coordenador alterou os parâmetros curriculares estabelecidos por Lebreton e transformou sua disciplina, desenho artístico, em um item obrigatório para todos os cursos. Assim, os primeiros alunos aguardaram cerca de um ano para frequentarem

as classes dos artistas e artífices franceses. Isso provocou muita revolta por parte dos “missionários”, levando alguns deles, como o pintor Taunay, a retornar para a França logo nos primeiros anos.

Dentre os franceses que vieram em “missão”, Debret foi aquele que permaneceu por mais tempo e o que mais se conectou com o Brasil. Também, foi o único que publicou suas experiências em terras brasileiras, as *Voyages pittoresques et historiques au Brésil* (1834-39). Discípulo de David — precursor do estilo neoclássico nas artes plásticas francesas e pintor da saga de Napoleão —, Debret retratou o Brasil oitocentista, com suas riquezas e mazelas, como a *Coroação e sagração de D. Pedro I e os feitores castigando negros*. As pinturas de Debret representam as culturas de um país jovem, de uma economia agroexportadora e uma política aristocrática cujo o eixo sustentáculo, o ponto nevrálgico, era a escravidão e espoliação do negro. No entanto, a racionalidade neoclássica e o otimismo de Debret, em suas pinturas, atribuíram à degenerada sociedade imperial brasileira um caráter progressista, evolucionário. Nestas condições, as cenas de violência e miséria foram (re)produzidas com o intuito de despertar o pitoresco, não a polêmica. Debret retornou definitivamente para a França em 1831, onde publicou a obra supracitada.

Mais ou menos no mesmo período em que ocorreram os fatos supranarrados, o Brasil recebeu um dos maiores naturalistas europeus, August Saint-Hilaire. O viajante aportou no Rio de Janeiro em 1816 e, num período de seis anos, percorreu as províncias do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RIOS, 2009). Apoiado pelo Museu de História Natural de Paris, seus objetivos giravam em torno da ampliação dos conhecimentos de uma flora e fauna praticamente desconhecidas e avaliar sua utilidade para a medicina e para a economia. Assim, suas viagens pela América do Sul tinham um duplo interesse, científico e econômico (RIOS, 2009).

Enquanto na região sudeste os franceses contribuíam para o enriquecimento cultural, artístico e científico do Brasil, na região Nordeste, o pensamento político oriundo da França incentivava uma das mais fortes contestações ao domínio português ocorridas no século XIX: a Revolução Pernambucana. De todas as conjurações, esta foi a única que conseguiu se efetivar e concretizar alguns dos seus intentos.

Nas primeiras décadas do século XIX, três espectros rondavam o cenário brasileiro: a independência dos Estados Unidos (via republicana), a Revolução Francesa e o Bonapartismo (MARIZ, 2009; MOURA, 2011). A Conjuração em Pernambuco foi embalada por esses acontecimentos. As insatisfações não eram muito diferentes das que embalaram as inconfidências anteriores. Embora a Coroa portuguesa tenha se transferido para a América e modificado a estrutura econômica, o Brasil continuava um subalterno tolhido pelo pacto colonial (MARIZ, 2009; MOURA, 2011). Também, com a queda de Napoleão, muitos franceses se refugiaram no Norte e Nordeste do país, trazendo consigo os tais abomináveis ideais ilustrados.

Assim, a conjuntura estava armada para a ebulição de grandes conflitos em qualquer parte do país. Após nove anos da presença da Família Real nos trópicos, em 1817, emanou das ruas do Recife um novo Estado, a República de Pernambuco. Após a insurreição, Antônio Gonçalves da Cruz e Domingos Malaquias seguiram rumo aos Estados Unidos, em busca de reconhecimento político, apoio financeiro e bélico para o novo país equatorial. E conseguiram! Infelizmente, a República Pernambucana durou apenas cinco meses (MARIZ, 2009; MOURA, 2011). O governo, os franceses refugiados e os ideais revolucionários foram abafados com bombardeios, prisões e mortes.

A filosofia política francesa influenciou também a primeira Constituição do Brasil, publicada em 1824. Segundo Wehling e Wehling (2009), essa Carta adotou um modelo similar ao da França entre os anos de 1791 e 1814 (FENDT, 2009). Também eram evidentes a influência das ideias políticas de Benjamim Constant (Henri-Benjamin Constant de Rebecque), pensador político francês, que defendia a existência de um poder moderador (exercido pelo imperador), para equilibrar as relações entre o executivo (ministros e imperador), legislativo e o judiciário (FENDT, 2009). O grande interprete das suas ideias, em terras brasileiras, foi Paulino José Soares de Souza, o Visconde de Uruguai, auto do Ensaio de Direito Administrativo, publicado em 1862.

O Visconde de Uruguai flertou, também, com Alexis de Tocqueville, outro importante intelectual francês do século XIX. No entanto, na teoria e na prática, Tavares Bastos e Ruy Barbosa foram um dos que mais adotaram suas ideias. A presença de Tocqueville serviu como contraponto ao conservadorismo centralizador reinante no meio brasileiro. O pensamento tocquevilleano, com a ideia de *self-*

government, inspirou a defesa da livre iniciativa, a luta pela democratização do sufrágio, o movimento antiescravagista etc. Assim, o recurso à obra de Tocqueville foi feito por aqueles políticos do período, como anteparo para a defesa das liberdades.

Já na segunda metade do referido século, penetrou nas terras brasileiras uma nova forma de pensar à moda francesa, as ideias de August Comte. Trata-se do positivismo, em suas dimensões filosófico-científica e política. Segundo Comte, a história da humanidade pode ser dividida em três etapas: a fase teológica, dominada pelas ideias mitológicas e religiosas; a metafísica, dominada pela filosofia; e a positiva, governada pelo pensamento científico (COMTE, 1978). Esta última, seria caracterizada pela presença de governos fortes, centralizados, conduzindo as nações com muita “ordem” rumo ao “progresso” (COMTE, 1978; BOSI, 2004).

A militância positivista no Brasil se fortaleceu a partir da década de 1860. As crises que assolavam o governo de D. Pedro II forçavam pensadores e políticos brasileiros a pensarem em alternativas para colocar o país no eixo. Os ideais positivistas clamavam para os brasileiros um governo republicano e antiescravista. Segundo Bosi (2004), é possível traçar uma cronologia do desenvolvimento da filosofia comtiana nas terras brasileiras: 1850-1870, limitou-se a expressões acadêmicas, tendo Nísia Floresta como precursora; em 1876, fundou-se a Sociedade Positivista, com a participação de Oliveira Guimarães, Benjamim Constant (Botelho de Magalhães), Teixeira Mendes, Miguel Lemos; e, em 1881, tal sociedade é convertida na Igreja Positivista Brasileira. Esta entidade, muito ativa até as primeiras décadas do século XX, publicou mais de seiscentos panfletos em apoio à educação leiga, a favor da abolição da escravidão e ao apoio dos direitos trabalhistas dos operários das fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro. Embora não democráticos, os positivistas brasileiros foram ferrenhos republicanos (BOSI, 2004). Conseguiram muito influenciar as duas primeiras repúblicas brasileiras. Por exemplo, a emergência de Getúlio Vargas, seu governo autoritário e a constituinte de 1934 contaram com ampla participação de partidários do positivismo (PORTO FILHO, 2014).

Ainda no século XIX, é necessário considerar a Aliança Francesa, a primeira medida efetiva do colonialismo cultural francês. Mais uma vez, faz-se necessário recorrer à conjuntura histórica. Entre 1870 e 1871, Napoleão III declarou guerra à Prússia de Bismarck. Os germânicos, mais preparados que os franceses, saíram vitoriosos. A França, tomada por crises internas, além de ter que pagar alta

indenização ao recém-unificado Império Alemão, perdeu os territórios da Alsácia e Lorena. Assim, os franceses perderam seu posto de nação europeia mais poderosa, depois do Reino Unido.

Para remediar esta situação, o governo francês empreendeu diversas reformas. Adolphe Thiers, primeiro Presidente da III República, reformou o Exército e investiu na economia do país. Também, ofereceu insumos para a emergência de um importante movimento universitário, denominado *Société d'Enseignement Supérieur* (S.E.S), que organizou os institutos superiores em universidades, além da criação de cursos de Geografia e ensino técnicos de nível superior (LESSA, 1998). Nesse contexto, o conhecimento geográfico é evocado como um instrumento de propulsão da identidade nacional.

Em verdade, não apenas o saber da Geografia, mas a própria língua passa a ser entendida como um instrumento político, um mecanismo de expansão cultural (GREFFET, 1988; MARIENGELA, 1996). O idioma francês, no final do século XIX era a língua das elites. “O francês representava o acesso ao mundo civilizado, à cultura, conferindo distinção e prestígio aos que a dominavam” (LESSA, 1998, p. 119). É com essa afirmação e crença que, em 21 de janeiro de 1884, foi fundada a Aliança Francesa. Esta instituição, idealizada por um geógrafo, Pierre Foncin, nasceu envolvida num espírito nacionalista e de vontade de reconquista da hegemonia perdida. O prestígio da língua francesa no mundo e a necessidade de fazer frente à ameaça germânica proporcionaram grandes impulsos à concretização dos objetivos dessa organização.

O Objetivo da Aliança Francesa era propagar a língua e a cultura francesa em todo o mundo. Surgiu como um empreendimento de capital misto, isto, com financiamentos públicos e privados. Em 1886, foi reconhecida como um estabelecimento de utilidade pública. Os progressos realizados pela instituição, dentro do território francês, impulsionaram a criação de filiais nos cinco outros continentes, os chamados Comitês de Ação, quatorze ao todo. Em 1887, foi criado o Comitê do Rio de Janeiro; em 1893, o de São Paulo; e, em 1894, o de Curitiba, Juiz de Fora e Campos.

Como já foi posto, em terras brasileiras, antes mesmo da chegada da Aliança Francesa, a influência cultural da França já se fazia presente. Além das obras políticas de August Comte e Alexis de Tocqueville, havia os jornais *Sud-Américain*, fundado

em 1885, *Le France* e *Etoile du Sud*, ambos fundados em 1886. Todos esses veículos prepararam terreno para a fundação da referida instituição, tornando-se, com o passar dos anos, meios propagandísticos dos cursos de francês e dos empreendimentos da França no Brasil.

Segundo Greffet (1988), a América Latina foi onde a Aliança Francesa melhor se desenvolveu. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, ela se ramificou em outras organizações:

On parle de l'Aliance Française de Rio, c'est inexact, on devrait parler de la dizaine d'alliances de Rio, chaque quartier ayant sa maison unique dans sa personnalité. Copacabana et son théâtre de poche, Ipanema et sa galerie, Botafogo et sa salle polyvalente, Tijuca et son Jardin, la Maison de France et sa bibliothèque. Chacune a son publique, ses activités culturelles, son ambience, sa vie (GREFFET, 1988, p. 101).¹⁷

Greffet (1988, p. 102), em seu discurso de elogio à Instituição, foi ainda mais longe. Para ele, incorreto também é considerar a Aliança apenas francesa. Segundo ele, uma organização dessa natureza surgiu “*d'une rencontre d'éléments complexes. C'est pourquoi elle est sui generis*”. Assim, a Aliança Francesa fundada no Rio de Janeiro guarda particularidades que aquela forjada no México não possui.

Para além da ideia de instrumento do colonialismo cultural, é importante assinalar que a Aliança Francesa logrou êxito. Ela conseguiu vencer as vicissitudes do cenário internacional e alcançar os seus 134 anos de funcionamento. Hoje, ela se faz presente em mais de 138 países, nos cinco continentes, perfazendo um número de 1335 estabelecimentos. O seu sucesso incentivou as políticas de intercâmbio científico, técnico e cultural que caracterizaram as relações bilaterais Brasil/França nos séculos XX e XXI.

3.5 O SÉCULO XX: AS MISSÕES FRANCESAS E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Simbolicamente, o século XX no Brasil iniciou-se duas décadas mais tarde. Isso, porque enquanto o mundo já sentia os ventos das renovações econômicas,

¹⁷ “Fala-se da Aliança Francesa do Rio, isso é inexato; deve-se falar das dezenas de Alianças Francesas do Rio, cada bairro tendo sua casa única em sua personalidade. Copacabana e seu teatro de bolso, Ipanema e sua galeria, Botafogo e sua sala polivalente, Tijuca e seu jardim, a Casa da França e sua Biblioteca. Cada uma tem seu público, suas atividades culturais, sua ambiência e sua vida” (GREFFET, 1988, p. 101, tradução nossa).

políticas e tecnológicas, os brasileiros ainda colhiam os frutos do escravismo e do colonialismo. Sim, com o advento da República, em 1889, poucas mudanças aconteceram no plano social: os negros e indígenas continuavam excluídos e oprimidos; o país permanecia submerso num patrimonialismo oligárquico e patriarcal; a economia brasileira ainda se sustentava sobre a agroexportação e estava subserviente às flutuações da conjuntura internacional; e, ao contrário dos demais países latino-americanos, o Brasil não possuía universidades, tampouco uma produção científica genuína. O sistema político brasileiro mudou, nas últimas décadas do século XIX, mas o país ainda estava fora dos trilhos, ou, como prefere Ianni (2004), fora do ritmo da história.

Entrementes, na Europa, já inserida do século XX, a França persistia na sua política de colonialismo cultural. Diante de um eminente conflito bélico, fazia-se necessário reforçar as linhas de enfrentamento para com a crescente hegemonia alemã. Nesse contexto, em 1908, a Universidade de Paris criou o *Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine (Groupement)*. Esta nova entidade objetivava a promoção do intercâmbio acadêmico entre a França e os países da América Latina (MASSI, 1991; FERREIRA, 2013; AVEIRO, 2016). O Brasil, mesmo não possuindo uma universidade, naquele ano recebeu, por força da iniciativa de Georges Dumas e Charles Richet, uma espécie de filial do *Groupement*, a *Aliança Universitária Franco-Latina*. O sucesso do empreendimento de Dumas e Richet, com suas palestras e exposições, evidenciava o fascínio dos brasileiros pelo gênio francês (LESSA, 1994).

As atividades chefiadas por esses dois franceses no Brasil, eram custeadas, principalmente, pelo capital da França. A necessidade de fortalecer o financiamento do seu colonialismo cultural fez com que a França criasse, em 1912, o *Fond pour l'Expansion Universitaire et Scientifique de la France à l'Étranger*, e em 1919, o *Service des Ouvres à l'Étranger*. Os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), dificultou a manutenção dessas agências de financiamento. Não obstante, em 1922, importante ano para a história da cultura brasileira, as iniciativas francesas inauguraram, no Rio de Janeiro, o *Instituto Franco-brasileiro de Alta Cultura*. A fundação desta autarquia tornou-se um alicerce para as Missões Universitárias que aconteceriam doze anos mais tarde (1934).

Retomando o pensamento de Ianni (2004), o ano de 1922, marcou, simbolicamente, o início do século XX no Brasil. No seu transcurso, o país passou por ebulições de diversas naturezas: o *Tenentismo*; a fundação do *Partido Comunista Brasileiro*; e a *Semana de Arte Moderna*. Esta obteve inspiração das tendências artísticas francesas. Por exemplo, uma das mais relevantes vertentes do movimento modernista brasileiro, aquela inaugurada pelo *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade, foi fortemente influenciada pelas ideias de Francis Picabia, autor do *Manifeste Cannibale Dada* e colaborador da *Revue Cannibale* (NASCIMENTO, 2015; BOAVENTURA, 2000). Além do Dadaísmo, as raízes do Cubismo também se encontram em terras francesas.

Após 1922, as palavras moderno e modernismo entraram para o linguajar das elites brasileiras, que aspiravam uma renovação da cultura e das instituições do país. Assim, embora o movimento modernista tenha sido, em sua origem, antiburguês e não elitista, teve muita aceitação da classe média e de setores da aristocracia urbana. E, para servir como modelo, nenhuma cultura “cairia” melhor do que a europeia. Os ricos “[...] olhavam no espelho das *europas* procurando modelos e ideais para se vangloriarem ou se estranharem” (IANNI, 2004, p. 27). Nesse sentido, ao espreitarem o futuro, muitos viam no Brasil uma França em potencial.

Na década de 1930, o país realizou mais um esforço no sentido de entrar no ritmo da história. No plano político, por força de um golpe de estado, as oligarquias mineiras e paulistas foram retiradas do poder central. Em seus lugares, entraram a Aliança Liberal (que de liberal tinha muito pouco), o nacionalismo e o populismo. A frente dessa transformação estava Getúlio Vargas. Para muitos, ele era a encarnação do novo, aquele que faria do Brasil aquela nova França.

E Vargas tinha mesmo alguma afetividade para com esse país. Embora, enquanto ditador, tenha flertado com o fascismo italiano, seus livros de cabeceira eram de origem francesa. Declamava de cor *Les Fleurs du Mal*, de Baudelaire, e sob seu travesseiro mantinha sempre o *Cours de Philosophie Positive*, de Augusto Comte (VIANNA, 1974; BOSI, 2004). Deste, talvez, tenha vindo a ideia de um poder executivo implacável e centralizador, sempre defendido por Vargas, na teoria e na prática.

Dentro do programa modernizador de Vargas e das elites, estava a criação de universidades. Mas, a primeira universidade a surgir no período não foi capitaneada pelo governo federal, e sim pelo estado de São Paulo, dada a força das elites paulistas

e a estabilidade do governo dessa unidade federativa. Assim, em 1934, fundou-se a Universidade de São Paulo (USP), que se tornaria uma das instituições de ensino superior mais prósperas da América Latina.

O estabelecimento desta autarquia foi muito importante para o Brasil que almejava o status de país moderno. No entanto, era muito mais interessante para a França, a Itália e a Alemanha, interessadas em conduzir a intelectualidade e a cultura brasileiras. Logo essas três nações iniciaram uma corrida para garantir as mais influentes cátedras na nascente instituição. Coube à França, após muita resistência da parte da Itália, conseguir as cadeiras de ciências humanas, linguagens e filosofia (LEFEBVRE, 1990, 1993; MOURÃO, 2009; FERREIRA, 2013). Para a Alemanha e Itália restaram os postos dedicados às ciências exatas e da terra (MASSI, 1991).

Os objetivos da França eram claros: impor a cultura e a ciência francesas para a sociedade brasileira. O verbo *imposer* aparece inúmeras vezes em textos franceses sobre as missões naquele período (LEFEBVRE, 1990, 1993; CHARLE, 1994). Com o crescente poderio germânico, não restava outra alternativa ao governo francês senão tornar mais incisiva a sua política de colonialismo cultural. Por exemplo, Aimée Dumas, esposa de Georges Dumas, interrogada por Paul-Arbousse Bastide, em um documentário de Marcelo Tassara, na década de 1980, sobre as ações francesas para com a nascente universidade brasileira, assim se reporta:

O meu marido, o professor George Dumas, conhecia Theodoro Ramos que estava encarregado pela Universidade de São Paulo para constituir uma equipe de professores em vários países: na Itália, na França, e outros. Logo que o meu marido soube que Theodoro Ramos chegara a Roma para recrutar os professores italianos, ele partiu ao seu encontro para que, na distribuição das cadeiras, os professores franceses fossem agraciados. Ele recebeu Theodoro Ramos, nós passeamos com ele por Roma, almoçamos na Embaixada da França. Nós não nos separamos durante oito dias. Ao fim de oito dias meu marido me disse: 'Eu estou muito satisfeito. Eles estão me pedindo oito professores para a Faculdade de São Paulo' (TASSARA, 1980).

As palavras de Madame Dumas deixaram patente o interesse francês em influenciar a educação no Brasil. Entre 1934 e 1944, trinta e oito professores franceses vieram realizar missões no Brasil (Quadro 1). Charle (1994, p. 58) fez uma interpretação interessante da atuação desses profissionais. Para ele, não se tratam apenas de pesquisadores, mas de representantes do Estado francês, *ambassadeurs*. Suas missões tinham objetivos claros: “[...] affirmer la filiation avec l’une des cultures

dominantes, assurer la permanence de l'universalisme français dans le monde"¹⁸. Esse caráter, com certeza, era mais acentuado nos geógrafos, nos filósofos, nos historiadores que nos físicos, matemáticos etc.

A escolha desses profissionais obedecia a um critério simples: a orientação ideológica. Conforme Massi (1981), Lefebvre (1990 e 1993), Da Costa (1991) Charle (1994) Mourão (2009) e Ferreira (2013), as disposições política e cultural dos profissionais franceses deveriam estar conforme à visão de mundo das elites paulistanas. Assim, a maioria dos mestres escolhidos por Georges Dumas e Theodoro Ramos eram católicos e casados. Pierre Deffontaines, por exemplo, preencheu todos os requisitos.

Pode-se dividir as missões científicas francesas à USP em três fases. Na primeira, vieram para o Brasil, professores titulares de universidades já com algum reconhecimento na Europa, como Pierre Deffontaines, renomado geógrafo discípulo de Paul Vidal de La Blache, e Fernand Braudel. No segundo momento, a partir de 1935, foram convidados jovens *'agregés'*, professores de liceu sem experiência no ensino superior, como Pierre Monbeig e Claude Lévi-Strauss.

No terceiro momento, coincidindo com o Pós-Guerra, foi a vez dos professores visitantes. Já no início dos anos 1940, não mais se justificava a contratação fixa de estrangeiros, como nos períodos anteriores, porquanto os brasileiros formados já possuíam condição de ocupar as cátedras nas universidades criadas até aquele momento (MASSI, 1991).

Entre os trinta e oito professores franceses que vieram para o Brasil até 1944, quatro eram geógrafos. Embora em menor número, os geógrafos tiveram grande destaque no cenário social e institucional (DELFOSSÉ, 1998, 2000; SILVA, 2012; FERRETTI, 2014, 2016). Destes, é importante destacar a atuação de Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. O primeiro, naquela época mais experiente e mais renomado que o segundo, foi orientado por Albert Demangeon e foi fortemente influenciado pelas ideias de Jean Brunhes. Quanto a sua visão de mundo, Deffontaines se declarava cristão, simpático ao catolicismo social de Robert Garric e, politicamente, neutro. Em carta a Caio Prado Jr., seu amigo e admirador, ele chegou a expor sua repulsa a qualquer forma de manifestação política (DELFOSSÉ, 1998,

¹⁸ “[...] afirmar a filiação com uma das culturas dominantes, assegurar a permanência de um universalismo francês no mundo” (CHARLE, 1994, p. 58, tradução nossa).

2000; FERRETTI, 2014, 2016). No tocante ao saber geográfico, era um divulgador do método regional da Geografia francesa.

Quadro 1 - Professores visitantes franceses da USP, UDF e UB*, entre os anos de 1934 e 1972

PROFESSORES	DISCIPLINA	PERÍODO	INSTITUIÇÃO
Paul Arbousse-Bastide	Sociologia	1934-1945	USP
Michel Berveiller	Latim e Grego	1934-1939	USP
Etienne Borne	Filosofia	1934-1935	USP
Emile Coornaert	História	1934-1935	USP
Pierre Deffontaines	Geografia	1934-1939	USP e UDF
Robert Garric	Letras	1934-1936	USP e UDF
Braudel Fernand	História	1935-1938	USP
Pierre Hourcade	Letras	1935-1937	USP
Claude Lévi-Strauss	Etnografia	1935-1938	USP
Jean Maugué	Filosofia	1935-1934	USP
Pierre Monbeig	Geografia	1935-1946	USP
François Perroux	Economia	1936-1937	USP
Eugène Abertini	História	1936-1939	UDF
Edouard Bourciez	Letras	1936-1939	UDF
Bréhier	Filosofia	1936-1939	UDF
Henri Hauser	História	1936-1939	UDF
Leduc Gaston	Economia	1936-1939	UDF
Jacques Perret	Grego e Latim	1936-1939	UDF
Etienne Souriau	Filosofia	1936-1939	UDF
Henri Tronchon	Letras	1936-1937	UDF
Philippe Arbos	Geografia	1937-1939	UDF
Alfred Bonzon	Letras	1937-1945	USP
Maurice Byé	Economia	1937 - 1945	UB
Cherel	Letras	1937-1945	UDF
René Courtin	Economia	1937-1938	USP
Jacques Lambert	Sociologia	1937-1938	UB
Georges Millardet	Latim e Grego	1937	UDF
Roger Bastide	Sociologia	1938-1954	USP
Pierre Frommont	Economia	1938-1939	USP
Gagé Jean	História	1938-1945	USP
Paul Hugon	Economia	1938-1972	USP
Bon	História	1939-1945	UB
André Gibert	Geografia	1939-1945	UB
André Gros	Economia	1939-1945	UB
Ombredanne André	Psicologia	1939-1945	UB
Henri Poirier	Filosofia	1939-1945	UB
Fortunat Strowski	Letras	1939	UB

Fonte: Lefebvre, 1990.

Elaboração: Ricardo Kassius, 2018.

* USP – Universidade de São Paulo; UDF - Universidade do Distrito Federal; UB – Universidade do Brasil.

A Geografia brasileira não começa com Deffontaines. É preciso recordar que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi fundada no final do século XIX e frequentada por inúmeras personalidades nacionais e internacionais. Antes das missões francesas do século XX, o Brasil recebeu Élisée Reclus (1893), Émile Levasseur e Pierre Denis, figurando em livros, artigos e monografias destes geógrafos. Mas, a presença de Deffontaines dotou a Geografia brasileira com novos atributos. Além de fundar o curso de Geografia na USP, em seu primeiro ano de missão, orientou cerca de onze monografias sobre o Brasil; criou, em sua residência, em 17 de setembro de 1934, a Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), com a participação de Caio Prado Jr., Rubens Borba de Moraes e Luiz Flores de Moraes Rego e também, contribuiu para a constituição do curso de Geografia na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pierre Monbeig, por sua vez, nas palavras de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1980, p. 11), “[...] era um jovem em busca do seu *doctorat d'état*”. Devido a II Guerra Mundial, Monbeig permaneceu no Brasil por onze anos, ao contrário dos demais geógrafos. Assim, pode elaborar um trabalho de pesquisa mais profundo sobre a realidade brasileira e melhor introduzir seus discípulos na pesquisa geográfica (AB’SÁBER, 1994). A sua longa estada na USP o permitiu, também, orientar seis teses de doutorado, duas dessas defendidas por Nice Müller e Ary França, e publicar inúmeros estudos, em francês e em português, como os *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*, o *Estudo geográfico das cidades* e *As estruturas agrárias das faixas pioneiras paulistas*.

A princípio, a tese de *doctorat d'état* de Monbeig versaria sobre as Ilhas Baleares, na Espanha. No entanto, impedido pelas dificuldades políticas que assolavam a Europa e, ao mesmo tempo, encantado pela virgindade do campo de pesquisa brasileiro, o geógrafo francês verteu seus esforços para as franjas civilizatórias do oeste paulista. Para tal, ele adotou, além do horizonte teórico oferecido pela Geografia vidaliana, um recorte regional do Estado de São Paulo. Sua tese foi defendida na Universidade de Strasbourg, em 1950, tendo como título *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo*.

Durante sua estada no Brasil, Pierre Monbeig abraçou, com engajamento, o seu papel de divulgador da cultura francesa. Neste aspecto, foi mais enérgico que Deffontaines — este mais contido e menos disposto às relações políticas. Isso

também ajuda na explicação da maior repercussão do seu trabalho em relação aos demais geógrafos. Observou-se o seguinte trecho de uma citação de Pierre Monbeig:

[...] enfim, posso parecer pedante ou nacionalista, mas, nós tínhamos a incumbência e a responsabilidade de divulgar a cultura francesa. Eu adorava ajudar os jovens a descobrir seu próprio país, que eles pouco conheciam. Eu os ensinava a ver suas próprias paisagens, o que lhe era emocionante (apud LIRA, 2017, p. 157).

Há aspectos bem interessantes nesta menção de Monbeig. Primeiro, ele assumiu a sua condição de embaixador e representante da cultura francesa. Em seguida, é perceptível, no trecho supracitado, a atuação de um discurso salvacionista. Ele se concebia como portador da revelação geográfica, ignorando, inconscientemente ou não, o trabalho heróico de uma geração composta por Oliveira Viana, Oliveira Lima, Euclides da Cunha, Sylvio Romero, Alberto Torres, para citar alguns.

Conforme Lira (2017), a ignorância de Monbeig perante a produção geográfica anterior a década de 1930 é intencional. A autora, com base na análise de documentos e entrevistas concedidas pelo geógrafo francês, constatou que Delgado de Carvalho, por ter uma formação essencialmente vidaliana, foi o único geógrafo brasileiro que alcançou alguma admiração de Monbeig. Os demais pensadores, alguns deles citados no parágrafo anterior, possuíam uma orientação demasiada alemã, simpáticos às ideias de Ratzel. Como a missão universitária francesa visava, além de divulgar a cultura do seu país, minar a possibilidade da consolidação de qualquer ideologia alemã no seio do pensamento social latino-americano, essa displicência de Pierre Monbeig se torna bem justificável.

A despeito do legado deixado por essas missões francesas em solo brasileiro e latino-americano, décadas mais tarde, muitas críticas foram tecidas à política internacional da França, principalmente, pelos próprios franceses. No clássico *Tristes Trópicos*, Lévi-Strauss, com muito senso crítico, denunciou os reais aspectos da fundação da universidade brasileira, salvaguardada pela intelectualidade francesa:

Nesse Brasil, que conhecera alguns gloriosos êxitos individuais, mas raros: Euclides da Cunha, Osvaldo Cruz, Chagas, Villa-Lobos, a cultura permanecera, até uma época recente, uma distração de ricos. E é por ter essa oligarquia necessidade duma opinião pública de inspiração civil e laica, para contrabalançar a influência tradicional da Igreja e do Exército, bem como do poder pessoal, que se criou a Universidade de São Paulo, decidindo abrir a cultura a uma clientela mais larga (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 103).

Nesses propósitos, as elites foram apoiadas pelo Estado. Aí, as reformas de Francisco Campos, Ministro da Educação da Primeira Era Vargas, devem ser recordadas. Formuladas no início da década de 1930, apesar de terem criado o Conselho Nacional de Educação e o Estatuto das Universidades, desamparou o ensino básico e secundário. A consequência mais direta desta política foi o despreparo geral da população para a vida universitária. Para Lévi-Strauss (1957), um dos principais desafios enfrentados pela intelectualidade francesa, no Brasil, foi o descompasso entre o ensino pretendido e o nível dos estudantes. Estes, apesar do entusiasmo, revelavam muitas deficiências, principalmente, em relação aos estudos dos clássicos.

Para o eminente pensador francês, somente mais tarde os franceses e os próprios brasileiros conseguiram entender as dimensões dessa conjunção cultural empreendida pelas missões científicas:

O erro de Georges Dumas foi o de jamais ter tido consciência do caráter verdadeiramente arqueológico desta conjunção. O único Brasil que ele soube seduzir [...] era o dos proprietários agrícolas [...]; os mesmos que os nossos estudantes [...] chamavam com rancor os *granfinos*. Coisa curiosa: a fundação da Universidade de São Paulo, grande obra na vida de Georges Dumas, devia permitir a essas classes modestas começar a sua ascensão, obtendo diplomas que lhes abririam acesso às posições administrativas, de tal forma que a nossa missão universitária contribuiu para formar uma nova "elite", que se ia afastar de nós na medida em que Dumas, e o Quai d'Orsay atrás dele, se recusavam a compreender que era ela a nossa criação mais preciosa, embora se entregasse a tarefa de solapar uma classe feudal que nos havia, em verdade, introduzido no Brasil, mas para servir-lhe em parte de caução e em parte de passatempo (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 13).

Como se pode ver, a dimensão política desse encontro entre nações sobrepõe, em muitos momentos, a dimensão científica e cultural. Ao transmitir conhecimentos e métodos, alguns franceses ajudaram, também, a implantar no Brasil um modelo burguês de sociedade. Essa nova conjuntura social, embora mais liberal que aquela que dominou durante a república velha, não era menos elitista. Muito ao contrário: no lugar da elite agrária e oligárquica, a universidade da década de 1930 e 1940 contribuiu para a emergência de uma aristocracia empresarial e burocrática. Esta nova elite, filha do Estado Novo, décadas mais tarde provocaria o suicídio de Getúlio Vargas e a abertura das fronteiras brasileiras ao capital internacional. Assim, ao considerá-la um dos produtos mais preciosos do seu percurso acadêmico por estas terras, Lévi-Strauss estava enganado.

O interessante é que o discurso dos franceses acerca das suas missões, com o término da Segunda Guerra Mundial, sofreu profundas alterações. Os movimentos de autodeterminação na África e na Ásia provocaram sérios abalos no seu domínio colonial francês. Isso fez com que o seu prestígio, em diversas partes do mundo, entrasse em declínio.

No Brasil, o declínio do colonialismo cultural francês tinha mais um agravante: a emergência do imperialismo norte-americano. Durante os anos de guerra, os Estados Unidos da América (EUA) criaram o *Office of the Coordinators Inter-American Affairs*, entregue ao comando de Nelson Rockefeller. Com esse programa,

[...] o Brasil foi inundado por uma avalanche de filmes e documentários. Utilizando a poderosa máquina da indústria cinematográfica de Hollywood, passaram também a desfilar pelas principais capitais estaduais uma série de astros famosos, tais como Tyrone Power, Douglas Fairbanks Jr., Henry Fonda e Anabela, além de Orson Welles [...].

Um outro nome de prestígio que chegou para fazer relações públicas foi o Walt Disney. Da sua visita nasceu o personagem Zé Carioca, transformado numa revistinha de sucesso no Brasil [...] (PORTO FILHO, 2014, p. 68-69).

A indústria cinematográfica, tanto francesa quanto italiana, sofreram drasticamente com o avanço da filmografia hollywoodiana.

Os investimentos norte-americanos não ficaram apenas no plano cultural. Em 1942, o poder estadunidense concluiu a Base de Natal, um complexo criado para abrigar hidroaviões, formando o maior conjunto militar que os EUA construíram fora de suas fronteiras. Tal entreposto foi “[...] de fundamental relevância no processo logístico de municiamento dos fronts de guerra, na África e na China-Indochina-Birmânia” (PORTO FILHO, 2014, p. 87). A presença militar norte-americana no Brasil, no período do Grande Conflito, culminou com o encontro entre Vargas e Roosevelt, em janeiro de 1943.

Em seus estudos, Lessa (2000) indicou a perda da influência francesa na economia brasileira, durante o Pós-Guerra. Segundo o autor, entre 1945 e 1949, a França participava com apenas 2,05 % nas correntes de comércio exterior com o Brasil, contra os 46,17% da norte-americana e os 9,01% da Grã-Bretanha. No tocante ao percentual dos principais clientes e fornecedores, a situação era ainda mais dramática: entre 1950 e 1955, apenas 5,44% das importações brasileiras provinham da França, enquanto outros 34,81% tinham origem na economia estadunidense.

Por outro lado, Getúlio Vargas soube se beneficiar das consequências da Segunda Grande Guerra. As exportações brasileiras cresceram consideravelmente.

O Brasil, na época, acumulou no exterior, reservas superiores a 500 milhões de dólares. A conjuntura econômica propiciou a construção de grandes empreendimentos industriais em território nacional. Criaram-se a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, a Petrobras, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Eletrobras etc. Destarte, o Brasil saiu da condição de simples demandante para a condição de demandado.

Analisando a nova conjuntura que se formava, a partir do ano de 1947, a França abandonou os objetivos de 1944 – manter o domínio, a segurança e a supremacia em relação à Alemanha. Doravante, a prioridade foi a de procurar a segurança em relação ao Bloco Ocidental, mediante a “[...] aceitação dos créditos do Plano Marshall, da assinatura do Pacto Atlântico, em 1948, da entrada na OTAN, em 1949, e também do apoio aos Estados Unidos nas questões alemã e coreana” (SUPPO, 2016, p. 4). Esse novo horizonte amenizou o discurso colonialista francês para com a América Latina, já que seria impossível concorrer com a onda americanizante. A França se contentou em manter a sua condição de berço da cultura, da ciência, da literatura e das artes na modernidade ocidental. Esta era a única arma que ela possuía para continuar exercendo alguma influência no mundo.

Sob essas novas circunstâncias, o Acordo Cultural Franco-Brasileiro foi assinado em 1948. Tinha os seguintes objetivos: i. circulação de livros, filmes educativos, documentários, revistas, publicações literárias, discos, obras artísticas, científicas e técnicas entre os países signatários; ii. promoção de visitas de intelectuais e artistas; iii. emprego de professores e técnicos, de ambos os países, nas universidades, colégios e liceus; iv. a criação de cadeiras e postos de leitores em universidades e outras instituições de ensino superior para o estudo da língua, literatura e história respectivas e de todos os outros temas de interesse a ambos os países; v. estadias e bolsas para estudantes; vi. intercâmbios radiofônicos de caráter cultural. Esse Acordo gerou para o Brasil, principalmente, uma maior capacitação de pessoal a nível de pós-graduação. Para a França, até o início dos anos de 1960, sua hegemonia no cenário científico e filosófico brasileiro.

Na década de 1960, a política de expansão cultural francesa para o Brasil, sofreu mais uma inflexão. Em abril de 1964, ocorreu o golpe militar, implantando um regime ditatorial. As forças armadas, ao tomar o poder, aproximou ainda mais os laços que já existiam entre a cultura brasileira e o imperialismo norte-americano. Muitos

intelectuais foram mortos e/ou exilados. Paris, capital da França, vista como a sede da cultura universal e do livre pensar, tornou-se o principal destino dos perseguidos políticos.

Entrementes, a academia brasileira se aproximou ainda mais do modo americano de fazer ciência. Inúmeros profissionais de diversas áreas foram enviados, no período, para fazer cursos de pós-graduação em universidades dos EUA. Diversos institutos sustentados pelo poder estatal, como o IBGE, são transformados em redutos do saber instrumental e pragmático. Também, o humanismo francês, que já flertava, desde os anos 1930, com as ideias marxistas e anarquistas, foi visto pelos órgãos da censura com certa desconfiança.

Apesar desse contexto desfavorável, em 16 de janeiro de 1967, o Brasil e a França assinaram o Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Tal convênio, promulgado em 1968, estreitou as relações estabelecidas no Acordo anterior (de 1948). Cada governo, com o objetivo de efetuar a colaboração, empenhar-se-iam em assegurar: i. a colocação de peritos, professores, pesquisadores e técnicos à disposição da outra parte, fornecendo ajuda técnica e administrativa; ii. a ajuda para a realização de programas de pesquisas científica e técnica, fundamental e aplicada, sobretudo através de estabelecimentos ou organismos especializados nessas matérias; iii. a organização de estágios de estudo ou de aperfeiçoamento e a concessão de bolsas; iv. a intervenção de organismos especializados em estudos referentes ao desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 1968).

Diferente do Acordo anterior, este teve a ideia de “cooperação” como espinha dorsal do texto. Também, a França, governada pelo General Charles De Gaulle, tendo como Ministro da Educação André Malreaux, voltou-se para o então “Terceiro Mundo” com um novo olhar. O imperialismo messiânico e salvacionista, pautado na hegemonia cultural, é substituído por um discurso solidarista, com o intuito de ajudar os países, principalmente, da América Latina, e, bem mais tarde, da África e Ásia a superarem a condição do subdesenvolvimento. Sob essa nova *formação discursiva*, surgiu a defesa e a promoção do desenvolvimento local. A ciência e a tecnologia deveriam atender a uma vontade interna, às aspirações profundas de cada povo; têm a incumbência de viabilizar um tipo de desenvolvimento “[...] *qui soit viable à long*

*terme, parce que reposant sur une dynamique interne susceptible de s'entretenir*¹⁹ (TUONG, 1979, p. 333).

A nova política de promoção das relações internacionais francesas, ao contrário daquela do início do século XX, colocou-se contra a ideia de imposição, linguisticamente, materializada no verbo *imposer*. Em discurso de 1972, o Presidente Pompidou se posicionou: “Il n'a jamais été dans nos intentions d'imposer (la coopération) à perdonne et ele est le resultat d'engagements réciproques librement consentis entre états souverains” (apud FOUBERT, 1973, p. 715). Todavia, essa cooperação, pautada num discurso de humanismo e solidariedade, não era desinteressada. Com essas novas estratégias, a França garantiu seu quinhão na rede de comércio entre os países do primeiro mundo e as nações subdesenvolvidas (FOUBERT, 1973; GLEIZES, 1979).

A mais prolífica consequência dessa nova conjunção entre o Brasil e França, institucionalizada em 1967, para este estudo, foi o Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária (1978), assinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB). Foi o primeiro convênio de envergadura internacional implementado pela CAPES. Os detalhes dessa convenção será objeto do próximo capítulo.

¹⁹ “[...] isso é viável no longo prazo, porque é baseado em dinâmicas internas que podem ser mantidas” (TUONG, 1979, p. 333, tradução nossa).

4 O ACORDO CAPES/COFECUB E O FORTALECIMENTO DA GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Há na história continuidades e rupturas. Todo o esforço historiográfico do capítulo anterior contemplou um objetivo: mostrar que o Acordo CAPES/COFECUB, ao mesmo tempo que carregou resultados de uma longa experiência do Brasil em suas relações com a França, teve suas singularidades e novos propósitos. Assim, se na aparência, esse intercâmbio científico foi similar ao que aconteceu entre os anos 1930 e 1950, no conteúdo das cláusulas, nos sentidos dos textos, na conjuntura socioespacial, houve muitas diferenças.

Faça-se um pequeno mapa do tempo dos anos 1980: o Brasil, recém saído da Ditadura Militar, encontrava-se no ocaso deste período autoritário, aturdido por uma crise econômica e política. No entanto, no cenário internacional, já não possuía a mesma ‘imaturidade’ dos anos 1930. Politicamente, na década de 1980, as relações internacionais foram mais equânimes. Também, a França não mais se assombrava com o fantasma da Alemanha; portanto, sua cultura, perante às demais, não precisava de uma imposição. No quesito educação superior, os cursos de graduação e pós-graduação do Brasil, com o fortalecimento da CAPES e CNPQ, estavam “devidamente” policiados e orquestrados. No mesmo plano, nas terras brasileiras, a cultura francesa perdera a hegemonia para a norte-americana, ou seja, os filmes e as músicas francesas já não eram a primeira opção. Na academia, a ebulição das ideias de Foucault e Sartre conviviam com efervescentes discursões em torno de Richard Rorty (americano), Marx (alemão), Trótski (ucraniano), Gramsci (italiano) e outros. A Geografia brasileira já não era totalmente filha da Geografia francesa, haja vista os círculos do IBGE e Rio Claro (São Paulo), arautos de uma Geografia neopositivista e americanizada.

Levando em consideração essas peculiaridades históricas, neste capítulo, versar-se-á sobre os aspectos institucionais do Acordo CAPES/COFECUB e dos Projetos 11/79 e 11/79/85, do Departamento de Geografia da UFBA. Para sua elaboração, os documentos institucionais (relatórios, ofícios e requerimentos) foram de substancial importância. Em termo teórico-metodológico, embora se recorra, em algumas situações, a um esforço explicativo, esta sessão possui um aspecto descritivo, visto que se enumera os acontecimentos e suas características. Trata-se

de um ponto de partida necessário para um próximo esforço analítico-reflexivo, matéria de trabalho para outra parte desta dissertação.

4.1 O LABORATÓRIO DE GEOMORFOLOGIA E ESTUDOS REGIONAIS DA UNIVERSIDADE DA BAHIA (UBA): UM ANTECEDENTE HISTÓRICO DA PRESENÇA DA GEOGRAFIA FRANCESA NA BAHIA

Na investigação pelos antecedentes históricos da presença francesa na Bahia, é mister considerar o ano de 1956, especialmente, o Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, Milton Santos, então professor de Geografia da Faculdade Católica da Bahia, encontrou-se com importantes geógrafos franceses — entre eles, Jean Tricart, que mais tarde seria seu orientador — e plantou as sementes para futuras parcerias.

Além da amizade e simpatia dos cientistas franceses, Milton Santos obteve apoio e investimentos benéficos à toda a Geografia baiana da época. Por exemplo, entre 1957 e 1958, ele, Teresa Cardoso da Silva e Nilda Guerra de Macedo doutoraram-se em Geografia pela *l'Université de Strasbourg*, uma das maiores instituições de ensino da Europa. Em 1958, naquela Universidade, defendeu sua tese de doutorado, *O Centro da Cidade do Salvador* (1958), um clássico da Geografia.

Nos anos 1950 e 1960 havia um ambiente propício para o desenvolvimento científico e artístico na Bahia. Neste período, este Estado ganhou sua primeira universidade. “Homem de visão”, no dizer de Tomaz Cruz (apud BOAVENTURA, 1999, p. 25), Edgard Santos, ao fundar a Universidade da Bahia, não se contentou em apenas reunir as escolas superiores independentes, “[...] reconhecendo [...] as características culturais e as demandas tecnológicas do estado, o reitor Edgard Santos buscou dotá-lo de um espaço privilegiado onde as vocações históricas ou naturais da região pudesse florescer” (SERPA, 1999, p. 30). Dessa maneira, com um modelo similar ao da USP (MARQUES, 2010), nas palavras de Tales de Azevedo (1999, p. 53), “[...] a universidade abriu-se a outros campos e tipos de atividade intelectual [...], particularmente, o das artes”. Para Gilberto Freyre (1999, p. 21), a verdade era única: com a UBA, “[...] começa a haver na Bahia uma universidade que se destaca dos simples conjuntos de escolas profissionais que se passam no Brasil por universidade”. Uma universidade viva e orgânica, então, se afirmava.

Assim, em 1959, o Professor Milton Santos foi convidado pelo referido reitor para, juntamente com o Professor Jean Tricart, representando a Cooperação Francesa, fundar na Universidade da Bahia, um centro de estudos geográficos, designado, então, por Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia (LGERUB) (SILVA, 1999). Outros centros também surgiram, tais como o Laboratório de Estudos Portugueses e o Laboratório de Geoquímica.

Nesse contexto acadêmico, as orientações teóricas e metodológicas do LGERUB eram claras. Segundo Milton Santos (1959, p. 5), o Laboratório “[...] empenhou-se na preparação de especialistas em Geografia Aplicada, através da leitura dirigida, sessões de discussão e de método, de excursões, de pesquisas didáticas além da orientação pessoal”. Para Silva (1999, p. 110), nesse convívio de pesquisadores, a ciência geográfica era tratada como técnica e como reflexão. “Uma reflexão livre durante a qual o Prof. Milton Santos não só ensinava como incentivava a criação, através do pensamento autônomo, crítico e criativo”. Tais disposições estavam coerentes com a Geografia desenvolvida entre as décadas de 1950 e 1960, e, também, atendendo às pressões da conjuntura social desse período.

Além da presença gestora de Milton Santos, o LGERUB teve a orientação de Jean Tricart. Este eminente geógrafo influenciou teórica e politicamente os trabalhos realizados pelo Laboratório. Para ele, e muitos geógrafos agremiados no Centro de Geografia Aplicada da l’Université de Strasbourg, a ciência geográfica não era contemplativa, deveria intervir na realidade, integrar as comissões de planejamento/planificação e redirecionar os destinos dos seres humanos. Desse modo, com base nas palavras de Tereza Cardoso da Silva (2003),

Tricart [...] veio à Bahia estimulado pelo interesse de um pequeno grupo de geógrafos da UFBA, vislumbrando a possibilidade de empreender estudos para implementar ‘uma política de despertar econômico para a Bahia’, como ele próprio definiu no seu programa de pesquisas aplicadas. Iniciou-se assim, o vínculo de cooperação técnico-científica com o Centro de Geografia Aplicada da Universidade de Strasbourg, proporcionando a formação de doutores, entre os quais Milton Santos, Nilda Guerra de Macedo, Teresa Cardoso, Ana Dias Carvalho, Déa Erdens e Maria Auxiliadora Silva. Incentivado pelo mestre e amigo Tricart, foi fundado o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da UFBA que se tornaria o centro modelar de pesquisa e ensino, polo de atração de geógrafos e estudantes brasileiros, durante essa época mais profícua da Geografia baiana (SILVA, 2003, p. 151).

Outrossim, a orientação teórica e metodológica do LGERUB era sensível à conjuntura socioespacial do período da sua fundação. Entre os anos de 1950 e 1964,

a política que predominava no cenário nacional baseou-se no populismo, no nacionalismo e no desenvolvimentismo, promovendo a industrialização pela via estatal. É desse período o chamado Plano de Metas — que objetivou implementar os setores de infraestrutura, alimentação, indústria de base e educação — e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A Bahia, a partir de 1950, também enfrentou mudanças estruturais. Após a descoberta do petróleo em Lobato (1938), criou-se a Refinaria Landulpho Alves (1950), que impulsionou o processo de imigração para Salvador, e desencadeou um vertiginoso processo de urbanização e modernização da capital baiana. Para impulsionar ainda mais esse processo, o segundo governo de Juracy Magalhães (1959 - 1961) elaborou o Plano de Desenvolvimento para a Bahia (PLANDEB), reproduzindo a política de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961).

Nessa esteira, a planificação regional e urbana ganhou respaldo. Muitos laboratórios de pesquisa das universidades e órgãos públicos foram solicitados para participarem do processo. Em textos como *A Localização Industrial de Salvador* (1958) e *A Geografia Aplicada* (1960) está subentendida a intenção dos profissionais integrantes do LGERUB em contribuir, ativamente, com o planejamento territorial da Bahia. Dado os sucessos desses estudos, em 1963, durante o governo de Lomanto Junior, Milton Santos foi nomeado Presidente da Comissão do Planejamento Econômico do Estado da Bahia, cargo esse que deixou em 1964. Após ser empossado Presidente da República, Jânio Quadros o convidou para ser o subchefe da Casa Civil da Bahia, cargo que exerceu durante o curto mandato do Presidente (SANTOS, 1959; SILVA, 2011). Nessa ocasião propôs a Jânio Quadros, medidas como punição a bancos e exportadores e impostos sobre as grandes fortunas, o que foi acatado pelo Presidente.

O LGERUB é uma obra brasileira e, ao mesmo tempo, francesa. Além de Tricart, outros geógrafos franceses, como Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Jean Roche, Michel Rochefort, J. P. Serrautte, Bernard Kayser, Jacqueline Beaujeu-Garnier, Jean Dresch, Henry Vogt, e portugueses como Orlando Ribeiro, entre muitos outros, estiveram na Bahia proferindo palestras, cursos e participando de excursões ao interior do Estado (SILVA, 1999). Esses professores estrangeiros, com Milton Santos e Teresa Cardoso, juntamente com a jovem equipe de estudantes do Laboratório, percorreram, em seus estudos, a Chapada Diamantina, o Recôncavo,

nas bacias hidrográficas dos rios Paraguaçu, Itapicuru, a Região do Café, o sul do Estado da Bahia, a Zona do Cacau, entre outros, do que resultou vários livros²⁰ e artigos publicados. Através desses estudos, a natureza e a sociedade baianas se desvelam para as Geografias nacional e mundial²¹.

O Laboratório recebeu apoio da Fundação Joaquim Nabuco e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Nesse momento (1959), o grupo era composto pelos professores Milton Santos, Nilda Guerra de Macedo, Norma Maria Freitas e Antônia Déa Erdens, e as estagiárias Yolanda Maria Santos e Dulce Lima de Brito, com as colaborações das estudantes Maria Auxiliadora da Silva, Marlene de Aragão Carneiro, Walkyria Sulz, Ezilda Pereira e Lilia Leal de Souza (SANTOS, 1959; SILVA, 2003). Com o passar dos anos, agregaram-se, entre outros, Dorcas Perin (1960), Célia Peixoto Motti (1961), Douracy Soares (1961), Florisvaldo Falk (1962) e Sylvio C. Bandeira M. Silva (1962) (SILVA, 1999). Vieram compor, também, o Laboratório, os seguintes geógrafos franceses: Alfredo Zinc (1962), Nicole Lacroix (1961) e Pascal Motti (1966).

Os primeiros resultados do LGERUB foram apresentados, com brilhantismo, no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, organizado por Milton Santos, com o patrocínio da Universidade da Bahia e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1959. Nessa ocasião, professores, vindo de várias partes do mundo, trocaram ideias no campo da Geografia e das ciências sociais.

Nesse ambiente, criou-se, em 1960, um dos primeiros periódicos científicos da Geografia baiana, o *Boletim Baiano de Geografia*. Foram publicados 16 números, ao longo de nove anos de existência (1960-1969), divulgando trabalhos de geógrafos da Bahia, do Brasil e do mundo (SILVA, 1999; SANTOS, 2012).

²⁰ São eles: 1) TRICART, J.; SANTOS, M.; SILVA, T. C.; DIAS, A. C. *Estudos de Geografia da Bahia*. Salvador: Universidade da Bahia e Livraria Progresso Editora, 1959. 2) SANTOS, M. *O Centro da cidade do Salvador*. estudo de Geografia urbana. Salvador: Universidade da Bahia e Livraria Progresso Editora, 1959. 3) TRICART, J. *Zonas morfoclimáticas do Nordeste Brasileiro*. Salvador: Universidade da Bahia e Livraria Progresso Editora, 1959. 4) SANTOS, M. *A cidade como centro de região*. Salvador: Universidade da Bahia e Livraria Progresso Editora, 1959. 5) TRICART, J.; SILVA, T. C. *Programa de estudos geomorfológicos para o vale do Paraguaçu*. Salvador: Universidade da Bahia e Livraria Progresso Editora, 1959; e, 6) TRICART, J.; MACÊDO, N. G. *Esquema de planejamento hidráulico do rio Itapicuru*. Salvador: Universidade da Bahia e Livraria Progresso Editora, 1959.

²¹ Segundo a Professora Maria Auxiliadora da Silva (1999, p. 110): “Registre-se o fato de, no início da década de 60, o Prof. Milton Santos ter encontrado, em bibliotecas de universidades da África, publicações dele e de outros intelectuais baianos como o Dr. Thales de Azevedo e o Prof. Fernando Pedrão, por exemplo.

O LGERUB foi um divisor de águas na história da Geografia da UFBA. Até 1959, data da sua criação, a ciência geográfica nessa universidade restringia-se ao ensino, conquanto se destacassem professores de excelência, como o engenheiro Dalmo Pontual e o geógrafo Waldir Freitas Oliveira. Segundo Silva (1999),

[...] o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais representou uma proposta renovadora. A década de 60 pode ser considerada como a época áurea da Geografia da Bahia. [...] As pesquisas desenvolvidas pela equipe eram orientadas para as linhas urbano-regional e meio ambiente, com destaque para a geomorfologia (SILVA, 1999, P. 109).

O LGERUB foi extinto em 1969. A sua dissolução deveu-se à reforma universitária, que anexou todos os laboratórios de pesquisas aos institutos básicos, como o Instituto de Geociências (IGEO), que foi formado pelos professores e pesquisadores do LGERUB, da Escola de Geologia, do Laboratório de Geoquímica e de alguns professores oriundos da antiga Faculdade de Filosofia e da Biologia. Entretanto, sua curta existência deixou um grande legado, um alicerce forte para sustentar as alianças e os progressos do futuro. Fala-se do acordo CAPES-COFECUB. Todo o conhecimento produzido e acumulado pelo círculo de Milton Santos, entre as décadas de 1950 e 1960, legitimaram a Geografia da UFBA como beneficiária do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, entre o Brasil e a França, no final da década de 1970.

4.2 O ACORDO CAPES/COFECUB

Em 1978, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Comité Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil (COFECUB) estabeleceram um programa de cooperação interuniversitária, denominado CAPES-COFECUB, cujo objetivo principal era a formação de pessoal e o desenvolvimento da pesquisa.

O Acordo CAPES/COFECUB foi o primeiro convênio de envergadura internacional implementado pela CAPES. Inicialmente, esse Acordo visava capacitar as universidades do Norte e Nordeste do país, bem mais necessitadas do que as universidades do Sul e do Sudeste, principalmente, naquilo que era objetivo do Acordo (PRESA, 1985; SILVA, 1992). Para a França, era uma maneira de consolidar uma

cooperação que já existia informalmente entre ex-alunos brasileiros e orientadores franceses.

No texto inicial do Acordo, apenas seis universidades foram contempladas. São elas: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1979, vinte projetos foram aprovados para estas instituições (Quadro 2). No entanto, devido a pressão exercida pelas universidades do Sul e do Sudeste, desejosas de participar do Acordo, anos mais tarde, o mesmo se estendeu às universidades dessas duas regiões brasileiras.

Quadro 2 - Relação dos Projetos CAPES/COFECUB aprovados no ano de 1979

CÓDIGO	TÍTULO DO PROJETO	INSTITUIÇÃO
001/79	Eletrônica de Potência	UFPB
002/79	Desenvolvimento Urbano e Regional	UFPE
003/79	Farmoquímica	UFPE
004/79	Patologia Tropical	UFC
005/79	Administração de Pequenas e Médias empresas	UFPB
006/79	Química Orgânica	UFAL
007/79	Engenharia Elétrica	UFPB
008/79	Engenharia Elétrica: microprocessadores	UFPE
009/79	Socio-economia do Mundo Rural	UFPB
010/79	Espaço e Desenvolvimento	UFRN
011/79	Dinâmica dos Geossistemas do Sertão Baiano	UFBA
012/79	Produção Animal	UFC
013/79	Produção Vegetal	UFPB
014/79	Química Orgânica	UFC
015/79	Engenharia Química	UFPE
017/79	Tratamento dos Minerais	UFRN
018/79	Tecnologia Educativa	UFRN
019/79	Educação de Jovens e Adultos	UFPB
020/79	Educação e Planificação	UFC

Nota: na lista concedida pela CAPES não consta o projeto nº 016/79.

Fonte: CAPES/COFECUB, 2015.

Elaboração: Ricardo Kassius, 2018.

Essa mudança na orientação do Acordo mostrou o peso das desigualdades regionais do Brasil. No ano de 1981, dos 22 novos projetos aprovados, nove pertenciam a São Paulo, seis ao Rio Grande do Sul, dois ao Ceará, um a Bahia, um das Alagoas, um as Minas Gerais, um a Paraíba e apenas um para a Região Norte,

no estado do Pará. Assim, aquele projeto pensado para promover o equilíbrio nas relações científicas no território nacional terminou por reproduzir e reforçar a hegemonia das universidades paulistas e sulinas. Conclui-se que a defasagem que reinava nos Programas de Pós-graduação do Nordeste não possuía uma natureza cultural ou educacional, mas, de ordem política e econômica. Historicamente, em relação aos pesquisadores do Norte e Nordeste, a elite acadêmica dos estados do Centro-Sul sempre possuiu mais poder de interferir nos processos decisórios do país, haja vista as origens da maioria dos dirigentes da CAPES.

O Acordo CAPES/COFECUB, em seus 40 anos de existência, apesar dos desafios e descompassos, desempenhou importante papel no desenvolvimento da ciência na região Nordeste. No que diz respeito a Bahia, além do aperfeiçoamento do corpo docente, possibilitou a criação de cursos de pós-graduação (*lato e strictu sensu*). O próximo tópico versa sobre como esse termo de compromisso mútuo fortaleceu a pesquisa geográfica na Universidade Federal da Bahia.

4.3 OS PROJETOS 11/79 E 11/85: O ACORDO CAPES/COFECUB NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Entre os 20 projetos aprovados no ano de 1979, para o Nordeste do Brasil, como já foi dito, estava o Projeto *11/79 Geografia*, com vista à cooperação entre a Université de Bordeaux e a Universidade Federal da Bahia (GONÇALVES, 1981). O histórico acadêmico e científico que já existia entre a Geografia da Bahia e as universidades francesas muito contribuiu para que o Departamento de Geografia do IGEO/UFBA fosse selecionado para a execução do projeto. Segundo Silva (2002),

[...] a escolha foi baseada nas relações que, desde 1959, a Geografia, através do Prof. Milton Santos, mantinha com a Cooperação Francesa. [...] A partir daí os laços entre o Brasil e a França se estreitaram e vários geógrafos baianos seguiram para diversas universidades francesas para completarem a sua formação, enquanto que a Bahia recebia os mais ilustres mestres franceses para cursos, conferências e trabalhos de campo (SILVA, 2002, p. 11).

A execução do acordo ocorreu sob um contexto complexo. A UFBA estava a cargo da gestão do Reitor Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa. As universidades federais, nesse momento, sofriam com os desdobramentos de um profundo processo de reestruturação (Lei nº 5.540/68), “[...] que obrigou a Universidade a mudar, para

atender aos interesses do Estado” (MARQUES, 2010, p. 288), em detrimento da sua liberdade de pensamento e produção. Em termos nacionais, com o fim do chamado “Milagre Econômico”, o país estava imerso numa crise concomitante à decadência do então Regime Ditatorial. Não obstante, devido a uma certa singularidade conjuntural, a UFBA angariou avanços no campo do ensino e da pesquisa. Por exemplo, criou-se o *Fundo de Amparo à Pesquisa e Extensão* (FAPEX), órgão que se tornou muito importante para a abertura da Universidade, seja através de atividades construídas juntamente às comunidades externas (rurais e urbanas), ou através de convênios com os governos municipal e estadual (MARQUES, 2010; BOAVENTURA, 1999). Também, coube ao supracitado Reitor a fundação do Instituto de Matemática, uma instituição de renome nessa área de estudo. Assim, apesar de estar envolvida num contexto socioespacial atribulado, a Universidade ofereceu um terreno propício para o estabelecimento do Acordo CAPES/COFECUB.

Pode-se dividir os quatorze anos (1978 – 1992) de trabalhos acadêmicos e científicos do Acordo CAPES/COFECUB, no Departamento de Geografia na UFBA, em duas etapas: o **Projeto 11/79** e o **Projeto 11/85/91**. O primeiro convênio foi assinado com a Universidade de Bordeaux, tendo como coordenador o Professor Guy Lassère (até 1984), e pela UFBA, a Professora Neyde Maria Santos Gonçalves (até 1982)²². Em seguida, entre 1985 e 1992, a coordenação passou a ser exercida pela Professora Maria Auxiliadora da Silva e pelo Prof. Jacques Hubschman, da Université de Toulouse Le Mirail.

Para a concretização desse empreendimento, seria necessário estabelecer uma série de atividades, as denominadas missões. Estas eram de dois tipos: *missões de identificação/trabalho* e *missões de estudos* (ensino e pesquisa). As primeiras visavam estabelecer contatos iniciais entre os coordenadores (do lado francês e do lado brasileiro) e delinear os objetivos do projeto. Nesse rol, além de definir qualitativa e quantitativamente o programa de intercâmbio, eram analisadas as possibilidades estruturais de atendimento das instituições signatárias. Os resultados desses primeiros procedimentos, de acordo com Presa (1985), permitiriam a elaboração de

²² A Professora Neyde Maria Santos Gonçalves, na época professora adjunta e coordenadora do curso de especialização em Análise Espacial, afastou-se da coordenação do CAPES/COFECUB devido a outros encargos acadêmicos assumidos junto ao Departamento de Geografia. Destarte, em reunião departamental, foi aprovada com unanimidade, para a sua substituição, o nome da Professora Maria Auxiliadora da Silva (GONÇALVES, 1982). Os principais requisitos que fundamentaram esta eleição “[...] foram o conhecimento da França e do idioma francês, o relacionamento com o coordenador francês e o bom andamento do Projeto que era do Departamento de Geografia” (SILVA, 1985, p.1).

um programa de cooperação adaptado às realidades das universidades brasileiras e francesas, aumentando as possibilidades de sucesso do acordo bilateral.

Cumprida esta primeira etapa, foram estabelecidas as *Missões de Estudos*. Tratavam-se do envio, para os países signatários, de profissionais com o objetivo de realizarem estudos curriculares, ensino e pesquisa. Foram realizadas no Brasil e na França. As indicações dos professores resultaram dos contatos mantidos entre os coordenadores do projeto. Existiram missões de longa duração (3 meses ou mais) e curta duração (no máximo 45 dias). Nas primeiras, dedicadas à docência, os professores receberam ajuda de custo equivalente à remuneração de professor de igual titulação do país anfitrião. Também, existiram os intercâmbios para cursos de mestrados, doutorados e estágios de pós-doutorados reservados, especialmente, para professores brasileiros.

Logo de início, seguindo os objetivos do acordo, houve uma grande contribuição dos professores franceses, como de alguns brasileiros: foram os dois cursos de especialização (*Lato Sensu*)²³. Sob a égide da chamada economia espacial, da revolução verde e dos grandes movimentos ecológicos, os cursos abordavam, entre outros temas: *os modelos de regionalização; a metodologia da pesquisa e seus desenvolvimentos; ambientes, recursos naturais e conservação; espaço, organização e planejamento*; e, no campo da Geografia urbana, *as atividades terciárias e seu papel na organização do Espaço Urbano*.

O público era composto por professores do Departamento de Geografia da UFBA, da Faculdade de Arquitetura, estudantes da graduação em Geografia, engenheiros e profissionais de áreas afins do Projeto Radam/Brasil, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e da atual Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Ambos os cursos foram realizados no Departamento de Geografia, com duração de um ano, cada um, alcançando um público de 33 discentes e sob a coordenação da Prof.^a Neyde Maria S. Gonçalves. O corpo docente era composto

²³ Em anos anteriores (1974-1978), o Departamento de Geografia da UFBA obteve uma experiência em termos de pós-graduação. Refere-se ao curso de especialização (*lato sensu*) em Planejamento Urbano (CEPU), num convênio entre a SUDENE e o Programa Nacional de Capacitação de Recursos Humanos, realizado na Faculdade de Arquitetura da UFBA. O corpo docente do CEPU era constituído por professores credenciados ao Departamento de Geografia. Eram eles: Barbara-Christine M. N. Silva, Neyde Maria S. Gonçalves e Sylvio Carlos Bandeira de M. e Silva (SILVA, 1992).

pelos professores: Georges Bertrand e Bernard Kayser, ambos da l'Université de Toulouse Le Mirail; Donald Janelle, da Universidade de Wester Ontário; Roberto Lobato Corrêa da UFRJ; Livia de Oliveira e Miguel Cezar Sanches, da UNESP (GONÇALVES, 1982). Além destes, os professores da UFBA: Barbara-Christine M. N. Silva, Regina Celeste de Almeida Souza, Sylvio Bandeira de M. Silva, Douracy Soares e Zelita Santana, perfazendo uma carga horária de 645 horas. Esses cursos, mais tarde, viriam subsidiar o projeto para a instalação do curso de Pós-graduação *stricto sensu* em Geografia.

Quanto a pesquisa realizada entre professores franceses e brasileiros, a primeira, ainda na **fase de implantação**, versou sobre os “Geossistemas, Planejamento e Desenvolvimento do Semiárido – região de Barreiras, Oeste Baiano”. Nessa pesquisa, o programa contou com a participação de 07 professores do Departamento de Geografia. Foram eles: Neyde Maria Santos Gonçalves (Coordenadora), Benedita P. Andrade, Emanuel Fernando Reis de Jesus, Euda Maria C. Caldas, Maria Auxiliadora da Nova Moreira, Maria Auxiliadora da Silva e Maria Elvira Passos Costa. Estes, contaram com o apoio e orientação dos professores franceses, em missões, tais como Professor Georges Bertrand (1981), Jacques Hubschman (1983) e Claude Lecarpentier (1983). Essas orientações versaram sobre a metodologia do projeto, os estudos urbanos e sobre o clima e as condições hidrológicas da região estudada.

O estudo realizado sobre o Oeste Baiano, numa abordagem geossistêmica, empreendeu uma análise integrada da paisagem no setor médio da Sub-bacia hidrográfica do Rio Grande, afluente do Rio São Francisco. É importante frisar, com base nos relatórios das coordenações, que essa pesquisa teve o objetivo de analisar os elementos do complexo ecológico regional, com suas mútuas relações, avaliando as potencialidades e limitações de ordem ecológica e o peso dos fatores antropogênicos, com o suporte da análise cartográfica e da fotorinterpretação (SILVA, 1992; LAGE et al., 2002). Mais adiante, serão abordados esse e outros trabalhos, em seus aspectos teóricos e metodológicos. Apesar do pouco recurso, a pesquisa foi considerada eficaz.

Quanto ao Projeto, houve problemas, de acordo com Silva (1992), por causa da circulação lenta das informações intercambiadas entre as universidades do Nordeste e a CAPES, da própria burocracia universitária o que muitas vezes

dificultava uma programação sistemática das missões a serem realizadas e da distância entre as universidades do Norte e Nordeste e o local de decisões, ou seja, a CAPES. Também, existiam algumas imprecisões nas cláusulas do Acordo entre os órgãos envolvidos. Esses fatores, muitas vezes, segundo Silva (1992, p. 2), geravam “[...] reuniões improdutivas pela falta de troca de informações entre Coordenadores e as instituições envolvidas”. Todo esse contexto era ainda mais agravado pela crise que assolava as universidades brasileiras, “[...] traduzida em perturbações de calendário, sobrecarga dos docentes, dificuldades financeiras e dificuldades de contratação de pessoal, dentre outras”. No entanto, considera-se que a primeira etapa alcançou sucesso. Em virtude disso, em 1983, após a visita do Professor Aldo Paviani, consultor da CAPES, foi aprovada a continuidade do projeto por mais cinco anos.

Em 1985, o Acordo CAPES/COFECUB iniciou uma nova fase, o **Projeto 11/85/91**, entendido, segundo Silva (1992), como **Fase de Consolidação**. A Professora Maria Auxiliadora da Silva, que já coordenava o projeto desde março de 1982, continuou nessa função, sendo que a parceria foi transferida da Universidade de Bordeaux para a universidade de Toulouse Le Mirail, cujo coordenador foi o Professor Jacques Hubschman. Dessa vez, além de professores franceses, participaram 12 professores do Instituto de Geociências, incluindo professores dos Departamentos de Geoquímica e Sedimentologia.

Nesse momento, a conjuntura foi bem outra. Em nível nacional, num processo de transição democrática tutelada, a política estava em ebulição e a campanha em prol das eleições diretas acontecia com todo o vigor. No plano econômico, vivia-se uma recessão profunda e a quadruplicação da dívida externa. Os brasileiros, que estavam acostumados com um estado desenvolvimentista e superavitário, sofreram com as consequências do esgotamento do modelo de substituição das importações.

O contexto universitário continuava em crise. “Os docentes promoveram uma campanha contra a neutralidade científica, pregada pela doutrina de segurança nacional, e demonstraram como os condicionantes econômicos incidiam sobre a instituição” (MARQUES, 2010, p. 304). A UFBA, politicamente instável, conhecera, em março de 1988, uma conturbada transição entre os reitorados de Germano Tabacoff e José Rogério Vargens — eleito, embora tenha recebido apenas 3,65 %, e ter sido o

5º colocado numa lista de 6, votada pela comunidade universitária; isso foi uma verdadeira afronta à democracia²⁴ (BOAVENTURA, 1999; MARQUES, 2010).

Nessa fase os estudos se deslocaram para o *Semiárido Baiano, na região Sisaleira*, nos municípios de Valente e Santaluz, o primeiro o mais importante produtor do sisal e o segundo porque nele tinha sido instalado Companhia de Celulose da Bahia (CCB), cujo objetivo era a transformação do sisal em celulose. Ambos fazem parte da Microrregião Homogênea de Serrinha (Figura 1). De acordo com Hubschman (2002), a escolha dessa região, por ele conhecida como *sisalândia*, tinha caracteres científicos-estratégicos, geográficos e sociais. Como o programa persistiu na abordagem geossistêmica, exigindo conhecimentos geográficos, geológicos, petrográficos, pedológicos e sociológicos, “[...] foi necessário encontrar uma própria coerência de conjunto, e articular, tanto quanto possível, em torno de um projeto comum, todas as pesquisas e as observações sobre todo e qualquer domínio de especialização”. E nesse contexto, a escolha da problemática do sisal fazia sentido, porquanto,

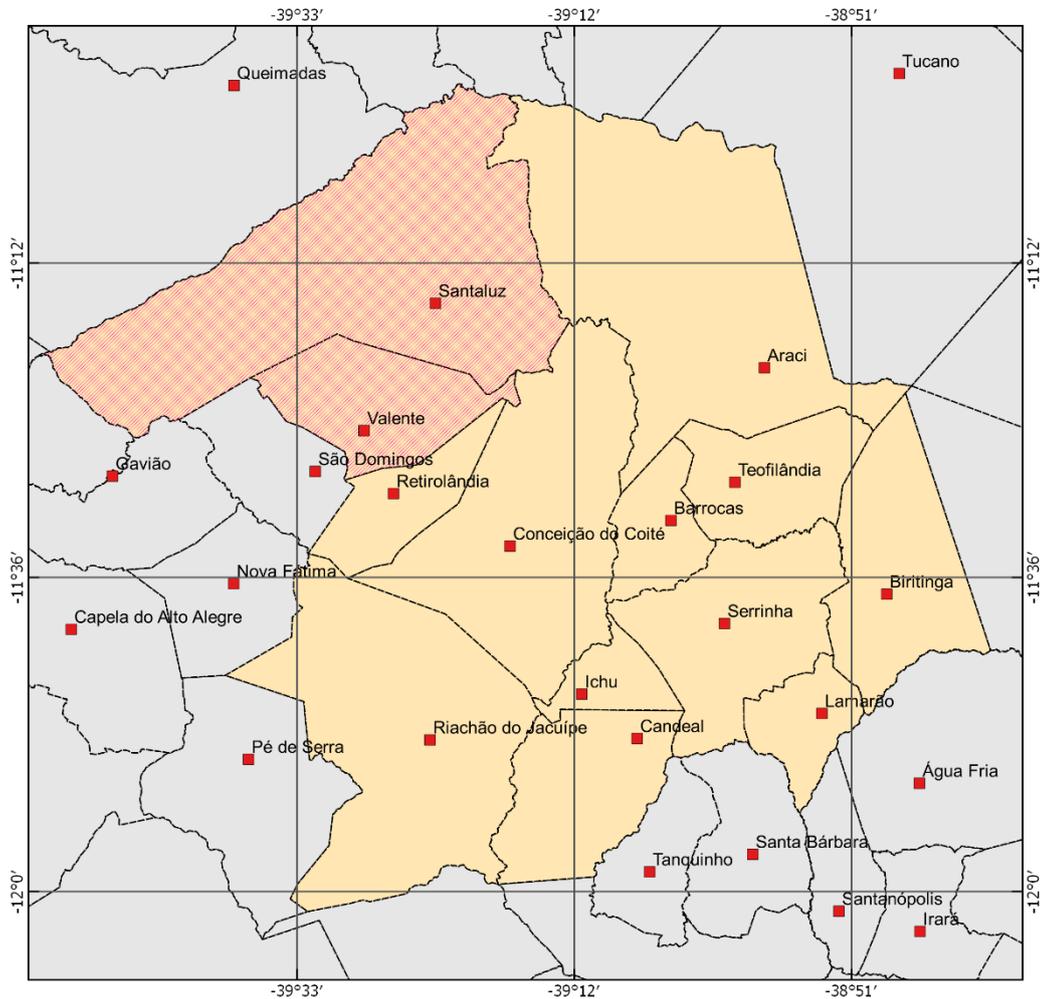
[...] o sisal é bem mais do que uma planta cultivada. É um verdadeiro ‘revelador’ sociológico, uma ‘entrada’ privilegiada para a compreensão de um território sertanejo, de sua organização, sua paisagem e seus recursos naturais, dos jogos e conflitos, de seu funcionamento – e ‘desfuncionamentos’ (HUBSCHMAN, 2002, p. 20).

Em resumo, a região sisaleira era uma perfeita ilustração de uma verdadeira interface entre o meio-ambiente e a sociedade. Entretanto, na visão de Hubschman (2002), talvez a maior justificativa do projeto girava em torno da sua utilidade social. O sisal estava mergulhado numa crise crônica; por isso, o projeto poderia participar de “[...] um movimento de maior detalhamento de conhecimentos, de informação, de mobilização e de reflexão sobre os problemas da agricultura principal e, sobretudo, sobre o campo sertanejo (HUBSCHMAN, 2002, p. 20).

Silva (1992, p. 2-3), em seu relatório à CAPES, acrescentou justificativas de ordens acadêmicas e técnicas. De acordo com seus dados, “[...] o departamento

²⁴ Em 1987, aconteceram as eleições para o cargo de Reitor da Universidade Federal da Bahia. Se candidataram seis docentes/pesquisadores: Eliane Elisa de Souza e Azevedo (obteve 42,65% dos votos), Suzana Alice Cardoso (37,52%), Joaquim Batista Neves (4,47%), Sergio Mattos (4,37), Rogério Vargens (3,65%) e Cleide Ramos (1,49%). Na época, a eleição culminava com a composição de uma lista sêxtupla a ser enviada ao Ministro da Educação, na ocasião Prof. Hugo Napoleão. O quinto colocado foi o escolhido do ministro, cujos votos não ultrapassavam a soma de votos brancos (1,57%) e nulos (3,08%).

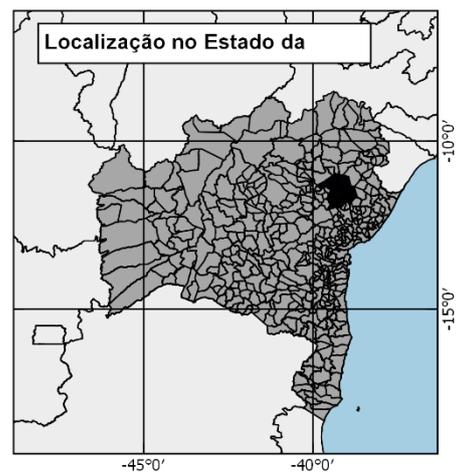
Mapa 01 – Área de estudos da segunda etapa do Acordo CAPES/COFECUB (1985 – 1992) – Projeto 11/79/85



- Cidades
- ▨ Municípios estudados
- Limites intermunicipais

20 0 20 40 60 80 km

Sistema de coordenadas geográficas em latitude/longitude - SIRGAS 2000 ESPG 4674.



Fonte: SILVA, 1992; LAJE et. al., 2002.
Elaboração: Ricardo Kassius, 2017.

ressentia-se de uma cooperação baseada numa linha de pesquisa [...] materializada por um projeto específico com base regional”. A pesquisa foi transferida do Oeste Baiano (a 862 Km de Salvador) para a Zona do Sisal, também, por razões materiais, já que a segunda área era mais acessível (a 250 km de Salvador). Houve, também, “[...] um grande interesse demonstrado por autoridades e populações locais, em especial a Secretaria de Irrigação”, e, finalmente, a ausência de estudos ambientais e socioeconômicos sobre a região.

Conseqüentemente, a pesquisa foi dividida em três linhas: composição e estrutura dos Geossistemas; estrutura e funcionamento da sociedade rural do sisal; e tratamento de imagens de satélites e cartografia da Zona do Sisal (SILVA, 1992; HUBSCHMAN, 2002; LAGE et. al. 2002). Como se pode observar no próximo capítulo, o redirecionamento do local de pesquisa não modificou a sua problemática e seus caracteres metodológicos, uma vez que os principais referenciais teóricos permaneceram ligados à análise geossistêmica e à articulação dos sistemas naturais/sociais.

Esse trabalho, por ser interdisciplinar, era formado, além dos geógrafos, por outros profissionais do Instituto de Geociências. Geógrafos: Benedita de Andrade; Creuza Lage; Douracy Soares; Euda Maria Caldas; Joilda Carvalho Fonsêca; Marcia V. Pinto Bonfim (estudante); Maria Auxiliadora da Silva; Maria A. N. Moreira; Maria Elvira P. Costa; Neyde Maria S. Gonçalves; Raquel Maria Pêpe; Regina Celeste A. Souza; Rosângela L. Santos (mestranda); Zelita A. Santana; João Lamarck Argôlo (Sedimentologia), José. A. P. de Almeida (Geoquímica), Maria José M. Rego (Geoquímica), Maria Rosa C. Oliveira (Geoquímica). Quanto aos professores franceses, vieram de várias universidades, principalmente, da de Toulouse, universidade parceira: J. Hubschman (por 3 vezes); J. P. Metalé (por duas vezes); M. B. Pastor; M. Poinard; M. Sabalcagaray; C. Lecarpentier (Ministério da Agricultura); J. Trauttman (Strasbourg).

Os resultados positivos, dessas etapas de pesquisa, foram ostensivos. No campo acadêmico, essa segunda etapa do Acordo CAPES/COFECUB provocou um aumento significativo da autoestima do grupo de pesquisadores da Geografia baiana. No mesmo patamar, atingiu-se a formação necessária de recursos humanos para a implantação do futuro Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA. No campo social, confirmando as inclinações ético-políticas de Jacques Hubschman e

Maria Auxiliadora da Silva — Coordenadores —, o programa de pesquisa alcançou uma sensibilização de órgãos estatais e empresas privadas, face a crise da economia sisaleira (SILVA et al., 1992; SOUZA, 2016).

As pesquisas tiveram como produto, também, um filme de 35mm (curta metragem). Recebeu o nome de *Os Sisaleiros*, retratando “[...] o processo de produção do sisal, do seu plantio, colheita, transformação e exportação” (LAGE et al., 2002, p. 107). Toda a equipe técnica do filme era proveniente da Ecole Supérieure d'Audio Visuel de l'Université de Toulouse-Le Mirail. Eram eles: Guy Chapouillé (diretor), Humbert Guipouy (técnico), Jean Pierre Garbès (Técnico), Emmanuelle Rubin (son) e Anne-Marie Saboulard (script, regie) (LAGE et. al., 2002). Foi rodado em abril de 1990, a cores, nos municípios de Valente e Santaluz, e exibido na UFBA.

A equipe do Projeto 11/85/91 também manteve contatos com a Companhia de Celulose da Bahia (CCB), prestando consultoria e suporte técnico. Instalada em 1976, o objetivo da empresa era a produção de celulose a partir do sisal. Essa agroindústria provocou mudanças no quadro regional. Segundo Silva (2002):

Essa mudança esteve relacionada a vários fatores: a) introdução de uma nova tecnologia de beneficiamento do sisal; b) desenvolvimento das pesquisas agrônômicas nas fazendas geridas pela Empresa; c) mudança da mentalidade do produtor e do trabalhador rural; d) melhoramento das condições de vida e do trabalho de mão-de-obra empregada (SILVA, 2002, p. 83).

Essas transformações terminaram por gerar sérios problemas para a produção da empresa. Houve a tecnologia avançada, mas faltou o treinamento de pessoal para o seu manejo, provocando o estranhamento por parte dos agricultores tradicionais. Estes, acostumados a um tipo de sisal (mais resistente e de difícil manuseio) não acompanhavam os métodos utilizados para o trato da celulose. Também, a falta de entrosamento com a mão de obra local, fez com que a CCB implantasse uma logística de produção que contrariava o cotidiano dos trabalhadores, as jornadas de trabalho da população nativa eram bem diferentes da empresa. Tudo isso fez com que a empresa, cheia de problemas, fechasse suas portas em 1987.

Nessas duas etapas, como já mencionado, vieram para a UFBA muitos professores franceses (Quadro 3). Em nome destas instituições de origem, realizaram inúmeras aulas, cursos, seminários, orientação e trabalho de campo (Quadros 4, 5).

Quadro 3 - Professores franceses que vieram dentro do Acordo CAPES/COFECUB

NOME	ANO	UNIVERSIDADE DE ORIGEM
G. Lassère	1979	Bordeaux
F. Joly	1980	Paris I
B. Kayser	1981	Toulouse Le Mirail
G. Bertrand	1981	Toulouse Le Mirail
R. Pebayle	1979 1982	Brest/Bordeaux III
C. Lecarpentier	1983	Ministério da Agricultura
E. Dalmasso	1983	Paris VII
J. Hubschmann	1981 1983 1984 1987 1988 1991	Toulouse Le Mirail
J.P. Metalié	1985 1987	Toulouse Le Mirail
M.D. Sabalcagaray	1986	Toulouse Le Mirail
P. Claval	1986 1989	Paris IV
P. Barrère	1987	Bordeaux III
J. Trauttman	1988	Louis Pasteur/Strasbourg
M. Rochefort	1989	Paris I
M. Poinard	1990	Toulouse Le Mirail
M.B Pastor	1990	Toulouse Le Mirail
J. Tricart	1991	Louis Pasteur/Strasbourg

Fonte: SILVA, 1992.

Elaboração: Ricardo Kassius, 2018.

Entre os Professores franceses, é importante destacar o Trabalho de J. Hubschman. Docente da Universidade de Toulouse Le Mirail, que coordenou o projeto, pelo lado francês, como já foi dito, a partir de 1984. Neste ano, veio à Bahia, para as negociações de práxis com a UFBA e com o Departamento de Geografia. Nesta ocasião, já se deram os primeiros passos para um trabalho de pesquisa no Semiárido baiano, ou seja, na Região Sisaleira, tendo como foco os municípios de Valente, maior produtor de Sisal da Bahia, e o vizinho Santaluz, onde estava localizada a Companhia de Celulose da Bahia (CCB). Assim o Prof. Hubschmann esteve várias vezes na Bahia, não só proferindo cursos e seminários, mas,

principalmente, colaborando intensamente com a equipe baiana e com vários professores e pesquisadores franceses, na pesquisa do Semiárido.

As *Missões de Trabalho* para a realização das tarefas supracitadas aconteceram durante todo o período em que se desenrolou o projeto. Sua presença, sua competência, foi muito importante à equipe de professores e estudantes, e o trabalho realizado só trouxe consequências positivas para o projeto. Hubschmann esteve na Bahia em 1983, 1984, 1987, 1988 e 1991, dedicando-se especialmente ao trabalho de campo e à organização dos dados recolhidos por toda a equipe. Como já foi citado, trouxe, também, a equipe francesa de cineastas que se responsabilizaram pelo filme “Os Sisaleiros”. O professor Hubschmann esteve, também, na sua primeira missão na região de Barreiras, na pesquisa do **Projeto 11/79**. Cumpriu missões nas Universidades Federais do Pará, de Alagoas e a Universidade Estadual de Feira de Santana, não só proferindo conferências, como estabelecendo ligações dessas universidades com o Projeto 11/85, permitindo, assim, que outros professores, tais como P. Claval, J. Tricart, M. Poinard, realizassem missões nessas Universidades. Esteve também no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (São José dos Campos), para a escolha e tratamento de imagens NOAA, para o Programa de Bioclimatologia e vegetação no grande Nordeste, articulado com o Projeto Geografia. Na sua última viagem, em 1991, esteve na Capes para finalização do Acordo com o Departamento de Geografia da UFBA.

Os geógrafos participantes do Acordo CAPES/COFECUB contribuíram com inúmeros eventos científicos nacionais. Talvez, o mais significativo, levando em consideração a temática do Projeto, foi o I Seminário Nacional sobre Tecnologia do Sisal, entre 7 e 10 de abril de 1987, na UFBA. Este evento recebeu o apoio da Federação da Agricultura do Estado da Bahia, da Stella Azzurra S/A Industria e Comercio, da Sisalana S/A, do Banco do Brasil S/A e da Varig S/A. Entre os colaboradores, estava uma das Coordenadoras do Acordo CAPES/COFECUB, Maria Auxiliadora da Silva. O Seminário “[...] promoveu e provocou uma ampla discussão de todos os problemas que atingem essa cultura [a do sisal], quando também foram apresentadas inúmeras sugestões para solução dos mesmos” (OLIVEIRA, 1987, p.6). Os professores do Departamento de Geografia apresentaram dois trabalhos na Sessão Técnica III, reservada aos aspectos sociais da cultura do sisal, o “ouro verde”. O primeiro deles, de Creuza Santos Lage, *A Cultura do Sisal e Suas Implicações*

Espaciais: o exemplo de Valente/Santa Luz – Ba, partia de uma análise ambiental dialética entre o homem e o seu ambiente e alcançou uma compreensão mais precisa das ações na gestão do espaço (LAGE et al., 1987). E, em *A Importância da Economia Sisaleira na Economia de Valente e Santaluz*, de Benedita Andrade, teve como principal objetivo “[...] a compreensão das formas de ocupação demográfica e econômica desse espaço” (ANDRADE, 1987, p. 26), alcançado por uma análise das estruturas e das funções. Nesse evento, também, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre a UFBA e a Companhia de Celulose da Bahia, para a execução de um programa conjunto de pesquisas no sisal (UFBA, 1987).

Os geógrafos participantes desse Acordo também participaram dos eventos da AGB. Em 1988, no VII Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG), em Maceió (Alagoas), João Lamarck Argôlo e Raquel Maria Pêpe, apresentaram o trabalho *Geossistemas de Valente e Santa Luz: relação/estrutura*. Este, no mesmo ano, foi publicado na Revista *Sitientibus* da Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS). Nesse mesmo encontro da AGB, ocorreu a comunicação de Douracy Soares e Joilda da Fonsêca, cujo tema abordava as *Considerações gerais sobre o Semi-Árido baiano: Valente/Santa Luz*. Já no VIII ENG, em Salvador (Bahia), Creusa Santos Lage apresentou *Algumas considerações sobre a teledetecção e a Geografia*, enquanto Joilda Fonsêca, Maria Auxiliadora da Silva e Raquel Maria Pêpe publicaram o *Estudo e compartimentação do espaço agroecológico da Microrregião de Serrinha*. Isto demonstrou como as pesquisas do Projeto 11/85 estavam em interação com a produção geográfica desse período.

Os trabalhos produzidos dentro dos Projetos do CAPES/COFECUB tiveram uma divulgação internacional. Assim, seus membros participaram de eventos científicos na América Latina e na França. Por exemplo: Jacques Hubschman e Maria Auxiliadora da Silva (1991), em Mesa Redonda Internacional, apresentaram *Interêt de l’insertion de la teledetection dans les programmes de coopération em pays tropical: deux cas de figure latino-americains*, também publicado no Boletim do CNRS-CEGET/França; Jacques Hubschmann e Maria Auxiliadora Moreira, também no referido Evento, apresentaram *L’écosystème des caatingas: les paysages du sisal l’état de Bahia (Brésil)*, também, com resultados publicados no Boletim do CNRS-CEGET/França.

Quadro 4 - Cursos e Seminários proferidos pelos professores franceses sob os Projetos 11/79 e 11/85 do Acordo CAPES/COFECUB na Bahia

NOME	TIPO DE ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE OUVINTES	TIPO DE OUVINTES
F. Joly	Seminário: Técnicas Cartográficas	20	-	Professores do Departamento de Geografia
R. Pebayle	Seminário: Espaço, Organização e Planejamento	10	13	Professores do Departamento de Geografia
C. Lecarpentier	Curso: Clima, Balanços Hídricos e Agricultura	30	25	Geógrafos, engenheiros e profissionais de áreas afins.
E. Dalmasso	Curso: Atividades Terciárias e seu papel na Organização do Espaço	30	40	Professores de Geografia, Arquitetura e estudantes formandos.
J. Hubschmann	Curso: Ambientes, organização e desenvolvimento	30	36	Departamento de Geografia e áreas afins
	Ecologia, meio ambiente e desenvolvimento	26	30	Geógrafos, profissionais de áreas afins do IBGE, da SEPLANTEC, Prefeitura de Camaçari.
	Novas tendências e novas escolas na Geografia Francesa	3	-	Professores de Geografia e áreas afins, estudantes de Geografia
	Seminários: Estado da pesquisa da Geografia física na França	3		
	O Programa Global de troca e o desflorestamento tropical	3		
Possibilidades e limites do estudo da dinâmica da biosfera tropical continental pela teledeteção por satélite de baixa resolução espacial	3			
J.P. Metalié	Seminário: 100 anos de paisagens dos Pirineus (degradação e reconstituição)	5	18	Professores e estudantes do curso de Geografia e da escola de Agronomia
M.D. Sabalcagaray	Seminário: A formação da pesquisa em Geografia Humana ou o desenvolvimento das ciências sociais "10"	20	20	Professores e estudantes de Geografia e profissionais de áreas afins

NOME	TIPO DE ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE OUVINTES	TIPO DE OUVINTES
P. Claval	Cursos: Evolução e organização atual da Geografia (Geografia Política, Geografia x Marxismo, comunicação sobre as cidades e sobre a organização do espaço econômico mundial)	50	60	Geógrafos, arquitetos e urbanistas das universidades da Bahia e Sergipe
	Cursos: As novas formas de mundialização da economia e as transformações geográficas por elas induzidas	20	-	Geógrafos, Arquitetos, Economistas da Ufba e de outras universidades do Brasil e estudantes de pós-graduação
	Cursos: História do pensamento geopolítico e da Geografia Política	20	-	idem
	Cursos: Mercado comum europeu: série de 5 seminários para estudantes de graduação	15		Estudantes de graduação
P. Barrère	Curso: A Geomorfologia e as imagens de Spot	30	17	Geógrafos do Igeo e IBGE
J. Trauttman	Cursos: Teledetecção: princípios físicos de teledetecção, sistemas de aquisição dos dados, suportes de informações, tratamento de imagens, aplicação	36	40	Pessoas, professores de Geografia, Geoquímica, estudantes de pós-graduação, profissionais do CRA, SEI.
	2 seminários: Exemplos de utilização da teledetecção no estudo do meio natural	6	30	Estudantes de graduação e professores
M. Rochefort	Cursos: As formas de produção da habitação popular nas grandes cidades	10	27	Geógrafos, profissionais do Governo do estado, estudantes de pós-graduação
	Cursos: Análise e planejamento dos sistemas urbanos nos países do terceiro mundo			
M. Poinard	5 seminários: A comunidade europeia, migração de mão de obra e mercados de trabalho	15		Professores de Geografia, estudantes de graduação e pós-graduação

Conclusão

NOME	NOME	NOME	NOME	NOME
J. Tricart	Cursos: Planificação em meio tropical	30	104	Geógrafos, profissionais de áreas afins, outras universidades do estado da Bahia e do Brasil e estudantes de graduação e pós-graduação

Elaboração: Ricardo Kassius, 2018.

Fonte: Silva, 1992.

Quadro 5 - Outros tipos de colaboração dos professores franceses

NOME	ANO	COLABORAÇÕES, ORIENTAÇÕES E TRABALHOS DE CAMPO
G. Lassère	1979	- Primeiro coordenador, para estabelecer contatos com os organismos da Reitoria da Bahia
R. Pebayle	1979	- Acompanhou G. Lassère
J. Hubschman	1981	- Segundo coordenador, para estabelecer contatos com os organismos da Reitoria da Bahia. - Formulação do Segundo Projeto e lançamento da nova pesquisa
F. Joly	1980	- Excursão ao Recôncavo Sul da Bahia com professores do Deptº de Geografia (5 dias)
B. Kayser	1981	- Responsável pela disciplina Ambientes, Recursos Naturais e Conservação do Curso de especialização Lato Sensu do Deptº. Num total de 30 horas e 20 participantes, - Trabalho de campo na região do Recôncavo Baiano (2 dias), com professores do Departamento de Geografia
G. Bertrand	1981	- Responsável pela disciplina Regionalização no Curso de especialização Lato Sensu do Deptº. Num total de 30 horas e 20 participantes, - Discussão sobre a metodologia da pesquisa com os professores ligados ao projeto. - Excursão para a região da Chapada Diamantina com professores do Departamento de Geografia (5 dias)

NOME	ANO	COLABORAÇÕES, ORIENTAÇÕES E TRABALHOS DE CAMPO
R. Pebayle	1982	- Trabalho de Campo na região do Médio Vaza-barris, com o objetivo de orientar a pesquisa sobre o "Impacto ambiental do projeto de irrigação do Alto e médio curso do Alto Vaza-Barris", com professores do Deptº de Geografia. - Trabalho de campo no Alto Jaguaripe, com professores do Deptº de Geografia.
C. Lecarpentier	1983	- Trabalho de campo no oeste baiano, orientando a pesquisa sobre Clima e condições hidrológicas (5 dias). - Trabalho de campo no Sertão Semiárido orientando a pesquisa da professora Creuza Lage (4 dias).
E. Dalmasso	1983	- Trabalho de campo no Recôncavo Baiano (2 dias) com professores e estudantes do Departamento. -Orientação de várias pesquisas e andamento junto aos estudantes de Geografia.
J.P. Metalié	1985	- Trabalho de campo no Sertão Semiárido com professores do Departamento de Geografia e da Escola de Agronomia da UFBA (5 dias)
M.D. Sabalcagaray	1986	- Trabalho de campo aos municípios Valente e Santaluz para a pesquisa do Seminários (15 dias), com os Professores do Deptº de Geografia.
P. Claval	1986	- Discussão sobre os diversos temas de pesquisa em realização de professores e estudantes do Deptº. Geografia
P. Barrère	1987	- Orientação das pesquisas em andamento, em especial, as ligadas ao Projeto do Semiárido. - Trabalho de campo na Região do Semiárido (10 dias). - Apresentação, com debates, de dois filmes: "As queimadas" e "A catástrofe ordinárias: riscos naturais e catástrofes nos Pirineus", para 20 pessoas, geógrafos, professores e estudantes.
J. Trauttman	1988	- Cinco reuniões de trabalho com o grupo da pesquisa do Semiárido. - Visita de 2 dias para a mesma região com professores ligado aos Projetos.
M. Rochefort	1989	- Orientação das pesquisas em andamento no Departamento de Geografia. - Orientação na organização da Área de Concentração em Análise Urbana e Regional em Geografia, ligada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

NOME	ANO	COLABORAÇÕES, ORIENTAÇÕES E TRABALHOS DE CAMPO
P. Claval	1989	- Orientação na organização da Área de Concentração em Análise Urbana e Regional em Geografia, ligada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. - Atividades na UEFS e UFPA com os professores e estudantes, geógrafos e áreas afins *.
M. Poinard	1990	- Reuniões com equipe do Semiárido nas questões ligadas a metodologia do trabalho. Nota: o professor passou grande parte da sua estadia na UEFS e UFPA.
M.B Pastor	1990	- Trabalhou durante 18 dias na região do Semiárido na pesquisa ali realizada
J. Tricart	1991	- Orientação a diversas linhas de pesquisa do Projeto de Semiárido. 3 dias de trabalho de campo na mesma região. -Trabalho de campo no Litoral Norte de Salvador. Atividades didáticas na UEFS e UFPA.

Fonte: Silva, 1992.

Elaboração: Ricardo Kassius, 2018.

Nota: O Prof. P. Claval esteve na USP-Geografia proferindo duas conferências sobre os assuntos dos cursos que realizou na UFBA

Quadro 6: Missões de Doutorado

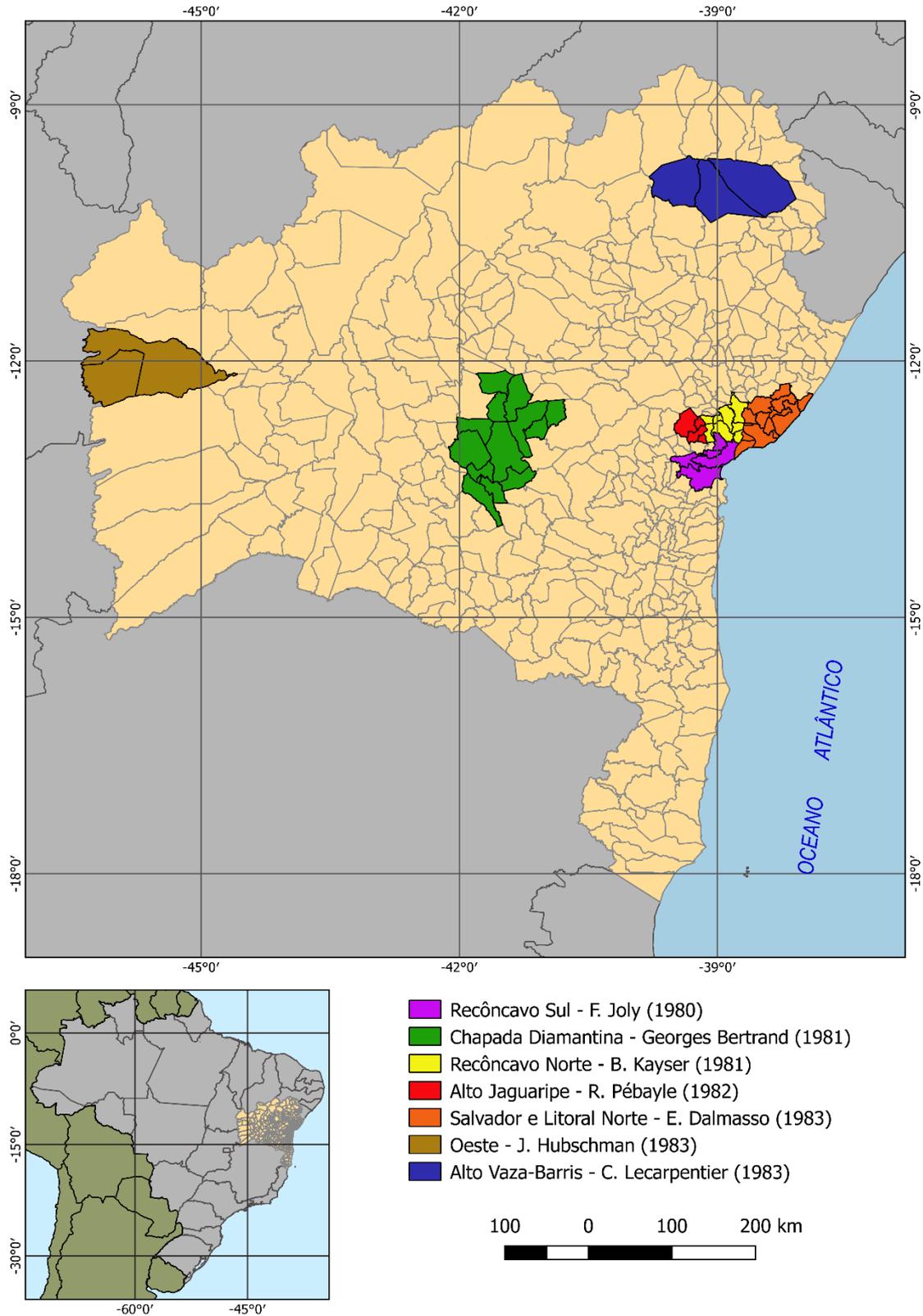
NOME	DATA/PERÍODO	DESTINO	TESE
Regina Celeste de Almeida Souza	Nov/1980 a Nov/1981	Universidade de Rouen	Routes et développement regional: le cas de l'état de Bahia (Brésil)
Creuza Santos Lage	Jun/1984 a Jun/86	Universidade de Bordeaux III	Le milieux naturels de la hautes valée du Vaza-Barris et seur aménagement
Benedita Pereira de Andrade	Jan/1991 a Jan/1993	Universidade de Toulouse Le Mirail	Evolução e crise da cultura sisaleira no Sertão Semiárido Baiano
João Lamarck Argôlo	Set/1990 a Set/1993	Universidade de Paul Sabatier (Toulouse)	Estrutura e Cartografia do Craton do São Francisco: Valente, São Domingos e Santa Luz.
Antônio Pacheco	Jul/1992 a Jul/1995	Universidade de Paul Sabatier (Toulouse)	Análise da variação temporal e espacial da vegetação no Nordeste do Brasil, através de dados do satélite NOAA

Fonte: Silva, 1992.

Elaboração: Ricardo Kassius, 2018.

Nota: O trabalho de campo dos três primeiros professores foi realizado no Brasil.

Figura 2 – Áreas visitadas pelas excursões dos geógrafos franceses, entre 1980 e 1983, durante o vigor do Projeto 11/79, do Acordo CAPES/COFECUB



Fonte: Silva, 1992; Lage et al., 2002.
Elaboração: Ricardo Kassius, 2017.

Uma das consequências mais importantes para o Projeto da Bahia foi a escolha para sediar, em Salvador, as comemorações dos 10 anos do Acordo. Isso porque todos os Projetos espalhados pelo Brasil, almejavam esse evento para as suas cidades de origem. Os representantes da Bahia apresentaram as melhores justificativas que acabaram por convencer não só o pessoal da CAPES como os demais coordenadores. A Comissão Organizadora foi formada pelo Professor Hamilton Savi, Coordenador Geral dos Projetos CAPES/COFECUB em Brasília, o Pró-reitor de Pesquisa da UFBA Prof. Dr. Erundino Pousada Presa, a Prof.^a Maria Auxiliadora da Silva, Coordenadora do Projeto na Bahia e mais seis professores da Universidade Federal da Bahia. Na comissão técnica, além da Prof.^a Auxiliadora, fizeram parte, também, sete Coordenadores de Projetos do Norte-Nordeste. Assim, de 3 a 6 de setembro de 1989, com a presença de representantes do MEC e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da França, dirigentes da CAPES, Embaixador da França no Brasil e demais representantes da Embaixada, dos Cônsules franceses em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, do Reitor da Universidade Federal da Bahia, Prof. Rogério Vargens, dos Pró-reitores de Pesquisa, Pós-graduação, Graduação e Extensão, da UFBA, representantes de todas as Universidades do Estado da Bahia, Autoridades do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal e da sociedade em geral e dos 60 coordenadores brasileiros representantes dos diversos projetos. Dentre a programação, quatro coordenadores brasileiros e quatro franceses apresentaram relatos dos resultados científicos globais das quatro áreas de classificação do Projeto. A programação ainda constou do Histórico da Cooperação Brasil/França e do Programa CAPES/COFECUB, dos relatos dos resultados científicos globais, experiências de coordenadores brasileiros e franceses. Merece destaque a avaliação do sistema de cooperação, com a participação dos representantes do Itamaraty, CNPQ, COFECUB, MEC-CAPES, de dois Pró-reitores de Universidades brasileiras e francesas e de ex-bolsistas. Finalmente foi tratado a perspectivas do Acordo, as relações universidade x indústrias, projetos associados, ingresso de novos projetos e a consolidação dos Programas de Pós-Graduação. Não foi esquecida a parte social com a apresentação de grupos de dança afro-brasileira, grupo de chorinho do Maestro Fred Dantas e visitas a Museus, Igrejas, Centro histórico, Mercado Modelo e outros pontos turísticos da cidade. Portanto, pela

discrição que foi feita, pode-se concluir a importância do projeto da Bahia no contexto nacional.

Outro evento importante, ocorrido durante o vigor do Projeto 11/85, foi a entrega do título de Doutor Honoris Causa a Jean Tricart, em 1991. A proposição foi elaborada pelas Professoras Neyde Maria S. Gonçalves, Maria Auxiliadora da Silva, Creuza Santos Lage e Euda M. Cunha Caldas. Tricart, com humildade e devoção, durante seu discurso, antes de falar sobre sua carreira, teceu inúmeros elogios a Milton Santos, verdadeira ponte entre ele a Geografia da Bahia.

Em vista dos excelentes resultados (Quadro 7), em 1990 foi aprovado pelo comitê CAPES/COFECUB, em Brasília, a proposta de renovação do Projeto 11/85, por cinco anos, que passou a ser denominado de Projeto 11/85/91. A proposta, segundo Silva (1992), apresentava quatro direções definidas: renovação dos membros da cooperação; reorientação temática; reforço da pesquisa e desenvolvimento; e, a mais que merecida, implantação do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFBA.

Quadro 7 - Produção científica

TIPOS DE TRABALHO	QUANTITATIVO
Teses de Doutorado	5
Dissertações de Mestrado (DEA)	3
Artigos	18
Comunicações em Eventos	8
Livros	1

Elaboração: Ricardo Kassius, 2018.

Fonte: Silva, 1992.

Infelizmente, em agosto de 1992, o Comitê Técnico-Científico da CAPES recomendou o encerramento do Projeto 11/85/91). Segundo a referida repartição:

Após cerca de 14 anos de funcionamento e uma reestruturação em 1985, o projeto 011//85/91 apresenta poucos resultados concretos. Muitas missões e alguns cursos foram realizados mas, objetivamente, os impactos sobre a Geografia baiana são extremamente insignificantes. Apesar de extremamente carente em termos de recursos humanos, a Geografia brasileira não aproveitou esse projeto sequer para a implantação de um curso de Mestrado (CAPES, 1992).

Consideram-se obscuras as justificativas apresentadas pela CAPES. Segundo Laje (1992), os argumentos aventados como justificativa da decisão eram inconsistentes, porquanto a implantação do curso de mestrado em Geografia estava prevista para 1994 (MESQUITA, 1992; LAGE, 1992). Também, como consta nos documentos pesquisados, a partir do ano de 1990, o Departamento de Geografia teve sob sua responsabilidade a área de concentração em Análise Urbano-Regional do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, com 05 (cinco) alunos matriculados (LAGE, 1992, p. 1), bem como a participação em programas de outras universidades, como no Centro de Recursos Ambientais da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

O parecer da CAPES negligenciou as formações angariadas ao longo desses ressaltados 14 anos. Além de 2 estágios de pós-doutorado, foram defendidas 5 teses de Doutorado, 3 dissertações de mestrado e 3 D.E.A's. Simultaneamente, foram apresentados 12 trabalhos em eventos nacionais e internacionais e 5 artigos publicados em coautoria com geógrafos franceses.

Até o ano de 1992, o Departamento de Geografia, sob o vigor do Acordo CAPES/COFECUB, firmou parcerias com outras universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Alagoas (UFAL), A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). O Cancelamento do acordo gerou reações solidárias da parte destas autarquias. Lima (1992, p.1), Prof.^a da UFAL, em ofício enviado à Prof.^a Maria A. da Silva, manifestou seu apoio e relatou sua decepção e consterno, visto que o trabalho conjunto com a UFBA abrisse:

[...] uma perspectiva de fortalecimento da Geografia em Alagoas, através do apoio científico à pesquisa, fortalecimento de cursos de pós-graduação e formação de recursos humanos, atividades importantes nesse momento de aceleração de mudanças, das transformações do mundo e principalmente da necessidade de repensar a Geografia.

Lima (1992) finalizou o documento acreditando na reavaliação pela CAPES, com a perspectiva de agregação de novas universidades. A mesma Indignação estava presente no relato do Prof. Rocha Silva (1992, p.1), Coordenador do Projeto 11/85/91, pela UFPA, que ingressou oficialmente no acordo em maio de 1988:

[...] na oportunidade viemos manifestar nosso veemente protesto contra tal atitude, já que, este programa tem sido para a universidade, como para o Departamento de Geografia de grande significado, com a vinda de ilustres professores como: Paul Claval em 1988, Michel Rochefort em 1989, Michel

Poinard em 1990, Jean Tricart e Jacques Hubschman em 1991, além das negociações que mantivemos com esta coordenação para o envio de nossos professores que nos visitaram.

Desamparo similar estava expresso nas palavras de Rocha (1992, p. 1), na época, Professor Assistente II da UEFS: “Vimos manifestar nossa indignação pelo modo brusco e pouco criterioso que pautou esta decisão, não considerando sequer a importância histórica desse departamento no desenvolvimento da ciência geográfica no país. Rocha (1992) reconhecia a importância do acordo para a implantação do Mestrado em Geografia, visto que atenderia à “[...] grande demanda de aperfeiçoamento para geógrafos e professores de Geografia oriundos das Universidades do Estado (UFBA, UCSAL, UNEB, UEFS e UESB)”.

Com base nas conclusões de Silva (1992, p. 9), o encerramento do apoio do Projeto teve sérias implicações. O fim de quatro projetos de pesquisa, talvez tenha sido a mais desoladora. Também, o término do projeto desarticulou as negociações para o estabelecimento do convênio INPE/Universidade de Toulouse, “[...] para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de pessoal em interpretação e análise de satélite”. Houve, também, cancelamentos de disciplinas ministradas por geógrafos franceses, bem como o surgimento de obstáculos à implantação do Mestrado em Geografia. Toda a reponsabilidade, segundo Silva (1992) deve integralmente ser atribuída ao Comitê Técnico-Científico da CAPES.

Felizmente, todo esforço despendido não foi de balde. Com base nessas experiências e com os objetivos iniciais firmados pelo Acordo CAPES/COFECUB, o Departamento de Geografia, em reunião de 13 de março de 1990, aprovou o projeto de criação da área de concentração em “Análise Urbana e Regional”, junto ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (Fundado em 1983), na Faculdade de Arquitetura da UFBA (SOUSA, 2016). Em 30 de janeiro de 1991, o projeto foi aprovado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Segundo Silva (1992, p. 01), a área de concentração proposta, direcionada prioritariamente para graduados em Geografia, “[...] teve a questão urbana e regional como de interesse, o que amplia as escalas de análise do Mestrado, que passará do micro-urbano (Arquitetura), o urbano (Urbanismo) e urbano-regional (Geografia)”.

Os professores que exerceram a docência na referida Área de Concentração foram as seguintes: Barbara-Christine M. N. Silva, Neyde Maria Santos Gonçalves, Pedro de Almeida Vasconcelos, Sylvio C. Bandeira M. Silva, Zelita Azevedo Santana,

Délio José Ferraz Pinheiro, Euda Maria Cunha Caldas, Maria Auxiliadora da Silva, Raquel Maria Pêpe, Regina Celeste de Almeida Souza. Nesse processo, destaca-se a colaboração dos professores visitantes franceses: Paul Claval, Jacques Hubschman, Jean Paul Métalié, Michel Rochefort e Jean Trautmann.

Segundo Sousa (2016), com base em informações do Departamento de Geografia, também em 1991, os professores incentivados e orientados pelo Prof. Milton Santos, os Professores Neyde Gonçalves, Regina Celeste Almeida Souza, Pedro Vasconcelos, Maria Auxiliadora Silva e Sylvio Bandeira de Mello e Silva elaboraram e submeteram às instâncias competentes da Universidade Federal da Bahia o projeto de criação do Curso de Mestrado em Geografia da UFBA, que foi iniciado em 1993. Os primeiros dirigentes foram: Neyde Gonçalves (coordenador) e Florisvaldo Henrique Falk (vice-coordenador). Além destes, compuseram o corpo docente Barbara-Christine N. Silva, Creuza Santos Lage, Maria Auxiliadora da Silva, Pedro de Almeida Vasconcelos, Benedita P. de Andrade, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, Regina Celeste de Almeida Souza, Emanuel Fernando Reis de Jesus, Guiomar Germani e Angelo Serpa. É importante ressaltar, mais uma vez, que cinco desses professores concluíram o doutorado com os auspícios das bolsas concedidas pelo Acordo CAPES/COFECUB.

Com base nesse relato descritivo dos fatos e feitos que constituíram e desdobraram dos Projetos 11/79 e 11/79/85, considera-se leviana e infundada a justificativa sobre a qual se sustentou o encerramento do Projeto 11/85/91 Geografia, pelo Comitê Científico da CAPES. A fundação do Mestrado em Geografia é um corolário histórico dos objetivos firmados entre os anos de 1978 e 1979. Percebe-se que, sem aquelas Missões empreendidas rumo aos países signatários (Brasil e França), o projeto de criação da pós-graduação em *strictu senso* na UFBA tardaria em ganhar consistência, prejudicando, inclusive, o aperfeiçoamento de docentes dos cursos de Geografia, por exemplo, da UNEB, da UESC, da UESB e da UEFS, dos órgãos estaduais e federais, pois muitos professores dessas instituições integraram o corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA. Neste sentido, o legado do CAPES/COFECUB e, por conseguinte, da presença dos professores franceses, é inquestionável para a renovação.

4.4 DE CLAVAL PARA TELÉSFORO: UM PRECIOSO DEPOIMENTO

Com toda a certeza, esta dissertação alcançaria seu *suprassumo* se fosse possível o acesso aos depoimentos dos professores franceses que participaram da execução dos Projetos 11/79 e 11/79/85. No entanto, o contexto histórico não permite, porquanto, além dos poucos recursos disponíveis, muitos desses pesquisadores já faleceram. Para o deleite dos leitores interessados, esta pesquisa resgatou um depoimento do Prof. Paul Claval, acerca de suas atividades em Salvador, entre os meses de outubro e novembro de 1986. O documento foi enviado de Eaubonne, uma comuna do departamento de Val-d'Oise, em 28 de dezembro de 1986, para o então diretor do Instituto de Geociências Prof. Telésforo Martinez Marques.

O eminente geógrafo francês iniciou o documento com um pedido de desculpas pelos atrasos ocorrentes. O mesmo estivera acometido por uma enfermidade não identificada. Em seguida, considerou a “*mission de coopération à Salvador*” como requerente de imensa responsabilidade, já que

La COFECUB m'avait demandé, dans le cadre d'une mission de coopération à Salvador et au Brésil, de donner des enseignements de haut niveau destinés à des collègues et à des étudiants avancés desireux, pour les premiers, de se recycler et pour les seconds, d'aborder des problèmes nouveaux sous un angle inhabituel (CLAVAL, 1986, p. 2).²⁵

Também, cabia a Paul Claval contribuir com os estudos acerca da Zona do Sisal. Todavia, entre tantos empreendimentos, o seu curso de Teoria da Geografia, aprovado pela Câmara de Extensão em 28 de agosto de 1986, que contou com o apoio do Prof. Henrique Falk, obteve grande destaque. O curso destinou-se a diplomados em Geografia e em ciências afins, que se interessavam pela renovação do pensamento geográfico, e capacitou os 40 candidatos participantes na aquisição de uma nova visão de Geografia (ASSIS, 1986). Já naquela década, no Brasil, Claval era famoso por suas publicações no campo da História do Pensamento Geográfico, apesar da não tradução para o português dos seus clássicos *Essai sur l'évolution de la géographie humaine* (1964) e *La Evolución de la Geografía Humana* (1974).

Segundo Claval, não é possível mensurar realmente o impacto desse curso senão através do interesse do público:

²⁵ “A COFECUB me solicitou, como parte de uma missão de cooperação em Salvador e no Brasil, para lecionar cursos de alto nível a colegas e estudantes avançados, que desejavam reciclar [conhecimentos] e abordar novos problemas sob um ângulo inabitual” (CLAVAL, 1986, p. 2, tradução nossa).

Colègues et étudiants étaient contents de faire rapidement le tour de problèmes dont ils avaient entendu parler, mais sur lesquels ils ne disposaient pas de documentation suffisante pour progresser – dans beaucoup d’Universités brésiliennes, la médiocrité des bibliothèques constitue un handicap sérieux (CLAVAL, 1986, p. 3).²⁶

Como denotaram suas palavras, o eminente geógrafo francês percebeu, além do calor entusiástico dos estudantes, a crise estrutural que arremetera a universidade brasileira no período de redemocratização. O sucateamento — condição que alcançaria proporções estratosféricas na década 1990 — já se acentuava. A universidade vista por Claval carregava os ecos dos Relatórios *Meira Matos* e *Atcon*, que expressavam o pensamento educacional do Estado Burocrático-Autoritário, repressor dos movimentos estudantis, que silenciava os que advogavam a liberdade, como Florestan Fernandes e Milton Santos (MARQUES, 2010). Esse mesmo Estado, sem nenhuma responsabilidade histórica e social, impôs um modelo desenvolvimentista e instrumental de universidade, “[...] para vincular a educação aos imperativos do progresso técnico, econômico e social do país” (FAVEIRO, 1991, p. 59). Como recomendou o receituário externo — leia-se Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e seu consultor, Rudolph Atcon —, o governo nacional golpeou as manifestações artísticas e humanísticas, e, intencionalmente, guiado por um torpe caráter de inferioridade geopolítica, não completou o processo de reestruturação universitária, recrudescendo a subordinação científica e tecnológica do Brasil perante as “grandes” potências. Assim, a mediocridade das bibliotecas brasileiras é um reflexo da ineficiência de uma política que já nasceu condenada ao fracasso.

Todavia, Claval manteve-se otimista, principalmente, no tocante à Universidade Federal da Bahia. Em seus termos, apesar das ineficiências estruturais, os estudos geográficos eram de *grande classe*. Existia no Departamento de Geografia, um largo campo de estudos integrados *du milieu*, onde:

[...] collègues comme Sylvio Bandeira et as femme Christine produisent des travaux théoriques et des recherches appliquées de grand classe, cependant que le groupe qu’anime Maria Auxiliadora – celui qui colabore directement

²⁶ “Colegas e alunos ficaram felizes em fazer uma rápida pesquisa sobre os problemas de que ouviram falar, mas sobre os quais não dispunham de documentação suficiente para fazer progressos - em muitas universidades brasileiras, a mediocridade das bibliotecas constitui uma séria desvantagem” (CLAVAL, 1986, p. 3, tradução nossa).

avec la COFECUB – fait d'excellentes recherches de terrain (CLAVAL, 1986, p. 3).²⁷

Assim, uma colaboração metódica entre a UFBA e as universidades Francesas era, na visão de Claval, claramente viável. Embora tenha se espantado com a peculiaridade do fato de, naquele momento, ainda não existir formação stritu senso de pós-graduandos em Salvador, acreditava que com os projetos do Acordo CAPES/COFECUB, essa situação se reverteria. “*Il est probable que les études de doctorat qui seront proposées tireront parti des points forts du département [...], [como] l'expérience des études de terrain et de la qualité de certains développements théoriques*”²⁸ (CLAVAL, 1986, p. 3). Não faltaria pessoal qualificado e objetos de estudo para o avanço dos estudos geográficos na Bahia.

Claval concluiu seu relato chamando a atenção dos colegas franceses à necessidade de se esforçarem no aprendizado do português. Segundo ele, isso seria uma condição séria para o estabelecimento de “[...] *une collaboration entre partenaires qui se considèrent comme des égaux*”²⁹. Sim, os departamentos universitários brasileiros, segundo Claval, passavam por tempos difíceis, “[...] mais *le niveau general vaut celui des universités françaises*”³⁰(CLAVAL, 1986, p. 4). O tempo mostrou que o intercambio foi vantajoso para ambas as partes.

²⁷ “[...] Colegas como Sylvio Bandeira e sua esposa Christine produzem trabalhos teóricos e pesquisas aplicadas de grande classe, enquanto o grupo animado por Maria Auxiliadora – aquele que colabora diretamente com o CAPES/COFECUB – faz excelentes pesquisas de campo” (CLAVAL, 1986, p. 3, tradução nossa).

²⁸ “É provável que os estudos de doutorado que serão propostos se beneficiem dos pontos fortes do departamento [...], [como] a experiência de estudos de campo e a qualidade de alguns desenvolvimentos teóricos” (CLAVAL, 1986, p. 3, tradução nossa).

²⁹ “[...] Uma colaboração entre parceiros que se consideram iguais” (CLAVAL, 1986, p. 4, tradução nossa).

³⁰ “[...] Mas, em nível geral, é equivalente ao das universidades francesas” (CLAVAL, 1986, p. 4, tradução nossa).

5 A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA SOB O ACORDO CAPES/COFECUB

Este capítulo trata da pesquisa geográfica realizada sob os Projetos 11/79 e 11/85 do Acordo CAPES/COFECUB. Aqui, serão abordados os temas, as categorias de análise e as formações discursivas que orientaram esses trabalhos. Com o objetivo de situar tal empreendimento no contexto da produção científica nacional, o primeiro tópico versa sobre os aspectos da Geografia nas décadas de 1970 e 1980. O segundo e último tópico, foi escrito com base na leitura de artigos, livros, teses e dissertações elaborados e defendidos pelos geógrafos participantes do referido projeto. Aqui, pode-se dizer, é o momento onde todos os conceitos e noções apresentados no primeiro capítulo (Referencial Teórico e Metodológico) se faz presente com maior evidência e relevância. O objetivo deste fascículo é mostrar como as teorizações geográficas francesas estiveram presentes na Geografia baiana durante os 14 anos do CAPES/COFECUB.

5.1 A GEOGRAFIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1970 E 1980: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

A cronologia da Geografia brasileira tem um ano muito importante, 1978. Nele, ocorreu o 3º Encontro Nacional de Geógrafos, em Fortaleza. O que essa reunião científica teve de singular? Ela, pode-se dizer, foi o ponto de ebulição do movimento de renovação da Geografia, no Brasil. Ali, pelas mãos de Armando Corrêa da Silva, Roberto Lobato Corrêa, Carlos Walter Porto Gonçalves e Armén Mamigonian, apareceram textos denunciadores de uma nova realidade para a produção da ciência geográfica. Em 1978, também, é o ano de publicação do brilhante livro *Por uma Geografia nova*, de Milton Santos, grande referência para a produção de uma Geografia marxizante.

Até esse momento, a Geografia brasileira era interpelada por três formações discursivas: uma “renitente” *Geografia tradicional*, uma “enérgica” *Geografia teórico-quantitativa* e uma *Geografia social de orientação georgeana*.

A primeira era cultivada em redutos no setor acadêmico (VESENTINI, 2009). Seus trabalhos possuíam uma abordagem descritiva, organicista e, em muitos aspectos, darwinistas. Os estudos tradicionais possuíam três etapas: descrição do ambiente físico; estudo sócio-histórico; e, por último, uma espécie de síntese entre os

aspectos ambientais e sociais. Não se almejava o relacionamento de variáveis multiescalares. Essa formação discursiva alimentava uma concepção excepcionalista da ciência, isto é, não almejava a elaboração de leis para explicar a realidade; assim, trabalhava-se no elenco de fatos singulares, não ultrapassando o aspecto descritivo.

A segunda 'formação', a *Geografia teórico-quantitativa*, possuía caracteres distintivos: além de oficial, ou seja, salvaguardada pelo poder estatal, encarnava a então revolução técnico-científica que explodira nos Estados Unidos e na Europa. Também, com o desenvolvimento dos fatos, seria a primeira frente de renovação do pensamento geográfico. A emergência dessa linha de pensamento, dentro da Geografia, deve-se a três acontecimentos históricos: o Círculo de Viena, o Keynesianismo e a cibernética.

Na primeira metade do século XX, surgiu um debate interessante na história das ideias. Um grupo de pensadores, cujo ponto nodal encontrava-se em Bertrand Russel, resolveu investigar os pressupostos do conhecimento verdadeiro. Isso incluía fundar uma nova filosofia, menos ambígua e antimetáfrica, e dotar a ciência com métodos mais eficientes para a investigação da realidade (ZILLES, 2015). Assim, surgiu o Círculo de Viena, integrado por Schlick, Neurath, Reichenbach, Carnap, Ayer, Bertrand e Wittgenstein I³¹. Esses homens eram movidos pelo “[...] desejo de descobrir uma linguagem universal e um critério de significado absoluto, válido para todas as disciplinas científicas” (MONDIN, [1981] 2014, p. 240). O Círculo de Viena foi o berço do paradigma neopositivista. Para este, os problemas filosóficos eram solucionados apenas com a análise da linguagem. Também, somente as proposições experimentais ou factuais (*verificação experimental*) têm sentido.

Essa concepção de ciência muito influenciou a Geografia. Dela, provém a essência filosófica da *New Geography* ou Geografia teórico-quantitativa. Na escala mundial, Fred Schaefer, Willian Bunge e David Harvey (em sua primeira fase, de 1961 a 1973) foram os três grandes expoentes dessa corrente. O primeiro, era professor da Universidade do Estado de Iowa (EUA). Embora tenha falecido jovem, escreveu um dos mais impactantes textos da história do pensamento geográfico. Trata-se do

³¹ Ludwig Wittgenstein (1889-1952) foi um filósofo que publicou pouco. Entre seus fascículos, duas obras se destacam: *Tractatus logico-philosophicus* (1921) e *Philosophical investigations* (1953). Cada uma dessas publicações representam uma fase do sistema Wittgensteiniano. Na primeira fase, conhecida como Wittgenstein I, ele encarna as ideias do Círculo de Viena, isto é, concebe a linguagem como representação dos objetos, elegendo a linguagem científica como superior aos demais códigos linguísticos. Na segunda fase, denominada de Wittgenstein II, horizontaliza as relações entre os códigos linguísticos e considera a linguagem como um jogo com regras arbitrárias e flexíveis.

Excepcionalism in Geography, publicado em 1953, nos *Annals of the Association of American Geographers*. Nesse escrito, o referido autor se posicionou, principalmente, contra Kant, Hettner e Hartschorne.

Na passagem da década de 1940 para a década de 1950, um prolífico debate acerca da natureza da Geografia estava em vigor. Muitos geógrafos defendiam o excepcionalismo, para o qual a Geografia seria uma ciência única, que lidava com fenômenos irregulares e insubmersíveis às leis e teorias. Para Schaefer, ao contrário, a Geografia era uma ciência como qualquer outra; por isso, deveria se submeter às regras impostas pela comunidade científica.

Schaefer via na Geografia muitas possibilidades para aplicar os postulados metodológicos das ciências exatas. Para ele, a Geografia era “[...] *la ciencia que se refiere a la organización de leyes que rigen la distribución espacial de ciertas características en la superficie de la tierra*”³² (SCHAEFER, [1953] 1988, p. 33). A Geografia deveria prestar atenção na disposição espacial dos fenômenos em uma determinada área, não nos fenômenos em si mesmos. Nesse contexto, assim como acontece na relação entre as físicas teórica e a experimental, a Geografia passaria por uma espécie de divisão do trabalho: a *Geografia sistemática* seria responsável pela elaboração de teorias espaciais, enquanto a *Geografia regional* tornar-se-ia um laboratório onde essas teorias seriam testadas ou verificadas.

Bunge desenvolveu as propostas de Schaefer e elaborou uma Geografia teórica e matemática. Para ele, a ciência seria composta por três dimensões: a lógica, que inclui a matemática e a semântica; os fatos da observação alcançados pela descrição exata; e, posteriormente, a teoria, que seria a junção dos sistemas lógicos com os fenômenos descritos. A teoria, para ele, seria o coração da ciência. Além de ser a chave dos enigmas da realidade, “[...] *la teoría tiene el poder, y incluso la exigencia, de predecir*”³³ (BUNGE, 1962, p. 400). São quatro as características de uma boa teoria: clareza, simplicidade, generalidade e exatidão. A forma matemática, empregada pelo cientista, garantiria o alcance dessas qualidades.

De acordo com Bunge (1962, p. 407), a Geografia enfrentava um duplo desafio: elaborar conhecimento sistemático e sanar a velha dicotomia *Geografia*

³² “[...] a ciência que se refere à organização das leis que regem a distribuição espacial de certas características na superfície da terra” (SCHAEFER, 1988 [1953], p. 33, tradução nossa).

³³ “[...] a teoria tem o poder, e inclusive a exigência de prever o futuro” (BUNGE, 1962, p. 400, tradução nossa).

física/Geografía humana. O caminho para a solução do primeiro problema estaria no aceite da verdadeira natureza da ciência. A Geografia privilegiava apenas uma das dimensões do conhecimento científico, ou seja, os fatos descritivos. Os geógrafos, principalmente os filiados à escola francesa, ignoravam “[...] *la continua interacción entre lógica, teoría y hechos (descripción)*”³⁴; nenhuma destas dimensões deveriam estar separadas das demais. Também, era necessário — endossando as palavras de Schaefer — romper com o excepcionalismo, visto que as ciências exatas estão dispostas a sacrificar o ponto de vista do único a fim de chegar à eficiência das generalizações.

O segundo problema, a unidade disciplinar, seria vencido com o estabelecimento, de uma vez por todas, do objeto da Geografia. Segundo Bunge (1962), a ciência geográfica se ocuparia da superfície terrestre e dos fenômenos de significação humana. Diante do desenvolvimento da geofísica, da astronomia e da geologia, a Geografia já não poderia seguir tratando de todo o planeta, mas, apenas da superfície do mesmo e dos fenômenos naturais e sociais que ocupam o espaço. Tal acordo a conferiria, na visão bungeana, uma ampla unidade.

Superando, em muitos aspectos, as abordagens de Schaefer ([1953] 1988), Bunge (1962) e outros autores como Berry (1976), David Harvey publicou, em 1969, *Explanation in Geography*. Esta obra é a grande síntese das suas incursões na *New Geography*. Como seus contemporâneos, também criticou o excepcionalismo. Para Harvey (1969), o postulado de que as coisas são únicas tornou-se um inibidor de um pensamento crítico dentro da Geografia. Todos os eventos podem ser considerados excepcionais; todavia, pela seleção, pode-se torna-los não únicos, pertencentes a classes e categorias. Para o referido autor, nesse momento da sua trajetória intelectual (1961 – 1973), a quantificação estimulou os geógrafos a pensarem de forma lógica e mais consistente. Viu-se, dentro da Geografia, o nascimento de um interesse cada vez maior rumo aos padrões, às normas e aos argumentos dedutivos.

Outrossim, Harvey já denunciava os exageros quantitativos. Convidou os geógrafos deslumbrados com a febre matemática a assumirem um posicionamento mais reflexivo. Os procedimentos quantitativos poderiam ser da maior ajuda na

³⁴ “[...] a contínua interação entre lógica, teoría e fatos (descrição)” (BUNGE, 1962, p. 407, tradução nossa).

obtenção de respostas mais precisas, mas, não como substitutos da observação e da reflexão.

Como ponto de ligação entre quantificação e reflexão, estavam os modelos. Para Harvey (1969), os modelos eram uma forma de análise cujo o objetivo era o desenvolvimento de teorias. Todavia, era premente não confundir modelos e teorias. O modelo poderia ser considerado como a expressão formal de uma teoria. Entretanto, a teoria seria mais do que uma estrutura de cálculos, pois ela inclui uma cosmovisão e uma reflexão metodológica. Feitas as devidas ressalvas, Harvey (1969) considerava os modelos como uma condição essencial para os avanços da pesquisa geográfica.

Em *Explanation in Geography*, destaca-se o entendimento do espaço e do tempo. O espaço não é apenas absoluto, como pensavam Newton, Kant, e, por conseguinte, Hettner e Hartshorne. Como em Leibniz, para Harvey (1969), o espaço é uma medida relativa, sua forma e dimensão depende da disposição dos seus elementos, ou seja, do binômio distância/posição. Esses elementos espaciais (localidades etc.) não estão dispostos apenas de maneira física, mas, funcional, baseada nas relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre eles. Destarte, o espaço, além de absoluto e relativo, possui uma dimensão relacional.

Acerca do tempo, Harvey (1969) estava muito à frente dos seus contemporâneos. Para ele, o único meio pelo qual pode-se desenvolver uma compreensão objetiva do tempo é tomando-o em termos de processo. Um esquema teórico rigoroso não pode ser alcançado sem a referência aos processos. O processo, como uma sequência governada por certos mecanismos, define a trajetória de um sistema dinâmico, o espaço.

É muito clara, nos textos de Schaefer ([1953] 1988), Bunge (1962), e Harvey (1969), a atuação da formação discursiva neopositivista. Sabe-se que ela encontra ressonância na conjuntura socioespacial das décadas de 1940, 50 e 60. Nesse período, politicamente caótico, o mundo se recuperava da grande depressão dos anos 1930. A crise foi solucionada, em parte, pelas ideias da escola keynesiana. Baseado nas ideias do economista britânico John Maynard Keynes, o Keynesianismo fazia oposição à ortodoxia do liberalismo e do marginalismo. Para Keynes, o volume do emprego era orientado pela procura por mão de obra, não pela oferta desta, como pensava os neoclássicos. A solução para o desemprego seria a intervenção do Estado

na economia, com investimentos e incentivos fiscais, mantendo alto os níveis de renda e consumo. O capitalismo seria salvo desde que os governos agissem, racionalmente, na cobrança de impostos, na redução de juros, na realização de empréstimos e nos gastos com dinheiro público (SANDRONI, 1999).

Esse modelo incluiu o planejamento econômico e o planejamento territorial como formas de atuação estatal (VESENTINI, 2009). Tal realidade colocava uma nova função para as ciências humanas: gerar um instrumental de intervenção, com uma feição mais tecnológica. Isto abriu novas possibilidades para a *New Geography*. Esta, apoiada nos progressos da cibernética, melhorou a coleta e o processamento de dados, alcançando uma melhor sistematização das informações. Assim, foi possível formular modelos matemáticos e virtuais para estudar o passado e prever o futuro. Inclusive, pode-se dizer que, através dessas conquistas, foi possível uma aplicação “mais eficiente” das teorias de Christaller e Von Thünen, com a realização de simulações virtuais e prognósticos.

No Brasil, a *New Geography* ganhou força com o planejamento estatal de Juscelino Kubitschek, orientado pelo seu famoso Plano de Metas. Em algumas instituições, isso significou um recuo da hegemonia da influência francesa sobre a produção geográfica. Essa nova Geografia era produzida, principalmente, na Universidade Estadual Paulista (UNESP - Rio Claro) e na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Rio de Janeiro). Na UNESP, além do mais, surgiu a Associação de Geografia Teorética (AGETEO), em 1977, e publicou-se o Boletim de Geografia Teorética. Dentre muitos geógrafos, destacaram-se: Pedro Geiger, Speridião Faissol, Alexandre Felizola Diniz, Antônio Christofolletti e Bertha Becher.

Nos departamentos de Geografia, no Brasil, a formação discursiva *New Geography* influenciava os trabalhos através de três vieses: uma vertente *teorética* de origem anglo-saxônica, que preconizava a quantificação e a modelística como elementos essenciais do processo de pesquisa (Brian Berry e David Harvey); a *Geografia da percepção* (Piaget, Livia de Oliveira); e a *Geografia sistêmica*, de matriz francesa, com a ecodinâmica (Tricart) e os geossistemas (Bertrand).

Outra formação discursiva, atuante no período, foi a *Geografia social georgeana*. Enquanto nos países anglo-saxões as primeiras frentes de contestação da Geografia tradicional abraçaram o pensamento do Círculo de Viena, na França, o discurso de renovação teve sua gênese na adesão de geógrafos aos ideais

revolucionários, ao efervescente marxismo e ao Partido Comunista Francês. Já no final dos anos de 1940 e início de 1950, geógrafos franceses, como Pierre George, Jean Dresch e Tricart, publicavam textos e livros flertando com as categorias de análises fundadas por Marx e Engels. A *Géographie Sociale* é filha desse contato entre Geografia e marxismo.

Por que *Géographie Sociale* e não Geografia humana? Segundo Pierre George (1945, p. 5), enquanto a Geografia Humana se dedica a um “[...] *l’étude descriptive et explicative du comportement des collectivités humaines [...] dans les diverses régions et parties du monde*”³⁵, a *Géographie Sociale* se dedica à “[...] *diversité des rapport de production et de rapports sociaux qui en résultent dans chaque milieu géographique*”³⁶. Contornando o determinismo econômico alimentado por marxistas radicais, a *Géographie Sociale* concebe as relações sociais e as relações de produção não apenas como definidora do *genre de vie*, mas como base de todo o sistema econômico e dos seus mecanismos. A apropriação privada dos meios de produção, no sistema capitalista, é um fato social, pois provoca a divisão da sociedade em classes.

De fato, o uso de categorias e termos marxistas marcam essa forma de abordagem geográfica. No entanto, o seu ponto forte, diferente das alternativas da *New Geography*, é a persistência na abordagem histórica. No Brasil, e em muitas partes do mundo, tal aspecto dessa formação discursiva gerou indisposições, incertezas e indefinições. Alguns, mesmo, chegaram a confundir o trabalho do geógrafo com o ofício dos historiadores. O próprio Pierre George, em um texto clássico (GEORGE, [1964] 1968), afirmou que os geógrafos são historiadores do presente. Disto, restou uma pergunta que até hoje ressoa na obra georgiana: “[...] e os historiadores, o que eles são?”. Com o passar do tempo, os geógrafos situaram melhor os instrumentais da História dentro do seu campo disciplinar.

No início da década de 1960, outros autores, colegas e alunos de Pierre George foram atraídos para a *Géographie Sociale*. Tratam-se de Yves Lacoste, Raymond Guglielmo e Bernard Kayser. A partir da junção das ideias desses autores, muitas outras inovações são alcançadas, como a *Geografia Ativa*, uma espécie de contraponto à *New Geography*.

³⁵ “[...] o estudo descritivo e explicativo do comportamento das coletividades humanas [...] nas diversas regiões e partes do mundo” (GEORGE, 1945. p. 5, tradução nossa).

³⁶ “[...] diversidade das relações de produção e de relações sociais que se materializam no meio geográfico” (GEORGE, 1945. p. 5, tradução nossa).

A *Geografia Ativa*, antes de tudo, foi uma tentativa de “reforma” do pensamento geográfico francês. Não existem profundas rupturas metodológicas entre a Geografia Ativa e a Geografia Clássica. Ela inovou ao açambarcar categorias do marxismo e ao conceber as tecnologias e as redes como fatores transformadores e estruturantes do espaço. No entanto, embora definam a Geografia como “ciência do espaço terrestre”, os pensadores da Geografia Ativa continuaram a conceber a “região” como categoria central dos estudos geográficos. Inclusive, em livro homônimo ao movimento, publicado em 1964, há um capítulo dedicado, exclusivamente, aos estudos regionais. Outrossim, no tocante às relações entre população e crescimento econômico, a Geografia Ativa persistiu em abordagens Malthusianas, vinculando o subdesenvolvimento ao crescimento populacional descontrolado.

Mas, é justo considerar-se a *Géographie Sociale* e a Geografia Ativa como mananciais para o surgimento da Geografia crítica no Brasil. Pierre George e seus discípulos encontraram sólidas ressonâncias na Academia Brasileira. Segundo Verdi (2016), estudiosa da Geografia Crítica brasileira, entre os anos de 1964 e 1985, Pierre George se tornou uma referência recorrente nos trabalhos de pós-graduação. Dos 218 trabalhos defendidos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da USP, durante o referido período, 96 citam no mínimo uma obra do geógrafo francês (VERDI, 2016). Essas inovações da Geografia francesa unidas às discussões em torno de textos marxistas subsidiaram a grande ruptura no pensamento geográfico brasileiro.

Também é necessário assinalar o estímulo intelectual provocado pelos movimentos sociais atuantes no Brasil entre os anos 1970 e 1980. A maioria desses movimentos já atuavam em momentos anteriores e foram obrigados a se ocultarem durante a ditadura. Aqueles que permaneceram na evidência, através de uma nova configuração ou salvaguardados pela Igreja Católica, fizeram mais do que resistir ao regime e protagonizaram o processo de transição para uma nova realidade política. Esses movimentos partiram do campo, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Nacionalista Revolucionário (Guerrilha de Caparaó), e da cidade, como a Aliança Libertadora Nacional (com Carlos Marighela) e Política Operária (Polop), sob a tutela dos partidos e dos sindicatos.

Estes movimentos sociais, juntamente com as contestações do ano de 1968 e as consequências do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), impulsionaram muitos geógrafos a questionarem o Brasil e sua produção de conhecimento. Qual era o papel da

Geografia na sociedade brasileira e no sistema político autoritário que a governava? Como a Geografia poderia atuar para a construção de uma sociedade livre, justa e menos desigual? Qual era o lugar da Geografia no rol das ciências humanas? Estas e outras questões moldaram os novos debates.

O primeiro ponto de impacto entre os geógrafos aconteceu em 1976, no Encontro Nacional dos Geógrafos, em Belo Horizonte (VERDI, 2016). Aí, ocorreu um confronto entre Armem Mamigonian, já simpatizante das ideias marxistas, e Roberto Lobato Corrêa, empirista lógico recém-mestre em um universidade norte-americana. Enquanto Mamigonian, apoiado por Manuel Corrêa de Andrade e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, ensaiou os princípios de uma Geografia crítica, Corrêa reiterou a Geografia teórico quantitativa. Este encontro, pode-se dizer, foi o prólogo do que ocorreria em 1978, em Fortaleza.

Segundo Moreira (2013), o 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), da AGB, em Fortaleza (Ceará) foi o ponto de ebulição de movimentos de crítica, espontâneo e difusos, que vinham ocorrendo no país até aquele momento. As reivindicações não giravam apenas ao redor da ciência geográfica, mas diziam respeito à própria atuação da AGB. Ainda na década de 1970, a AGB permanecia oligárquica e elitista; excluía do centro decisório os professores do ensino básico e os estudantes universitários (MAMIGONIAN, 1991). Na reunião de 1978, a “classe subordinada da AGB” conseguira reverter tal situação, alcançando o direito de ocupar seus fóruns de debates e tornarem-se sócios da Associação (ANTUNES, 2008).

A partir da década de 1970, a formação discursiva tradicional, a *New Geography* e a *Géographie Sociale* passaram a conviver com uma nova *épisteme*, a *Geografia Crítica*, composta por duas formações discursivas: *Geografia marxista* e *Geografia humanista*. A primeira, foi responsável por introduzir, na ciência geográfica, temas como a teoria da renda da terra, a relação valor/trabalho, a produção capitalista do espaço e o desenvolvimento desigual. No entanto, seus maiores progressos encontravam-se na construção de uma nova teoria espacial.

Até esse momento, o espaço era entendido com o palco das ações humanas, passivo e subordinado. Autores como Milton Santos, Edward Soja, David Harvey e Ruy Moreira, reagindo ao marxismo clássico, consideraram o espaço — ao lado da economia, da política e da ideologia — como uma categoria estruturante da realidade. Destarte, o espaço tornou-se para a Geografia um fato, um fator e uma instância

social. Como fato, não pode ser interpretado “[...] fora das relações sociais que o definem” (SANTOS, [1978] 2012, p. 163). Como fator, ele define aspectos da sociedade e pode determinar os destinos de investimentos e políticas públicas. Como instância social, é subordinado-subordinante, ou seja, não é apenas um reflexo do modo de produção, tende a reproduzir-se, numa reprodução ampliada, que acentua ou modifica os caracteres da conjuntura histórica (SANTOS, [1978] 2012). Dentre os principais geógrafos que a desenvolveram — e alguns continuam a desenvolvê-la — cita-se: Ana Fani Alessandri Carlos, Ruy Moreira, Milton Santos, Armando Corrêa da Silva, Sandra Lencioni, Maria Adélia A. Souza, Antônio Carlos Robert Moraes, Armem Mamigonian, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, para citar alguns.

Com base nessas novas ideias, muitas críticas foram direcionadas à *New Geography*. A mais profunda, sem sombra de dúvidas, foi formulada por Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova* (1978). Neste livro, ele critica muitos aspectos da vertente anglo-americana do movimento de renovação. Para Santos (1974), o uso abusivo desses procedimentos empobreceu a Geografia, impossibilitando-a de alcançar uma visão dinâmica da realidade. Faltava não apenas uma diversidade espacial nos estudos da *New Geography*, mas um entendimento dos processos. Um desenvolvimento multidimensional não pode ser contido num modelo ou numa fórmula matemática, pois não se trata de estabelecer relações de causa e efeito, mas por em evidência as redes de causalidades em diferentes níveis.

Com base nas ideias de Bachelard (1972), Santos (1978) afirmou: é preciso refletir para medir, não o contrário. As técnicas estatísticas são adequadas para vários temas geográficos, mas não para toda a disciplina Geografia. “A quantificação é apenas um instrumento ou, no máximo, o instrumento” (SANTOS, 1978, p. 73). A matemática pode detalhar alguns aspectos de estágios sucessivos da evolução espacial, mas não diz nada sobre as transições e rupturas entre os estágios.

Na visão de Santos (1978), a *New Geography* distanciou ainda mais a disciplina da necessária definição e demarcação do seu objeto de estudo. A Geografia havia se tornado mais conservadora do que fora sob a égide dos clássicos. O espaço foi concebido, pelos teóricos da *New Geography*, como uma planície isotrópica, onde os seres humanos, a produção e o tempo eram desconsiderados. “[...] Um homem separado do capital e um entorno não socializado [...]”. O espaço concreto foi “[...] substituído por um espaço ideológico sob o qual puderam assentar-se teorias

substantivas e de planificação” (SANTOS, 1978, p. 115). E, assim, a Geografia tornou-se viúva do espaço; a história dos historiadores, a natureza “natural” e a economia marginalista, substituíram a sociedade em seu devir. Isso explica, na visão de Milton Santos, por que muito se discutiu sobre Geografia, mas, quase nunca, sobre o espaço geográfico, objeto e conteúdo de tal ciência.

Além de uma crítica epistemológica, o posicionamento de Santos (1978), diante da *New Geography*, é político. Para ele, ela é fruto da exaltação positivista que sempre rondou a Geografia e que muito serviu para legitimar as ações das classes dominantes. O modelo de Hagerstrand, por exemplo, tornou-se um instrumento de *marketing* do setor tecnológico do mercado. Modelos rígidos, como este, justificavam o chamado paradigma do “crescimento econômico”, política única, imposta de fora e sem relações com a realidade às quais era aplicada. Essas ideias neopositivista, na visão do “Geógrafo do Terceiro Mundo”, ignoravam as estruturas sociais e as suas desigualdades; ignoravam os seres humanos; por isso, não passavam de ideologias dispostas a abrir caminho para o capital. A serviço deste, “[...] a Geografia tinha que se tornar quantitativa para ser utilitarista” (SANTOS, 1978, p. 102).

Necessita-se falar da Geografia humanística. Aqui, reservar-se-á um curto espaço para essa prolífica formação discursiva, porque no Brasil apenas na década de 1990 ela ganharia um espaço efetivo. Inclusive, este fato levou alguns pesquisadores, de forma errônea, a excluí-la do movimento de renovação. Em verdade, em termos de renovação, a Geografia humanística foi a mais radical das formações discursivas da *épisteme* geográfica. Ela rompeu não apenas com a ideia de ciência até então em vigor, como lançou profundas críticas à concepção de ser humano, ou seja, transgrediu a antropologia filosófica que fundamentava a pesquisa em Geografia — a ideia de *homo economicus*, que toma a vida apenas como uma questão de sobrevivência. Apesar de resgatar algumas leituras da Geografia tradicional, tinha uma concepção de ciência bem diferente, pondo a centralidade no sujeito. Seu discurso, nos primórdios, girou em torno de três categorias: lugar, entendido como a encarnação das experiências e aspirações das pessoas (TUAN, 1983); paisagem, a superfície limitante do espaço experienciado (SUERTEGARAY, 1999); e o espaço vivido, a estrutura íntima, tal qual aparece em experiências concretas (RELPH, 1976). Também, criticou o exagero lógico-matemático, as generalizações e o anti-humanismo da Geografia teórico-quantitativa. A respeito dos

trabalhos marxistas, a Geografia humanista denunciou o economicismo, a herança estruturalista e o determinismo na relação infraestrutura/superestrutura. Os geógrafos brasileiros dessa linha, durante a década de 1980, foram influenciados por Claval, Relph e Yi-Fu Tuan.

Esta pequena narrativa é generalista e não considera as particularidades teóricas e acadêmicas dos diversos grupos de pesquisa desse período. Em verdade, os departamentos de Geografia foram plurais no processo de assimilação das inovações científicas. Por exemplo, enquanto a UNESP (Rio Claro), foi influenciada pelos norte-americanos, a USP (São Paulo) se renovou pelas vias marxistas e humanistas.

Por outro lado, na UFBA, a situação foi ainda mais interessante. Na década de 1980, no IGEO, atuavam duas variantes da *New Geography* e a *Géographie Sociale* de linha francesa. No que tange à primeira, existia a vertente que se pautava no viés teórico (quantitativo e modelístico), com o grupo de Sylvio Bandeira e Barbara-Christine Silva, e uma segunda abordagem, centrada nas figuras de Tereza Cardoso da Silva, Creuza Lage e Neyde Gonçalves, próximas de Tricart e Bertrand, que recebia fortes influências da teoria sistêmica (*vide* Bertalanffy). A *Géographie Sociale*, influenciada por Pierre George, Bernard Kayser e Yves Lacoste, era trabalhada, principalmente, por Maria Auxiliadora da Silva, Benedita Pereira Andrade e Regina Celeste Souza. No próximo tópico, estudar-se-ão, com mais afinco, alguns trabalhos produzidos por esses geógrafos baianos, orientados pela concepção sistêmica e pela formação discursiva da *Géographie Sociale*.

Por que não se versará, aqui, sobre as pesquisas baianas produzidas sobre o viés teórico? Esta dissertação trata da Geografia empreendida sob a tutela do Acordo CAPES/COFECUB. Os geógrafos baianos prosélitos à vertente teórica não contribuíram para a feitura e materialização dos projetos mencionados.

5.2 A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA NOS PROJETOS 11/79 E 11/79/85 — ACORDO CAPES/COFECUB — NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1979-2002)

Esta dissertação também pretende investigar os desdobramentos teóricos, discursivos e metodológicos da influência francesa, através do Acordo CAPES/COFECUB, na produção geográfica baiana. Para isso, estudaram-se alguns

trabalhos (teses, dissertações e artigos) produzidos pelos geógrafos baianos e franceses contemplados pelo referido acordo, durante do vigor dos Projetos 11/79 e 11/79/85, entre os anos de 1979 e 1992. Alguns desses trabalhos foram publicados, em português, dez anos após o término dos projetos (2002), mas não houve alteração significativa do conteúdo dos textos nem da dinâmica dos sentidos nos enunciados.

Após uma leitura minuciosa desses trabalhos, identificou-se uma forte influência da formação discursiva da *New Geography* e da *Géographie Sociale*. A primeira atuava, principalmente, através da sua variante *sistêmica* em diálogo com outras formações, como a *cronologia da desnudação* e a *geomorfologia imanente*.

Na Geografia baiana, influenciada pela Geografia francesa, a concepção sistêmica atuou (e atua) através da *ecodinâmica* (J. Tricart) e dos *Geossistemas* (G. Bertrand). Em alguns departamentos brasileiros e franceses, estas duas concepções estavam dispostas de forma antagônica. No entanto, no Departamento de Geografia da UFBA, foram utilizadas de maneira complementar.

Embora a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) tenha sido publicada em 1937, sua gênese é mais antiga. Com base nas palavras do seu codificador, Bertalanffy (1989 [1968]), a formação discursiva sistêmica surgiu de uma *atitude responsiva* frente a algumas tendências: primeiramente, *uma rejeição* ao pensamento fragmentário dos positivistas clássicos; em segundo lugar, *em adesão* ao evolucionismo, aos princípios da cibernética e às ideias do Círculo de Viena. Portanto, existem vínculos entre o neopositivismo e a ideia de sistemas.

A principal vinculação entre a *formação sistêmica* e o Círculo de Viena está na definição do conhecimento científico. Para Bertalanffy (1989 [1968]), como para os discípulos de Bertrand Russell, a principal consequência da ciência é a formulação de leis e teorias. E, nesse quesito, Bertalanffy (1989 [1968]) propôs a Teoria Geral dos Sistemas como um instrumento unificador da linguagem científica, uma vez que ele via os sistemas como caracteres onipresentes do universo. Assim, toda a realidade seria disposta segundo um verdadeiro sistema, não importando a natureza dos elementos ou das forças que os movimentam. Dessa maneira, “[...] *la unidad de la ciencia no es asegurada por una utópica reducción de todas las ciencias a la física y a la química, sino por las uniformidades estructurales [sistêmicas] entre los diferentes*

*niveles de la realidad*³⁷ (BERTALANFFY, [1989 [1968], p. 90, acréscimo nosso). Partindo desses pressupostos, Bertalanffy (1989 [1968], p. 90) afirmou que a ciência social “[...] es la ciencia de los sistemas sociales [...]”³⁸. Somente dessa forma os homens teriam acesso às leis da sociedade humana e a uma tecnologia sociológica.

Um sistema, no pensamento de Bertalanffy ([1968], 1989, p. 53), “[...] puede ser definido como un complejo de elementos interactuantes”³⁹. Levando-se em consideração os tipos de relações entre seus elementos, os sistemas se distinguiriam segundo sua extensão e espécies. Deveriam ser descritos através de uma expressão lógico-matemática, válida para qualquer situação. Isto, além de regular as transferências conceituais entre os campos de conhecimento, evitaria as perniciosas analogias superficiais, como o organicismo.

Dentro da ideia de sistema social, está o homem. Bertalanffy o compreendia como um indivíduo. Em nenhum momento, em sua obra, ele se referiu às relações sociais. Afirmou, em um parágrafo, sua incapacidade de ver as atividades criadoras e culturais como uma resposta aos estímulos externos (sociais e naturais). Para ele, o homem é mais do que um animal político, seus reais valores procedem da sua mente individual. O homem é um sistema ativo de personalidade. Em verdade, trata-se de um dos pontos contraditórios das ideias de Bertalanffy ([1968], 1989): se o homem está na sociedade, como pode se comportar como um ser individual?

Apesar de algumas contradições, essa formação discursiva influenciou muitas investigações na Geografia. Por exemplo, Jean Tricart e Georges Bertrand, grandes referências dos geógrafos baianos, teorizaram sobre as colocações de Bertalanffy (1989 [1968]). O primeiro se encontrou com as concepções sistêmicas do início da década de 1970. O segundo, já na década de 1960, com os auspícios de tal formação discursiva, desenvolveu um procedimento metodológico para o estudo do “meio natural” na França.

Primeiramente, falar-se-á do desenvolvimento tricartiano da teoria dos sistemas. Grosso modo, a obra de Jean Tricart pode ser dividida em quatro fases: até

³⁷ “[...] a unidade da ciência não é assegurada por uma utópica redução de todas as ciências à física e à química, mas pelas uniformidades estruturais [sistêmicas] entre os diferentes níveis da realidade” (BERTALANFFY, 1989 [1968], p. 90, tradução e acréscimo nosso).

³⁸ “[...] é a ciência dos sistemas sociais [...]” (BERTALANFFY, 1989 [1968], p. 90, tradução nossa).

³⁹ “[...] pode ser definido como um complexo de elementos interatuantes” (BERTALANFFY, 1989 [1968], p. 53, tradução nossa).

a década de 1940, realizou trabalhos no campo da Geografia física tradicional (Davisiana); na década seguinte, apareceram seus primeiros textos acerca de uma geomorfologia dialética (TRICART, 1956); entre os anos 1950 e 1960, dedicou-se, também, aos estudos urbanos (TRICART, 1958); a partir dos anos 1970, iniciou um diálogo com uma perspectiva ambientalista/ecologista, formulando a abordagem ecodinâmica (TRICART, 1972, 1973, 1977, 1979). É através desta última, com as categorias *morfogênese* e *pedogênese*, que ele exerceu uma influência sobre a produção científica dos Projetos 11/79 e 11/79/85, na Bahia.

A *ecodinâmica*, em verdade, é o resultado de um diálogo entre duas formações discursivas, a sistêmica e a ecologista. Portanto, existe na obra de Tricart uma *responsividade horizontal*, uma coexistência discursiva entre as teses de Bertalanffy ([1968], 1989) e as concepções de Tansley (1935, p. 299). Este formulou a categoria ecossistema, considerando-o como um aglomerado que incluía “[...] not only the organism-complex, but also the whole complex of physical factors forming what we call the environment of the biome - the habitat factors in the widest sense”⁴⁰. Para Tansley (1935, p. 299-300), os ecossistemas “[...] are of the most various kinds and sizes”, formando “one category of the multitudinous physical systems of the universe, which range from the universe as a whole down to the atom”⁴¹.

Tricart depositava confiança na teoria sistêmica e no uso dos ecossistemas. Compreendendo um sistema como “[...] um conjunto de fenômenos que se processam mediante fluxos de matéria e energia” (TRICART, 1977, p. 19), enxergava em tal concepção um caminho para consolidar uma visão dialética da natureza. Quanto aos ecossistemas, para ele, esta categoria poderia solucionar a fragmentação vertiginosa que acometia a Geografia Física, com uma maior integração dos seus ramos. Por outro lado, entreviu grandes contribuições da Geografia Física para os estudos ecológicos e ecossistêmicos, porquanto a pesquisa geográfica forneceria aos ecólogos, zoólogos e botânicos um conhecimento acerca das relações entre os seres vivos e seu espaço circundante.

⁴⁰ “[...] não apenas o complexo do organismo, mas também todo o complexo de fatores físicos que formam o que chamamos de ambiente do bioma - os fatores de habitat no sentido mais amplo” (TANSLEY, 1935, p. 299, tradução nossa).

⁴¹ “[...] são dos mais variados tipos e tamanhos”, formando “uma categoria dos numerosos sistemas físicos do universo, que vão desde o universo como um todo até o átomo” (TANSLEY, 1935, p. 299-300, tradução nossa).

Neste cenário, o homem, escrito por ele com “H” maiúsculo, era uma espécie de animal superior, interagindo com os ecossistemas, sendo influenciado física e intelectualmente por estes. Por sua vez, diferente dos outros animais, os humanos são fatores inteligentes, isto é, pode modificar profundamente os ecossistemas. O homem pode redirecionar o sentido das dinâmicas do meio — a morfogênese e a pedogênese.

Morfogênese e pedogênese, no pensamento de Tricart (1977), são as duas fácies dos mecanismos construtores dos ecossistemas. A primeira consiste nas transformações da matéria mineral das rochas pelos fatores físicos, químicos e biológicos; são os processos que intensificam a formação dos solos. A pedogênese é uma condição benéfica para as comunidades dos seres vivos, ou seja, sua alta intensidade possibilita que a biocenose alcance o seu clímax. A morfogênese, por sua vez, produz instabilidade na superfície da Terra, tornando-se um fator limitante para o desenvolvimento dos ambientes. Existe, portanto, entre pedogênese e morfogênese, uma antinomia. Um dos objetivos do planejamento ambiental, segundo o referido geógrafo, é diminuir a instabilidade morfodinâmica.

No que tange aos meios com forte presença da ação antrópica, segundo Tricart, faz-se necessário correlacionar os conhecimentos dos aspectos físicos com as condições sociais. Estas abarcariam a dimensão demográfica e as aptidões técnicas das sociedades. A forte influência das formações discursivas sistêmica e ecologista, nos escritos de 1977, restringiram a abordagem de aspectos políticos e econômicos que orientam os grupos humanos e suas relações com o espaço. Também, isso o levou, em muitos momentos de sua obra, a desconsiderar muitos debates que já animavam a Geografia, utilizando, desmedidamente, a categoria região como um sinônimo de território.

Essas pesquisas de Tricart, sistematizadas nos escritos de 1977, influenciaram muitas pesquisas dos Projetos 11/79 e 11/85/91, do Acordo CAPES/COFECUB. Alguns desses trabalhos trazem as mesmas conquistas e os mesmos equívocos. O trabalho de Moreira (2002), *Dinâmica da ocupação do solo sisaleiro do Estado da Bahia (Nordeste do Brasil): estudo de caso nos municípios de Valente e Santa Luz (1975-1986)*, é um exemplo emblemático.

Em uma das suas páginas, a autora afirmou que “[...] a dinâmica da ocupação de uma região, **ou seja**, o modo de utilização do **seu território**, está diretamente

relacionada às suas condições ecológicas, econômicas, sociais e demográficas” (MOREIRA, 2002, p. 25, grifo nosso). A análise deste enunciado leva a algumas hipóteses: i. a região pode ser sinônimo de território; ii. qualquer recorte espacial, com limites estabelecidos, pode ser considerado um território; iii. ou, ainda, não é necessária uma compreensão “especial” da categoria território.

Uma gama de atenção deve ser depositada nos termos destacados. Sintaticamente, o “ou seja” é uma locução utilizada para indicar correspondência (explicação ou ratificação) entre duas orações. Nesta situação, a primeira ou a segunda hipótese estão corretas. Mas, em termos semânticos, ou seja, em termos de análise do discurso, para alcançar os sentidos do enunciado, é necessário recorrer ao contexto da autora.

Embora tenha publicado seu escrito em 2002, a autora realizou suas pesquisas para a construção da referida obra entre os anos 1981 e 1985, para a obtenção do grau de mestre na Université de Toulouse le Mirail, França. Nesse período, Gottmann (1975), Raffestin (1980), Bonnemaïson (1981) e Sack (1986) já discutiam a especificidade da categoria território, dentro da ciência geográfica, com diversas perspectivas. No entanto, na década de 1980, ainda sob o apogeu dos estudos regionais e do planejamento urbano, muitas discussões na Geografia estavam eclipsadas. No Brasil, por exemplo, somente a partir da década de 1990, com as publicações de Souza e Haesbaert, os debates epistemológicos ao redor do ‘território’ e da ‘territorialidade’ ganharam força e notoriedade. Esse quadro pode ter gerado, no contexto acadêmico dos anos 1980, uma certa permissividade ao uso indiscriminado do termo em questão. Assim, semanticamente, todas as hipóteses levantadas são válidas.

Ainda sobre o texto de Moreira (2002), no que tange a esses aspectos conceituais, outra questão deve ser levantada. Trata-se do uso do termo região. Segundo a autora, o Sertão Sisaleiro

[...] é uma **região funcional**, onde se constata uma interação conjunta dos seus elementos (vegetação, animais, rochas, solo, relevo, clima e água), em que qualquer alteração qualitativa ou quantitativa, em um elemento isolado, afeta os mecanismos de adaptação e evolução do conjunto, com reflexos no ambiente natural (MOREIRA, 2002, p. 28, grifo nosso).

Em primeiro lugar, na história do pensamento geográfico, a “região funcional” surgiu, ao lado da “região homogênea”, como uma alternativa dos geógrafos teoréticos-quantitativos frente aos equívocos da ideia de “região geográfica” da

Geografia clássica. Uma região funcional é delimitada por critérios de máxima interação social e econômica entre seus elementos. Estes podem ser polos (industriais), nós (de comunicação) ou centros (de serviços), pontos de elevada intensidade de relações (BEZZI, 2004; LENCIONI, 2009). Portanto, trata-se de uma definição influenciada pela formação discursiva sistêmica.

Todavia, Moreira (2002), como demonstrou na citação, parece compreendê-la de forma diferente. Enquanto Bezzi (2004), Lencioni (2009) atribuíram um sentido socioeconômico à região funcional, Moreira (2002) parece confundi-la com a ideia de região homogênea. Esta correspondia às áreas distintas por uma certa combinação de elementos geográficos. Além disso, Moreira (2002) se contrapôs ao próprio IBGE que, entre as décadas 1970 e 1980, considerou o Sertão Sisaleiro como uma Microrregião Homogênea. Diferente do equívoco conceitual anterior (região↔território), este não denota influência de alguma formação discursiva ou do contexto histórico.

Em *Unidades de paisagem da região sisaleira: uma análise da relação relevo-estrutura*, de Lage; Argolo (2002), também, identificou-se a influência de Tricart e de sua ecodinâmica. Nesse trabalho, através de uma análise integrada da paisagem, os autores buscaram estudar o ambiente com base na relação morfogênese/pedogênese. Na seguinte citação, têm-se um exemplo evidente:

As cristas onduladas de Valente e o pediplano de Santa Luz podem ser classificados como **meios intergrades**, aqueles em que o balanço **morfogênese-pedogênese** manifesta a tendência a uma saída da estabilidade climática⁴² ou a um retorno a essa. O uso e a ocupação do solo pela atividade agropecuária [...] acentuam, nas áreas de maior declividade, os processos **morfogenéticos**, sobretudo quando associados ao pisoteio de animais e às retiradas de madeira (LAGE; ARGOLO, 2002, p. 33-34).

Para uma leitura do balanço morfogênese-pedogênese, Lage; Argolo (2002) relacionaram os fatores geológicos, morfológicos, hidrológicos, climáticos e socioeconômicos. Destarte, identificaram, para o Sertão Sisaleiro, oito unidades de paisagem: i. *unidade de Serra Branca*, espaço agropastoril de ocupação antiga; ii. *unidade Santa Luz/Lagoa dos Bois*, espaço agrícola ativo, onde se implantou a Companhia Celulose da Bahia; iii. *unidade de reconquista vegetal*, com uma caatinga arbustiva e arbórea descontínua; iv. *unidade de lavras de granito e ouro*, reunindo pontos de exploração mineral tradicional; v. *unidade Santa Luz/Caraonha*, espaço

⁴² Relacionada a clímax edáfico.

pastoril de ocupação recente; vi. *unidade Valente/Itareru*, área pastoril de evolução progressiva; vii. *unidade São Domingos*, espaço agrícola tradicional; viii. *unidade Pereira/Marmota*, caracterizado por grandes propriedades — 2000 à 4000 ha — agropastoris. Analisando o processo de estabelecimento desses recortes espaciais, percebe-se que Lage; Argolo (2002) conseguiram relativizar o ambientalismo da ecodinâmica, não apenas indicando a presença da ação humana, mas, profundando-se nas modalidades da ocupação do solo. Tais unidades de paisagem estavam inseridas em quatro meios ecodinâmicos, também indicados pelos autores no quadro 8.

Quadro 8 - Meios ecodinâmicos no Sertão Sisaleiro, por Lage e Argolo (2002)

UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS	MEIOS ECODINÂMICOS	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ⁴³	BALANÇO MORFOGÊNESE-PEDOGÊNESE
Cristas onduladas de Valente	Intergrade com tendência a estabilidade	Cultura do sisal e pastoreio	Processos morfogênicos provocados pela declividade.
Pediaplano de Santa Luz	Intergrade com tendência a instabilidade	Cultura do sisal e pastoreio	Os processos morfogênicos são menos acentuados, em função da topografia aplainada, mas o pisoteio dos animais é fator de degradação ambiental.
Alinhamento de Serra Branca	Instável	Mineração de ouro e granito	Processos morfogênicos acentuados pelas ações antrópicas.
Alinhamento de São Domingos	Instável	Mineração de granito	Processos morfogênicos acentuados pelas ações antrópicas.

Fonte: Lage; Argolo (2002).

Elaboração: Ricardo Kassius, 2017.

⁴³ De acordo com o IBGE (1979), época da elaboração desses trabalhos, se utilizava o termo *uso da terra* para se referir à “atividade do homem na terra, que se acha diretamente relacionada com a terra” (CLAWSON; STEWART, 1965, apud IBGE, 1979) e o termo *revestimento do solo* para descrever “a vegetação e construções artificiais, que recobrem a superfície da terra” (BURLEY, 1961 apud IBGE, 1979). Essas noções estão intimamente ligadas e, em muitos casos, têm sido utilizadas alternativamente, segundo as finalidades para as quais as terras estão sendo usadas, geralmente relacionadas com tipos de revestimento: florestal, agrícola, residencial, industrial etc.

Georges Bertrand foi outro geógrafo que influenciou, teoricamente, as pesquisas realizadas pelos Projetos 11/79 e 11/79/85. Como já foi dito, na Geografia baiana, entre suas ideias e as de Tricart existia uma relação de complementaridade, devido ao grande número de pontos coincidentes. Todavia, há uma controvérsia entre esses autores. Tricart, mais do que Bertrand, apostava nas conquistas da ciência ecológica. Através de uma leitura atenta de alguns textos (TRICART, 1972, 1973, 1977, 1979), pode-se afirmar que, politicamente, Tricart assumiu uma postura ecologista. Enquanto Tricart buscava maneiras de dialogar as categorias da ecologia com os estudos geográficos, Bertrand (2004 [1968], p. 143) se posicionava de forma cética, principalmente, em relação ao ‘ecossistema’. Para ele, “[...] o ecossistema não tem nem escala nem suporte espacial definido. Ele pode ser o oceano, mas também pode ser o pântano com rãs. Não é, portanto, um conceito geográfico”. Por conseguinte, recomendou uma renúncia ao termo e o reajuste da taxonomia e a proposição de uma nova categoria, o geossistema.

Assim, com base nos trabalhos de Cailleux e Tricart, M. Sorre e Brunet, Bertrand (2004 [1968]) propôs uma nova taxonomia. Tal sistema de classificação possuía “seis níveis temporo-espaciais”. De uma parte, a zona, o domínio e a região natural — unidades superiores; de outra parte, geossistema, geofácies e o geótopo — unidades inferiores (Quadro 9). A zona corresponde ao conceito de zonalidade climática planetária. O domínio é definido pelo arcabouço geológico. A região natural é um conjunto litomorfoestrutural. Essas unidades (superiores) já estavam bem definidas pela tradição geográfica no momento em que Bertrand (2004 [1968]) publicou sua primeira reflexão acerca da paisagem global. O mesmo não pode de ser dito das unidades inferiores. Para estas, Bertrand despendeu um certo esforço conceitual. As ideias de Vyctor Sotchava (1972), geógrafo soviético, foram seu ponto de partida.

Outrossim, como Tricart (1977) e Chorley (1962), Bertrand foi interpelado pela formação discursiva sistêmica. Em sua visão, as ideias de Bertalanffy, correspondendo a uma grande ruptura epistemológica da teoria dos conjuntos, transformou profundamente a matemática, a física e a biologia. No entanto, contrário a muitos cientistas, a análise de sistemas desenvolvida por Bertrand era essencialmente qualitativa. Desse modo, não chegou a desenvolver alguma expressão algébrica que descrevesse o funcionamento do espaço.

Segundo o próprio Bertrand, sua concepção de geossistemas nasceu de um esforço de teorização sobre o meio natural modificado pelo homem. Em parceria com Beroutchachvili, partindo dos conhecimentos físicos, geoquímicos e etológicos, considerou que os geossistemas:

Sert à designer um système géographique naturel homogène lié à un territoire. Il se caractérise par une morphologie, c'est-à-dire par des structures spatiales verticales (les géohizons) et horizontales (les géofaciès); un fonctionnement qui englobe l'ensemble des transformations liées à énergie solaire au gravitationnelle, aux cycles de l'eau, aux biogécocycles, ainsi qu'aux mouvements des masses aériennes et aux processus de geomorphogénèse; un comportement spécifique, c'est-à-dire par les changements d'états qui interviennent dans le géosystème pour une séquence de temps donnée (BERTRAND; BEROUTCHACHVILI, 1978, p. 173)⁴⁴.

Um dos enunciados básicos da ideia de geossistema (BERTRAND, 2004 [1968]; BERTRAND; BEROUTCHACHVILI, 1978) diz que seus componentes são distribuídos em três dimensões: geomorfológica, biótica e antrópica (Figura 4). No entanto, na citação supracitada e em diversos outros momentos dos seus escritos, Bertrand terminou por definir o geossistema como um sistema natural. Trata-se de um contrassenso conceitual e histórico, pois, qualquer presença humana (técnica ou simbólica) desnaturaliza o espaço. Além disso, nos anos 1950, já não existiam meios naturais *tourt court* na França e em grande parte da Europa. Dessa forma, Bertrand terminou por cair num naturalismo ingênuo. Deste, só se libertou com dos seus escritos mais tardios, na década de 1980.

Tal incongruência também está presente em seu antecessor, Victor Sotchava (1972). Segundo este geógrafo: “[...] embora os geossistemas sejam fenômenos naturais, todos os fatores econômicos e sociais, influenciando sua estrutura e peculiaridades espaciais, são tomados em consideração durante o seu estudo e suas descrições verbais”. No entanto, completa o autor soviético, “[...] as ditas paisagens antrópicas nada mais são do que estados variáveis de primitivos geossistemas naturais, podendo ser referidos à esfera de estudo do problema da dinâmica da paisagem”.

⁴⁴ “Usado para designar um sistema geográfico natural homogêneo ligado a um território. Ele se caracteriza por uma morfologia, isto é, por estruturas espaciais verticais (*os géohizons*) e horizontais (*as géofaciès*); por um funcionamento que engloba os conjuntos das transformações ligadas à energia solar e gravitacional, aos ciclos da água, aos ciclos orgânicos, bem como aos movimentos das massas de ar e os processos de geomorfogênese; e por um comportamento específico, determinado pelas mudanças de estado que intervêm nos geossistemas em uma sequência de tempos dados” (BERTRAND; BEROUTCHACHVILI, 1978, p. 173, tradução nossa).

Quadro 9 – Unidades da paisagem e suas respectivas escalas conforme G. Bertrand.

UNIDADES DA PAISAGEM	ESCALA TEMPORO-ESPACIAL (A. CAILEUX J. TRICART)	EXEMPLO TOMADO NUMA SÉRIE DE PAISAGEM	UNIDADES ELEMENTARES				
			RELEVO (1)	CLIMA (2)	BOTÂNICA	BIOGEOGRAFIA	UNIDADE TRABALHADA PELO HOMEM (3)
Zona	G I grandeza G. I	Temperada		Zonal			Zona
Domínio	G. II	Cantábrico	Domínio Estrutural	Regional			Domínio Região
Região Natural	G. III-IV	Picos da Europa	Região Estrutural		Andar Série		Quarteirão rural ou urbano
Geossistema	G. IV-V	Atlântico Montanhês (Calcário sombreado com falha higrófila a <i>Asperula odorata</i> em “terra fusca”)	Unidade Estrutural	Local		Zona equipotencial	
Geofácies	G. VI	Prado de ceifa com <i>Molinio-Arrhenetheretea</i> em solo lixiviado hidromórfico formado em depósito morâinico			Estádio Agrupamento		Exploração ou quarteirão parcelado (pequena ilha ou cidade)
Geótopo	G. VII	“Lapiés” de dissolução com <i>Aspidium Lonchitis</i> em microsolo úmido carbonatado em bolsas		Microclima		Biótopo Biocenose	Parcela (casa em cidade)

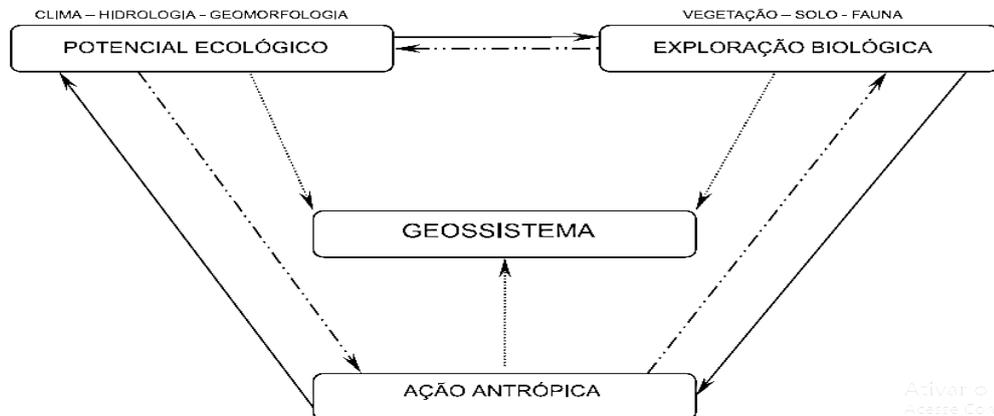
Nota: As correspondências entre unidades são muito aproximadas e dadas somente a título de exemplo.

1 – Conforme A. Cailleux, J. Tricart e G. Viers; 2 – Conforme M. Sorre; 3 – Conforme R. Brunet.

Fonte: Bertrand (2004 [1968], p. 145).

Elaboração: Ricardo Kassius, 2017.

Figura 4 - Esboço de uma definição teórica de geossistemas.



Fonte: Bertrand (2004 [1968], p. 145).

Há, entre Bertrand e Sothava, uma *responsividade trans-têmporo-espacial*. O naturalismo de ambos possuía dois eixos sustentáculos. Em primeiro lugar, ainda que afirmem ser o geossistema o resultado de um esforço teórico, isto é, de uma construção mental, suas considerações denotam que o entendiam como uma entidade concreta, existente por si só, cabendo aos geógrafos apenas identificá-lo e estudá-lo. Isso condiz com a concepção que “[...] chaque géosystème **se définit** par une succession d’états dans le temps [...] et dans l’espace⁴⁵ (BERTRAND; BEROUTCHACHVILI, 1978, p. 173, grifo nosso). O geossistema é muito mais um estado da natureza que uma construção da mente do geógrafo. Dessa forma, embora Bertrand e Sothava sejam arautos da renovação da Geografia Física na Europa (GREGORY, 1992), são, nesse quesito, ainda influenciados por concepções lablachianas.

Em segundo lugar, ao teorizarem sobre geossistemas, tanto Bertrand quanto Sothava o pensaram como uma categoria para a Geografia Física. Isso pode indicar o porquê da priorização dos fatores físico-ambientais em relação à dimensão social do espaço. “*L’insertion du fait antropicque dans le geosystème se limite donc, du moins dans l’état actual de la recherche, à la prise em compte de l’impact économique et*

⁴⁵ “[...] Cada geossistema se define por uma sucessão de estados no tempo [...] e no espaço” (BERTRAND; BEROUTCHACHVILI, 1978, p. 173, tradução nossa).

*social sur le complexe territorial naturel*⁴⁶(BERTRAND; BEROUTCHACHVILI, 1978, p. 177). Isso quer dizer: restringe-se apenas a indicar as modificações engendradas pelo trabalho humano e suas consequências, não interessando em que modos de sociabilidade e produção ele se insere. Uma boa abordagem dos estudos do meio natural, como base nesses três autores, consiste em inserir a análise geossistêmica na problemática social, não o contrário.

Na visão do autor desta dissertação, esse contrassenso complica a operacionalidade do geossistema como categoria de análise. Se o geossistema é um meio ou sistema territorial natural, como pode possuir a ação humana como um dos pilares? Uma saída para essa questão pode estar em Espinosa, mas os autores citados não encararam o debate filosófico sobre a relação sociedade-natureza. Preferiram, como é possível perceber nos fragmentos supracitados, transformar a ação humana num fator abstrato. Somente na década de 1980, Bertrand admitiu a possibilidade de encarar o geossistema como uma dimensão do modo de produção.

Os problemas relativos ao geossistema permaneceram incólumes para os participantes dos projetos 11/79 e 11/79/85. Antes, buscaram adaptar a taxonomia de Bertrand ([1968] 2004) à realidade baiana. Um dos maiores esforços nesse sentido se materializou na tese de doutorado *Les milieux naturels de la Haute Vallée du Vaza Barris (Bahia-Brésil) et leur aménagement*, defendida por Lage, no ano de 1986, sob a orientação de Pierre Barrère, na Universidade de Bordeaux III. Trata-se de um trabalho complexo, porquanto, além da *formação sistêmica*, também é interpelado por três formações discursivas: *Geografia Tradicional*, *New Geography* e *a Cronologia da Denudação*. Está dividido em três partes: os fatores de explicação dos meios naturais; a análise das paisagens; e as paisagens e seu ordenamento.

Na primeira parte, composta por cinco capítulos, Lage (1986) versou sobre a geologia, o clima, os traços pedológicos, fitogeográficos e hidrográficos. Nessa parte, destaca-se a maneira segundo a qual a autora abordou os fatos geológicos. Estes são explicados de maneira cronológica, objetivando uma compreensão histórica e evolutiva dos mesmos. O uso de tal metodologia indica a atuação da *formação discursiva da cronologia da denudação*. Esta formação discursiva surgiu da síntese dos estudos de Davis (1912) e Penck (1924) e se desenvolveu durante o século XX.

⁴⁶ “A inserção do fato antrópico no geossistema é, portanto, limitada, pelo menos no estado atual da pesquisa, à consideração do impacto econômico e social no complexo territorial natural” (BERTRAND; BEROUTCHACHVILI, 1978, p. 173, tradução nossa).

Trata-se de uma reação desses autores às abordagens teleológicas e imanentes do meio físico (GREGORY, 1992). Os estudos interpelados por tal formação discursiva buscam reconstruir o desenvolvimento progressivo da paisagem e estabelecer a datação dos seus estágios. Baseia-se, principalmente, em evidências morfológicas e estratigráficas. Segundo Gregory (1992), essa abordagem “histórica” se baseia em sete princípios: i. uniformitarismo (o presente é a chave do passado); ii. a evolução; iii. variações nas taxas de ação dos processos geomorfológicos; iv. o nível de base; v. as superfícies continentais são geologicamente recentes; vi. os sedimentos constituem importante fonte de informação histórica; vii. a litologia e a estrutura exercem influência básica sobre as formas de relevo. Lage (1986) aperfeiçoou as abordagens da primeira sessão nas etapas posteriores.

Historicamente, a superação da cronologia da denudação é a abordagem sistêmica. Chorley (1965) e Gregory (1992), chamaram a atenção para três fragilidades dessa abordagem histórica. Primeiramente, gerou o dogma da mudança progressiva e irreversível. Isto ficou difícil de se sustentar após verificar que as densidades de drenagem e as vertentes erosivas e os meandros não necessariamente se desenvolvem em ciclos. Em segundo lugar, enfatizava-se mais a sequência histórica do que as associações funcionais. Lage (1986) solucionou esses problemas da cronologia da denudação trazendo para seu trabalho duas frentes da formação discursiva sistêmica na Geografia: as abordagens de Bertrand e Tricart. Cada uma dessas abordagens, numa *responsividade discursiva horizontal e homóloga*, atenderam a objetivos diferentes no trabalho. Enquanto as ideias de Bertrand a auxiliaram no processo de hierarquização da paisagem, a ecodinâmica de Tricart proporcionou uma identificação das causas da degradação e serviu de base para estudos sobre planejamento.

A contribuição de Bertrand ao trabalho de Lage (1986) apareceu na segunda parte da tese, intitulada de *L'analyse des paysages*. Nessa sessão, encontra-se, ainda, a atuação da formação discursiva da cronologia da denudação, principalmente, no tocante “[...] *l'évolution géomorphologique de la haute vallée du Vaza-Barris*”⁴⁷. Com base nos estudos de King (1956), discípulo de Penck e criador da Teoria da Pediplanação, Lage (1986) identificou, para o seu objeto de pesquisa, dois ciclos de denudação, o ciclo Velhas e o ciclo Paraguaçu. Também, com base em Mabesoone;

⁴⁷ “[...] a evolução geomorfológica do Alto Vale do Vaza-Barris” (LAGE, 1986, p. 174, tradução nossa).

Castro (1975) — que fazem uma síntese das ideias de King (1956), Demangeot (1959), Bigarella; Andrade (1964) —, propôs para o alto Vaza-Barris duas superfícies de aplainamento: a Sertaneja e a do Paraguaçu. Essas unidades geomorfológicas serviram de base “[...] pour **identifier** les Unités de paysages (géosystèmes) qui composent cette région”⁴⁸(LAGE, 1986, p. 174, grifo nosso).

Assim como em Bertrand e Sotchava, em Lage (1986) o geossistema é uma entidade concreta, ou seja, é um estado da natureza passível de ser *identificado* pelo geógrafo. Desse modo “[...] trois unités paysagères ont été **identifiées**”⁴⁹(LAGE, 1986, p. 174, grifo nosso): i. superfície de aplainamento de Uauá; ii. depressão de Cocorobó; iii. superfície de aplainamento de Jeremoabo. Mesmo identificando a presença da ocupação humana em suas diversas modalidades, o trabalho em questão desembocou naquele mesmo naturalismo já enfatizado nos parágrafos anteriores. Segundo Lage (1986):

*Dans ce début de hiérarchisation, la haute vallée du Vaza-Barris peut être caractérisée comme un **espace naturel**, organisé mais hétérogène, marqué par des discontinuité spatiales. Cela permet de l'identifier comme une **sous-région naturelle**, définie como “l'unité spatiale supérieure qui résulte des rapports structuraux et dynamiques des géosystèmes (Unités paysagères) entre eux. Une figure **structuraux autonome** par rapport à celle des régions naturelles voisines et déterminée par une certaine hiérarchie des éléments constructifs (BERTRAND, 1972 apud LAGE, 1986, p. 176)⁵⁰.*

Esta citação reúne aspectos interessantes para uma análise do discurso. Para um início de conversa, existe um dialogismo, uma responsividade *trans-temporo-espacial* entre Lage (1986) e ideias da Geografia Tradicional defendidas, principalmente, por autores como Herbertson (1905) e Lucien Gallois ([1908] 2013), que realizaram importantes estudos sobre “regiões naturais”. Isto exhibe a natureza heterogênea e caleidoscópica dos discursos que atuam em determinado enunciado. Mesmo não afirmando um determinismo ambiental, a simples defesa da possibilidade

⁴⁸ “[...] para **identificar** as unidades de paisagem (geossistemas) que compõem esta região” (LAGE, 1986, p. 174, grifo e tradução nossa).

⁴⁹ “[...] três unidades de paisagem são **identificadas**” (LAGE, 1989, p. 174, grifo e tradução nossa).

⁵⁰ “[...] No princípio da hierarquização, o Alto Vale do Vaza-Barris pode ser caracterizado como um espaço natural organizado, mas heterogêneo, marcado por algumas descontinuidades espaciais. Isso permite identifica-lo como uma sub-região natural, definida como uma unidade espacial superior que resulta de relações estruturais e dinâmicas dos geossistemas (unidades paisagísticas). Uma figura estrutural autônoma em relação àquelas regiões naturais vizinhas e determinadas por uma certa hierarquização dos elementos construtivos” (BERTRAND, 1972 apud LAGE, 1986, p. 176, tradução nossa).

de se identificar secções do espaço determinadas pelos aspectos físicos a põe em diálogo com uma formação discursiva cuja origem se encontra há cem anos antes da defesa da sua tese de doutorado.

Outrossim, ainda sobre o fragmento supracitado, é preciso ver por diversos ângulos aquela citação de Bertrand feita pela autora. Tal trecho pertence a um artigo de Bertrand publicado na *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest* (RGPSO), em 1972, com o título *Les structures d'un espace géographique. L'exemple des monteges Catambriques (Nord-Ouest de l'Espagne)*. Nesse texto, Bertrand (1972a) mantém, ainda, uma visão naturalista sobre as unidades da paisagem. No entanto, no mesmo número da RGPSO, Bertrand (1972b) publicou um outro texto, também considerado por Lage (1986), intitulado *La "science du paysages" une "science diagonale"*. Neste, defendeu uma outra perspectiva, menos naturalizante dos fenômenos, onde a paisagem foi considerada como uma porção do espaço material composta por elementos físicos, econômicos e culturais. Também, neste mesmo texto, defendeu uma postura mais antropocêntrica para os estudos paisagísticos:

[...] La "science do paysages" est aussi, dans le même temps, une discipline anthropocentrique. [...] Au lieu de regarder les éléments naturels comme existant d'une manière indépendante, il faut considérer pour le valeur qu'un certain groupe social leur attribue, et par rapport aux types d'activité du groupe em question dans un espace donné. La "science du paysage" se situe donc, par absolue nécessité, è l'aval des sciences humaines et des problèmes d'aménagement (BERTRAND, 1972 apud LAGE, 1986, p. 176).

Como é perceptível, Bertrand (1972b) teve um avanço em relação a Bertrand (2004 [1968]) e Bertrand (1972a), porque tomou a paisagem não apenas como um dado concreto, mas como o resultado de uma vivencia e de uma percepção. No entanto, sempre quando Bertrand precisou tratar das paisagens no âmbito do geossistemas, não conseguiu abraçar esses avanços humanísticos. Isso aconteceu em Bertrand; Beroutchachvili (1978), texto já citado nas páginas anteriores. E Lage (1986), de certa forma, também teve dificuldade em sincronizar essas fácies dos estudos de Bertrand no estudo da relação sociedade-natureza na Região Sisaleira. Assim, consciente ou não a autora assumiu uma posição naturalista.

Essa dificuldade foi amenizada na terceira parte da tese, *Les paysages et leur aménagement*. Nessa sessão, Lage (1986) aplicou a metodologia tricartiana para um diagnóstico preliminar dos problemas *d'environnement* da área em estudo. Alguns aspectos da ecodinâmica foram expostos nesta dissertação. No entanto, para discutir

a influência tricartiana sobre a tese em questão, é necessário ressaltar que, assim como Bertrand, Tricart também propôs uma hierarquização da paisagem. Enquanto aquele se baseava na combinação entre complexidade morfoestrutural e eventos notáveis, este partiu das características morfo-pedogenéticas associadas às ações de degradação do meio.

Desde a juventude, Tricart flertou com as questões políticas e sociais relacionadas aos estudos geográficos. Em 1953, participou dos ciclos de estudos do Partido Comunista Francês, onde discutiu a relação geomorfologia/marxismo. Essa interpelação da formação discursiva marxista, no pensamento tricartiano, amadureceu com o tempo, desembocando, na década de 1970, em um pensamento ecológico rico e profundo. Isso permitiu que Tricart pensasse uma Geografia Física a partir do planejamento, não o contrário.

Em Tricart, a estrutura da paisagem sustentou-se sobre a relação entre morfogênese e pedogênese. Os *meios estáveis* são aqueles onde o balanço morfogênese/pedogênese está a favor dos processos pedogenéticos (intemperismo e suas variantes). Nos *meios intergrades* há um equilíbrio entre ambos processos. Os *meios instáveis* se revelam, dessa maneira, pela predominância da morfogênese sobre a pedogênese.

Para o Alto Vaza-Barris, Laje (1986) aplicou a classificação tricartiana e encontrou variantes. Por exemplo, em relação aos meios estáveis, a autora reportou uma tendência rumo à condição de intergrades, devido à fragilidade do equilíbrio bioestático no qual eles se encontravam. Nessas áreas, a paisagem era dominada por uma vegetação preservada e por solos relativamente evoluídos. Essas superfícies foram representadas pelo *pediplano conservado*, pelos *rasos* e *planaltos*.

Os meios intergrades foram representados pelo *pediplano rejuvenescido* e pelos *tabuleiros*. Como principal característica desses meios está a influência crescente dos processos morfogenéticos em detrimento dos processos pedogenéticos. A cobertura vegetal, uma caatinga arbórea clara e uma zona de tensão ecológica cerrado/caatinga, revelaram áreas de desflorestamento.

Segundo Lage (1986), no Alto Vaza-Barris, os meios instáveis representavam mais de 40 % da superfície total, compreendendo as dobras dissecadas e as superfícies de dissecação. Tal morfologia resultou da combinação de fatores litoestruturais e biodinâmicos. A cobertura vegetal é bastante degradada, seja pela

ação humana ou por processos morfodinâmicos, estes agressivos, tanto sobre os interflúvios quanto nos talwegues.

De uma forma geral, a produção geográfica dos Projetos 11/79 e 11/79/85 obtiveram sucesso no objetivo de adequar os progressos teóricos da Geografia Física francesa à realidade Brasileira. Mas, é importante destacar a especificidade do trabalho de Laje (1986). Essa autora utilizou Tricart e Bertrand como pilares de uma interpretação sistêmica e estruturalista do espaço. Talvez, se Lage (1986) tivesse dado mais atenção ao livro de Santos ([1978] 2012), não teria cometido os mesmos contrassensos desses autores, abrindo espaço para a entrada de um certo viés naturalista.

O texto *Geossistemas de Valente e Santa Luz*, de Argôlo; Pêpe (1988), também participantes dos referidos projetos, ao tomar como referência Bertrand (1972 [1968]), maximizou o naturalismo atuante no 'geossistema'. Nesse trabalho, a formação discursiva sistêmica flerta com a formação discursiva da geomorfologia imanente. Esta, conforme Tricart (1956) e Gregory (1992), influenciou muitos geomorfólogos, principalmente os oriundos das faculdades de geologia, levando-os a explicarem as características das formas de relevo em função de seus aspectos inerentes e rochas subjacentes; prenderam-se à estrutura e se negligenciou os processos. Assim, o trabalho de Argôlo; Pêpe (1988) empreendeu uma classificação da paisagem com base na relação relevo-estrutura. Os limites dos geossistemas — Cristas onduladas de Valente, Pediplano de Santaluz, Alinhamento de Serra Branca, Alinhamento de São Domingos —, então considerados como meios naturais, coincidem com as feições geológicas e estruturais encontradas na região de Valente e Santaluz. Outros elementos como a ação antrópica, potencial ecológico e ação biológica, integrantes do esquema de Bertrand ([1968] 1972), não foram considerados.

Em uma outra pesquisa, a formação discursiva imanente encontra-se em diálogo com a cronologia da denudação. Trata-se do texto *Geologia da região sisaleira de Valente e Santaluz, no Estado da Bahia*, de Argôlo; Debat (2002, p. 39). Nesse trabalho, “[...] o estudo geológico surge, então, no contexto de investigação dos aspectos naturais da área, como um subsídio para que se explique a configuração da paisagem atual”. Assim, os autores permitiram a abordagem de outros fatores como o clima e a vegetação. O mais interessante, nesse documento, é a tentativa de narrar o processo de formação dos complexos Caraíbas, Santaluz, retomando os eventos

tectônicos antigos e mais recentes. Isso, de certa forma, o distancia do trabalho anterior, de Argôlo; Pêpe (1988). Trata-se de um exímio resgate da maneira davisiana (o ciclo das rochas) de conceber o funcionamento da natureza. Os autores remontam à colocação dos protólitos magmáticos, dos granitos tardios e ao estabelecimento dos numerosos diques aplo-pegmatíticos tardios, para analisar a foliação das rochas, que determina uma estrutura do relevo caracterizada por domos cristalinos circundados por sinclinais constituídas por rochas vulcânicas e metassedimentos.

Apesar de não apresentarem inovações em termos teóricos, os estudos sobre os geossistemas da Zona do Sisal possuíram um aspecto pioneiro, para o contexto brasileiro. Trata-se do uso da *Téledétection* (sensoriamento remoto) para a pesquisa do semiárido baiano. Entre esses trabalhos, destacam-se: *L'écosystème des Caatingas: les paysages du Sisal dans L'état de Bahia* (Brésil) (HUBSCHMAN; MOREIRA, 1989) e *Intérêt de l'insertion de la Téledétection dans les programmes de Coopération em pays tropicales: deux cas de figure latino-américains* (HUBSCHMAN; SILVA, 1989). A *Téledétection* desempenhou um papel estimulante nas investigações, porquanto “[...] apparaît d’abord comme une approche novatrice qui facilite le dialogue interdisciplinaire, matérialise et concretize dans l’espace les problématiques proposées”⁵¹ (HUBSCHMAN; SILVA, 1989, p. 375), ou seja, permitiu uma maior definição das questões norteadoras e uma melhor visualização dos fenômenos em suas diversas escalas.

Um importante estudo sobre a região sisaleira, utilizando a *Téledétection*, foi publicado por Almeida (2002). A pesquisa *Região Sisaleira da Bahia: análise da dinâmica de utilização do solo a partir de imagens SPOT* foi realizada entre os anos 1986 e 1983, com o objetivo de analisar as mudanças ocorridas no uso do solo em virtude das dinâmicas da cultura do sisal. Segundo Almeida (2002), a introdução do sisal industrial pela Companhia de Celulose da Bahia, além da “erradicação, quase total, da cobertura vegetal”, provocou mudanças significativas no uso do solo — de um meio utilizado por empresas familiares rumo a uma exploração em escala industrial. Essas transformações nos padrões de ocupação, segundo o autor, são detectáveis pelas imagens SPOT.

⁵¹ “[...] Aparece, desde o início, como uma abordagem nova que facilita o diálogo interdisciplinar, materializando e concretizando no espaço os problemas propostos.

O procedimento metodológico utilizado por Almeida (2002) foi a composição colorida diacrônica. Esta apoia-se nos procedimentos da análise visual de composições resultantes da associação de uma mesma banda espectral adquiridas em diferentes momentos (meses e/ou anos). O exame das cores, com base em Sader e Winne (1992), intencionou identificar as metamorfoses ocorridas ao longo do período (1986 – 1993). Dessa forma, as alterações da utilização do solo são detectadas por comparação de dados-imagens obtidos em diferentes datas.

Além desses estudos voltados para os aspectos mais ambientais da paisagem, empreenderam-se importantes pesquisas voltadas para a Geografia humana, influenciadas pela *Géographie Sociale*. Entre essas, podemos citar os esforços de Andrade (1988, 1993, 2002), Silva (2002) e Lage; Silva (2002). Estes trabalhos são partícipes de uma Geografia renovada e, nessa época, muito se contrastavam, teoricamente, com a produção dos demais grupos de pesquisas existentes no Departamento de Geografia da UFBA.

Devido às condições geográficas da região estudada, esses estudos versaram, principalmente, sobre a Geografia Agrária. Eram influenciados, como já foi mencionado, pelas *ideias* georgianas. Sob esta, a Geografia agrária tinha como objeto de conhecimento “[...] a expressão das relações sociais e das relações econômicas referentes à produção agrícola” (GEORGE, 1972, p. 80). O geógrafo deveria partir do “estudo da ocupação do solo” (GEORGE, 1972, p. 80). Os temas seriam: “a ‘morfologia agrária’, a ‘estrutura agrária’ [...], a delimitação de regiões agrícolas homogêneas, os tipos econômicos e técnicos de exploração [...] e as modalidades de consumo e de comercialização dos produtos”. Enquanto na ‘morfologia agrária’ e na ‘estrutura agrária’ os geógrafos cuidariam da descrição das modalidades de ocupação do solo agrícola, como tipos de propriedade e de proprietários, na delimitação das regiões tomariam os sistemas idênticos de cultura, “dependentes das condições ecológicas e econômicas gerais e das formas de exploração” (GEORGE, 1972, p. 82). O tema final diria respeito ao destino da produção agrícola, considerando a oposição entre agricultura de autoconsumo e a agricultura comercial.

Em Andrade (1988, 1993, 2002) esses aspectos das concepções georgiana encontraram muita ressonância. Por exemplo, para o estudo da sociedade rural na região sisaleira, a autora elaborou uma análise da estrutura fundiária e da tipologia das propriedades. Identificou, como base no cadastro do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), seis modalidades de propriedades rurais: 1) os minifúndios (1 a menos de 10 ha), com trabalho essencialmente familiar; 2) as pequenas propriedades familiares (10 a menos de 50 ha), onde a cultura do sisal já é dominante e se fazia uma pequena estocagem de milho, feijão, farinha e carne (seca e verde); 3) as pequenas empresas familiares (50 a menos de 200 ha), que concentram o maior número de propriedades que cultivam sisal; 4) as médias empresas familiares (200 a menos de 500 ha), onde o sisal estava acompanhado de uma pecuária especializada; 5) as médias propriedades (500 a menos de 1000 ha), em um forte processo de concentração fundiária, empregando uma pequena mão de obra permanente e alguns trabalhadores temporários; 6) e, por fim, as grandes propriedades (acima de 1000 ha), bem equipadas em termos de meios de produção, cuja a atividade dominante era a pecuária, plantando-se o sisal apenas para alimentar os animais.

A *Géographie Sociale* é historicista. O que isso significa? Ela tem a abordagem do processo de evolução dos fenômenos geográficos como uma etapa imprescindível da pesquisa. Assim, para entender a gênese e consolidação da estrutura fundiária da Região do Sisal e da cultura sisaleira, Andrade (1988, 1993, 2002) recorreu à história econômica do Recôncavo e do Semiárido baianos. Ela partiu do plantio das primeiras mudas do sisal, em Maragogipe (Fazenda Porto do Meio), no início do século XX, por Horácio Urpia, à introdução da espécie (1914) nas redondezas de Valente e Santaluz, abordando o reconhecimento da economia do sisal (1938), pelo Governador Landolfo Alves, até o seu apogeu (1972 – 1986), quando o plantio resultou numa colheita anual de cerca de 30 mil toneladas em 33 mil hectares plantados. Destarte, o caminho diacrônico, em Andrade (1988, 1993, 2002), é a chave para entender a conjuntura.

Também, no trabalho de Andrade (1988, 1993, 2002), encontra-se um estudo dos sistemas de produção (os tipos econômicos e técnicos de exploração) da região por ela estudada. Segundo a autora, a cultura do sisal exigia uma grande aplicação de mão de obra. A primeira etapa, o preparo do solo, poderia ser mecanizado; no entanto, as demais tarefas (plantio, tratamentos culturais, corte de folhas e secagem) eram manuais. Algumas dessas atividades ofereciam sérios riscos para o trabalhador. Trata-se do uso das máquinas paraibanas, que mutilavam muitos sisaleiros.

Ainda no tópico “sistemas de produção”, a autora lançou mão da abordagem historicista para um estudo do tratamento industrial das fibras do sisal. Para Andrade

(1988, 1993, 2002), as indústrias do sisal começaram a surgir entre 1950 e 1970. No começo, eram pequenas; fabricavam cordas, tapetes e capachos para o mercado local. A partir dos anos 1970, surgiram a BAHIANA SISAL (1970), a Stella Azurra (1974), a Companhia do Sisal do Brasil (COSIBRA), da Fibras do Brasil (FIBRASA), e a Companhia de Celulose da Bahia (CCB) (1976). Esta foi a primeira empresa agroindustrial a transformar sisal para a fabricação de papel.

Abordagens historicistas, como as apresentadas por Andrade (1988, 1993, 2002) foram uma das primeiras formas de reação, dentro da Geografia, à estéril abordagem sincrônica da *New Geography*. O uso de modelos pré-estabelecidos para explicar a realidade eximia os geógrafos teóricos de recorrerem ao passado para encontrarem as causas da configuração socioespacial. Tudo dependia da boa inserção de dados estatísticos em fórmulas matemáticas adequadas aos problemas da pesquisa. Estas fórmulas, muitas delas criadas fora dos domínios da ciência geográfica, mais empobrecia que enriquecia as concepções acerca do espaço.

Tem-se, no trabalho de Silva (2002b), *Impactos das atividades econômicas do Sertão Sisaleiro*, uma abordagem semelhante à elaborada por Andrade (1988, 1993, 2002). No entanto, neste caso, em alguns momentos, a formação discursiva da *Géographie Sociale* travou um diálogo com a formação sistêmica (à maneira de Tricart), com uma abordagem dos fatores físicos e ambientais. Houve, também, um diálogo entre os diversos campos da Geografia Humana, materializado no estudo dos aspectos agroindustriais, urbanos e trabalhistas da Região Sisaleira.

Silva (2002) iniciou seu trabalho com uma abordagem histórica, para traçar o percurso evolutivo do povoamento dos municípios de Valente e Santaluz. Segundo a autora, originaram-se com o desenvolvimento de fazendas agropecuárias, produtoras de algodão, fumo e mamona e, mais tarde, sisal. O processo de urbanização desses municípios ganhou força com o progresso do sisal, em especial, com a chegada da CCB. Segundo Silva (2002), com um investimento de US\$ 110 milhões, criando 3.500 postos de trabalho, a CCB provocou na região, a partir de 1976, o mais forte crescimento da população, com mais de 72 % em Valente e 122% em Santaluz. Também, a estrutura fundiária se modificou rapidamente. Pequenas propriedades foram agrupadas em sete fazendas adquiridas pela empresa.

Silva (2002) criticou a forma da inserção das tecnologias no tradicional meio do sisal. A CCB não investiu no treinamento adequado dos antigos produtores. Isso gerou

estranhamento para com os novos métodos aplicados. Também, a empresa introduziu um regime de trabalho que muito se contrastava com os hábitos dos agricultores do Sertão, e as recusas ao trabalho tornaram-se frequentes. Sem mão de obra, a economia do sisal ficou deficiente. Estes fatos somados à desvalorização do produto forçaram a CCB, em 1987, fechar as suas portas, provocando um grande cataclismo socioeconômico no nordeste da Bahia. Segundo Silva (2002), a maior consequência do fechamento da CCB foi o êxodo rural.

Para a elaboração deste tópico, selecionou-se os textos mais emblemáticos da produção geográfica empreendidas sobre os auspícios dos Projetos 11/79 e 11/79/85. Eles constituem parte de um capítulo da Geografia baiana. Devida as condições socioeconômicas e intelectuais do período, eles possuem um forte caráter heróico, porquanto abordaram uma região do estado da Bahia carente de estudos geográficos aprofundados — a Zona do Sisal. Apesar da disponibilidade dos dados estatísticos e das imagens de satélites, não existiam referenciais teóricos para a abordagem da Geografia da área sisaleira. Diante disso, a pesquisa de campo foi a espinha dorsal desses trabalhos. Isso é visível na forma do enunciado: pouco se fez uso de citações diretas, sobretudo, quando se tratava de Geografia local e regional. Não sendo originais sob o ponto de vista teórico, já que empregam teorizações francesas pura e simplesmente, tais trabalhos foram únicos sob o ponto de vista empírico, tornando as riquezas e a diversidade do estado da Bahia conhecidas para os olhares do Brasil e do mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da pesquisa sobre a história das ideias geográficas na Bahia permite vários caminhos. Para esta empreitada, como ficou claro no texto, escolheu-se como método de pesquisa o materialismo histórico e dialético. Com isso, um dos objetivos perseguidos foi a vinculação entre o fenômeno “produção científica/produção de conhecimento” e as transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil e do mundo. A ciência sempre se direciona para a realidade, seja para entendê-la, transformá-la, escamoteá-la... Assim, as respostas para os seus porquês sempre estarão no contexto que a envolve.

Isto combina com as duas das principais teses da Análise Materialista do Discurso: i. a linguagem (científica, poética, cotidiana, etc.) não é transparente, ela carrega uma gama de sentidos ideologicamente determinados, como reação a uma conjuntura socioespacial; ii. também, todo enunciado (científico, poético, banal, etc.), inserido numa teia/rede discursiva, é uma reação à alguma situação (no sentido amplo do termo). Assim, desvincular o discurso científico da realidade pode causar um extremo esvaziamento do seu conteúdo, porquanto fazer ciência é ler o mundo em suas diversas manifestações.

A ciência, como um tipo de discurso, é uma interpretação/representação do mundo. E, como este mundo é espacial e temporalmente contínuo/descontínuo (simultaneidades no não simultâneo), dá-se em acontecimentos, cada enunciação do discurso científico é um evento, é uma realização de um feixe de possibilidades. Cabe ao historiador das ideias se esforçar para esclarecer essa teia de saberes, apontando o lugar da ciência como uma formadora de espíritos, como um componente da psicosfera, como uma fabricante de conteúdo para as formas técnicas. A ciência, sobretudo a atual, não apenas projeta ferramentas para o trabalho, como fabrica um ideal de existência ao redor desses objetos. Assim, tem-se um mundo prenhe de cientificidade e vazio de arte, religiosidade, conduzido por emoções perecíveis.

Em um mundo de rapidez, de transitoriedades, a história das ciências vem como um clamor da memória. Vem invocar a comunidade científica para ver o passado como uma importante dimensão “invisível” do presente. O ontem atua no agora como lembrança, recordação e, sobretudo, como causa. A relação dos seres humanos com o seu passado pode se dar de duas formas: consciente (crítica ou apologista) ou

recalcada (como um grande outro). Nesta, tem-se um inconsciente renegado, que volta e meia aparece com ares de assombração... Esta última situação descreve muito bem a relação do brasileiro com a Ditadura Militar. Enquanto o brasileiro não fizer um esforço de reconsideração da história, o autoritarismo sempre será o seu fantasma.

O autor desta dissertação se considera muito jovem para indicar um grande outro para a Geografia baiana. Quem sabe esse trabalho historiográfico não seja um esforço para encontra-lo?

Colocando esse assunto a parte, este trabalho foi realizado sob a eminência de um risco: o cair na exaustividade histórica. Sabia-se, desde o início, que como o Acordo CAPES/COFECUB se insere no espectro das relações entre o Brasil e a França, o desenrolar da história desses contatos internacionais deveria ser invocado. Esse empenho foi necessário para encontrar um encaixe entre as ações políticas, as ideologias e a produção do conhecimento.

A busca desse encaixe provocou a proposição de uma periodização para a história das relações bilaterais Brasil/França. Para fins didático, dividi-la por séculos apareceu como o mecanismo mais viável. E, com o empregar da metodologia, percebeu-se que em cada centenário da colonização, a presença francesa em terras brasileiras guardava peculiaridades destacáveis.

Grosso modo, pode-se dividir a história das relações entre o Brasil e a França em três grandes momentos, norteados por três formações discursivas. No primeiro momento, durante a corrida colonialista, entre os séculos XVI e XVIII, o discurso da França para com o “Novo Mundo” era *mercantilista*. No segundo momento, a partir do século XIX, já impedidos de montar o seu sonhado entreposto brasileiro, os franceses se apegaram à bandeira do *salvacionismo missionário*. No terceiro momento, a partir dos anos 1950, as incursões francesas rumo ao chamado terceiro mundo, tornaram-se *solidaristas*. Traçar essa periodização foi importante para melhor situar o contexto em que se assinou o Acordo CAPES/COFECUB.

Nos séculos XVI e XVII, a França, como as outras ricas nações europeias, envolveu-se na lógica mercantilista. E seus interesses para com o “Novo Mundo” eram ditados pelo metalismo, a busca desenfreada por recursos naturais valiosos. Assim, ela exigiu e lutou pelo direito de usufruir das abundantes riquezas das terras recém descobertas. Se, em aparência, a França Antártica e a França Equinocial portavam a

concretização de utopias cristãs e salvacionistas, na essência, esses empreendimentos eram mecanismos para o subjugo dos povos americanos.

Não conseguindo “impor” sua presença por via da guerra de conquista, só lhe restou o plano das ideias. A partir do século XVIII, a França deixou de ser apenas uma nação inimiga para Portugal e se transformou em uma abominável ideologia. Para os brasileiros, espoliados pela corte de Lisboa, as históricas terras da Gália se tornou o modelo de paraíso perfeito, ilustrado e democrático. O interessante é que, até meados do século XIX, a força intelectual francesa se exerceu automaticamente, ou seja, sem o incentivo de uma política de expansão cultural. Foi a emergência do Império Alemão, depois da década de 1870, que fez com que a nação francesa voltasse para suas conquistas intelectuais como uma poderosa arma colonialista.

A partir do último quartel do século XIX, a França modificou suas políticas colonialistas. Ela tomou um discurso já vigente, que a considerava modelo universal de civilização e cultura, como bandeira para combater a hegemonia alemã. Aí, entrou o *salvacionismo missionário francês*. O que significa isso? Sob a égide do positivismo e do darwinismo social, a nação francesa passou a enxergar os americanos e africanos como povos inferiores, atrasados e carentes dos avanços econômicos, científicos e filosóficos. Assim, fazia-se necessário transportar o progresso da Europa para essas partes do mundo. Mas, perante a ameaça germânica, era preciso “imposer” a cultura francesa, via jogo diplomático, para os países recém-independentes. É nesse contexto que se criou a Aliança Francesa e o *Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine*. É, ainda, sobre esse conceito de relação internacional, que franceses, em “missão”, vêm ajudar na fundação das universidades brasileiras, na década de 1930. Nenhum cientista vestiu melhor a camisa da imposição da cultura francesa, em terras americanas, que Pierre Monbeig, este soube desempenhar bem o seu papel de “*chercheur-ambassadeur*” e, nas horas vagas, professor.

Após a segunda guerra mundial, o mundo mudou. A Alemanha estava derrotada e a França exaurida. O contexto pôs fim à competição de quase um século. Em terras brasileiras, a hegemonia europeia é suplantada pela hegemonia norte-americana, e a diplomacia francesa foi obrigada a mudar a direção da sua proa. Também, a própria Geografia política do pós-guerra forçou a um redirecionamento das relações internacionais: movimentos de autodeterminação pôs fim ao

imperialismo em países da África e Ásia; o subdesenvolvimento das ex-colônias e de muitos países americanos ganhou repercussão mundial; e a dimensão das disputas entre os Estados Unidos e a União Soviética, a chamada Guerra Fria, transformou antigas potências em coadjuvantes no cenário econômico. Assim, abraçando as ideias dos pensadores do subdesenvolvimento, a França se voltou ao Terceiro Mundo com um discurso *solidaritarista*. O objetivo central era, através do “*intercâmbio*” científico e técnico, contribuir para uma maior autonomia científica e tecnológica dos países subdesenvolvidos. Nesse contexto, incentivou-se a criação de laboratórios, como o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, na Universidade da Bahia, em 1959, e se estabeleceram acordos de cooperação, como o Acordo CAPES-COFECUB, em 1978. Assim, tal acordo, ao contrário das missões ocorridas na década de 1930, não foi e não é interpelado pela *formação discursiva imperialista* e pelas políticas de colonialismo cultural.

Também, a realidade acadêmica do Brasil era outra. Existiam, então, bons profissionais das ciências humanas em todas as regiões do país. Por volta dos anos 1970, o pensamento social brasileiro já possuía originalidade, basta recordar os trabalhos de Milton Santos, Caio Prado Jr., Raimundo Faoro, Paul Singer, Oscar Ianni etc. Uma aliança científica entre o Brasil e França, naquele momento, visava a consolidação, via capacitação de pessoal, com a criação de programas de mestrado, doutorado e o desenvolvimento tecnológico do país. Assim, quando retornaram para as terras brasileiras, os mestres franceses encontraram um desenvolvimento científico, no campo dos estudos sociais, similar a muitos países europeus. Isto pôde ser constatado nas palavras do Prof. Paul Claval, que em carta ao Prof. Telésforo Marques, teceu elogios às equipes da Prof. Maria Auxiliadora da Silva e do Prof. Sylvio Bandeira de Mello e Silva.

Sobre a Geografia baiana produzida sob o vigor do Acordo CAPES/COFECUB, existem importantes considerações para se fazer. Há entre os trabalhos realizados pelos Projetos 11/79 e 11/85 e aqueles realizados no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais (LGERUB) uma ruptura. As pesquisas realizadas pela equipe do LGERUB eram orientadas, em sua maioria, por uma *responsividade horizontal* entre as formações discursivas da Geografia tradicional, a Geografia aplicada francesa e a lógica dialética. Esse dialogismo atuava de forma hegemônica no círculo dos profissionais da Geografia da UBa.

Já na década de 1970, a situação se modificou, a referida *responsividade horizontal* passou a dividir o espaço com a *New Geography*, em sua versão mais teórica, de inspiração norte-americana. Também, com a emergência da Ditadura Militar e dos órgãos censores, o flete que existia entre os estudos morfológicos (de inspiração tricartiana) e a lógica dialética foi contido ou extinto, e os estudos do círculo do antigo LGERUB (já extinto devido a reforma universitária) se revestiram de um aspecto ainda mais tradicional.

O retorno dos franceses, com os Projetos do Acordo CAPES/COFECUB, trouxe novas orientações teóricas, novos temas e novos problemas para a equipe do Departamento de Geografia, da UFBA. Jean Tricart, um dos grandes referenciais teóricos dos geógrafos baianos, também, a partir da década de 1970, inclinou seu labor científico para outros horizontes; ele abandonou a responsividade entre a *geomorfologia aplicada* e a *lógica dialética* para flertar com outras formações discursivas, a *sistêmica* e a *ecologista*. Georges Bertrand também era notado pela Bahia. O geossistema, sua categoria de análise mais trabalhada, embasou as muitas pesquisas realizadas sob os referidos Projetos. Assim, a presença desses franceses, entre os anos 1979 e 1992, veio trazer uma nova vertente da *New Geography*, com orientação mais qualitativa e menos quantitativa.

Em que ponto essa vertente destoava da Geografia teórica americanista? A impressão que se tem, com a leitura de livros e artigos, é que Tricart, com sua ecodinâmica, e Bertrand, com seus geossistemas, não se preocuparam em expressar suas ideias em fórmulas matemáticas. Os meios ecodinâmicos e os geossistemas eram fenômenos perceptíveis através da leitura do espaço, da percepção, eram situações concretas. É possível o uso de algum procedimento estatístico para medir a entrada e saída de um fator energético em um geótopo, mas a complexidade dessa escala espacial jamais seria contida numa expressão algébrica. Também, o meio geográfico em Tricart e Bertrand foi concebido como uma estrutura composta por situações conjunturais plurais. Isto, por si só, confronta a ideia de espaço isotrópico e homogêneo da Geografia teórica quantitativa *tour court*.

No entanto, essas perspectivas francesas não conseguiram romper com pontos importantes da vertente anglo-saxônica. Em primeiro lugar, os geossistemas e os meios ecodinâmicos possuíam um conteúdo naturalista. Existia e existe, ainda, uma dificuldade de inserir essas categorias de análise na ideia de socioespacialidade, ou

seja, interrogar-se sobre como o modo de produção capitalista, com toda a sua complexidade, interfere nos *inputs* e *outputs* energéticos dessas dimensões espaciais em questão. Assim, a presença humana, embora notada e assinalada, sofre um esvaziamento, tornando-se apenas um fator quantificável, relacionado à degradação dos solos ou ao nível de poluição de um rio. Mas, o conteúdo dessa “antropogenia” — as relações econômicas, sociais e simbólicas — é ignorado.

Esses avanços e conservadorismo da concepção sistêmica francesa se fez presente de modo integral nos trabalhos realizados sob o Acordo CAPES/COFECUB. Não houve uma preocupação de contribuir teoricamente para o aperfeiçoamento dessa formação discursiva. As contribuições encontram-se no plano metodológico, com um grande esforço de adaptar as taxonomias bertrandiana e tricartiana, criadas em um espaço bem diferente dos meios tropicais, à realidade brasileira. Também, Tricart e Bertrand, embora influenciados por uma mesma formação discursiva, numa mesma épisteme, possuíam horizontes diferentes — a ecodinâmica é um posicionamento político, ecologista, dentro da Geografia. No entanto, essas formas de organizar e perscrutar o espaço geográfico, nos trabalhos realizados, alcançaram uma relação de complementaridade.

A presença francesa no Departamento de Geografia da UFBA, entre os anos 1979 e 1992, fortaleceu a ação da *Géographie Sociale georgiana*. E a presença dessa formação discursiva nos trabalhos do Acordo CAPES/COFECUB, embora hegemônica pela concepção sistêmica, fez com que os Projetos 11/79 e 11/85 dialogassem com temas que emergiam com o processo de renovação da Geografia brasileira. As leituras de Pierre George, em diálogo com a percepção da realidade sisaleira, permitiram que aqueles geógrafos baianos abordassem as contradições da estrutura fundiária dos municípios do sisal, os sistemas de produção, as flutuações de preço, a divisão do trabalho, os problemas envolvendo as relações trabalhistas, os impactos das tecnologias implantadas pela CCB e as consequências da crise do sisal para a Bahia.

Além desses desdobramentos teóricos e discursivos, o diálogo entre a França e a Bahia deixou importantes legados para a Geografia baiana. Primeiramente, a formação de professores a nível de mestrado e doutorado. Antes do Acordo CAPES/COFECUB, o Departamento de Geografia da UFBA carecia de professores mestres e doutores. Ao término do Projeto 11/85 (ano de 1992), exatamente cinco

professores haviam defendido teses nas Université de Toulouse Le Mirail, Université de Paul Sabatier, Bordeaux III e Rouen Haute Normandie, e três defenderam dissertação nas referidas universidades. A formação desse quadro possibilitou, dois anos mais tarde (1994), a instalação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da UFBA, que consolidou ainda mais a pesquisa geográfica na Bahia, auxiliando na formação dos profissionais que compõem o corpo docente das universidades estaduais e federais do interior do Estado.

Nestas páginas, não há a procura pelo domínio do passado. Trata-se de uma narrativa, um ponto de vista, uma maneira de contar o que se passou na história das ideias geográficas na Bahia. Toda a história é um artefato, ou seja, ela tem uma dimensão material, factual, mas há a dimensão da leitura, da interpretação, da representação. O que se conhece do passado será sempre o resultado de conflitos, de muitos debates e consensos. Não existe uma História e uma Geografia sem ideologias, sem discursos.

Esta dissertação tem dialogismos. Ela conversa com o passado e evoca elementos para reascender a memória. Fazer parte de uma comunidade humana é, também, colocar-se diante do pretérito, ainda que apenas para rejeitá-lo. Ela está em responsividade com um presente, que desconfia da história, que se compraz em desconhecê-la, e que está condenado a viver na histeria dos seus traumas sociopolíticos. É um convite, utilizando termos marxistas, para pensar o hoje como uma *antítese* do ontem — a *tese* —, e o futuro como uma *síntese* da obra de todas as gerações.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 221-232, 1994.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Biblioteca Universal Presença, [1968] 1980.

ANDRADE, B. Impactos das atividades econômicas no Sertão Sisaleiro. In: LAGE et. al. **O sisal baiano: entre natureza e sociedade, uma visão multidisciplinar**. Salvador: Departamento de Geografia da UFBA, 2002.

ANDRADE, B. **Le sisal et la Société rurale: le cas des municipes de Valente et de Santa Luz (Bahia – Brésil)**. 1988. 87 p. Dissertação (Maître en Géographie) – UER de Géographie. Université de Toulouse Le Mirail.

ANTUNES, C. F. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, ideias e transformações: notas de uma história**. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

ARGÔLO, J. L.; PÊPE, R. M. Geossistemas de Valente e Santaluz - relação relevo e estrutura. **Sitientibus**, Feira de Santana, v.5, n. 8, pp. 25-36, 1988.

AVEIRO, T. M. M. **Uma análise do Programa CAPES/COFECUB entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire et scientifique avec le Brésil**. 2016. 391 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Universidade de Brasília, Brasília.

BACHELARD, G. **La formation de l'esprit scientifique, contribution à une psychanalyse de la connaissance objective**. Paris: J. Vrin, 1972.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARATA, Mário. Manuscritos inéditos de Le Breton – Sobre o estabelecimento da dupla Escola de Arte no Rio de Janeiro, em 1816. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 14, 1983, pp. 21.

BERTALANFFY, L. **Teoria General de los Sistemas: fundamentos, desarrollo, aplicaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, [1968] 1989.

BERTRAND, G.; BEROUTCHACHIVILI, N. Le géosystèmes ou "système territorial naturel". **Revue de géographie des Pyrénées et du Sud-ouest**, t. 49, 1978, pp. 167-180.

BERTRAND, G. Les structures d'un espace géographique. L'exemple des montagens cantabriques (Nord-ouest de l'Espagne). **Revue Géographie des Pyrénées et du Sud-ouest**, t.43, n.2, 1972a.

_____. "Science du paysage", une science diagonale. **Revue Géographie des Pyrénées et du Sud-ouest**, t.43, n.2, pp.127-134, 1972b.

_____. Paisagem em geografia física global. Um esboço metodológico. **R.RA e GA**, Curitiba, n.8, pp. 142-152, [1968] 2004.

BEZZI, M. L. **Região: uma revisão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

BIGARELA, S. S.; ANDRADE, G. O. **Considerações sobre a estratigrafia dos sedimentos cenozoicos em Pernambuco (Grupo Barreiras)**. Recife, Universidade de Recife, Instituto Ciências da Terra, Arquivos, 2, 1964.

BOAVENTURA, M. E. (org.). **22 por 22**. A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos. São Paulo: EDUSP, 2000.

BOSI, A. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOISÉS, L (Org.). **Do positivismo à desconstrução: as ideias francesas na América**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo**. Lisboa: Martins Fontes, 1983 [1949].

BUNGE, W. **Geografia teórica**. Uma metodologia geográfica. Lund: The Royal University of Lund, 1962.

CANTO, I. [Ofício] 28 ago. 1992, Brasília [para] SILVA, M. A., Salvador. 1f. Envia o parecer da CAPES/MEC sobre o cancelamento do Projeto 11/85/91 do Acordo CAPES/COFECUB.

CAIRES, D. A mercantilização do Éden: o homem e a natureza sob o olhar de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011. São Paulo. **Anais do Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Editora ANPUH-SP, 2011. p. 1-13.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006; v. 15, n. 4, p. 679-84.

CHOMSKY, N. **Estruturas Sintáticas**. Petrópolis: Editora Vozes, [1957] 2015.

CHORLEY, R. J. Geomorphology and general systems theory. **US Geological Survey Professional Paper**, 500, pp. 1-10, 1962.

CLAVAL, P. **La Evolución de la Geografía Humana**. Barcelona: Oikos-tau, s. a. – Ediciones, 1974.

_____. **Epistemologie de la géographie**. Paris: Armand Colin, 2001.

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. In: **os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DA COSTA, P. L. Intelectuais franceses e brasileiros: verso e reverso. **Caravelle**, Toulouse, n. 57, 1991, pp. 161-170.

DAVIS, W. M. **Die erklärende Beschreibung der Landformen**. Leipzig: Teubner, 1912.

DELFOSSÉ, C. Biographie et bibliographie de Pierre Deffontaines (1894-1978). **Cybergeo**, Revue européenne de géographie, Paris, document 127, mis en ligne le 09 mars 2000, consulté le 09 septembre 2018.
URL :<http://journals.openedition.org/cybergeo/1796>.

_____. Le rôle des institutions culturelles et des missions à l'étranger dans la circulation des idées géographiques. L'exemple de la carrière de Pierre Deffontaines (1894-1978). **Finisterra**, Lisboa, v. 33, n. 65, p. 147-158, 1998.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1878] 1976.

FAISSOL, S. Explanation in geography: comentário bibliográfico e notas à margem. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, a. 34, n. 2, 1972, pp. 81-118.

FENDT, R. A influência do liberalismo francês na economia e na política brasileiras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 170, n.444, 2009, pp. 203-220.

FERNANDES, J. G. S. Crônicas da França Equinocial: imaginários dos religiosos franceses na Amazônia oriental no século XVII. **Gragoatá**, Niterói, n. 33, p. 47-62, 2012.

FERREIRA, M. M. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FERRETTI, F. Pierre Deffontaines e as Missões Francesas no Brasil: geopolítica do conhecimento, circulação dos saberes e ensino da geografia (1914-1938). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 36, n.1, 2016, pp.4-26.

_____. Pierre Deffontaines et les missions universitaires françaises au Brésil : enjeux politiques et pédagogiques d'une société savante outremer (1934-1938). **Cybergeo** : European Journal of Geography, Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique, n° 703, 2014.

FOUBERT, J. La politique française de coopération: une doctrine à conserver. **Tiers-Monde**, Toulouse, t. 14, n. 56, 1973, pp. 711-720.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREDERICO, C. A ideia de Revolução no Brasil Colonial. **Revista de História**, São Paulo, V. 42, n.85, 1971, pp. 203-205.

GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

GALLOIS, L. **Régions naturelles et noms de pays**: étude sur la région parisienne. Paris: Armand Colin, [1908] 2013.

GEORGE, P. **Géographie sociale du monde**. Paris: P.U.F, 1964.

_____. **A Geografia Ativa**. São Paulo: Editora Difusão, [1964] 1968.

_____. **Os métodos em geografia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GLEIZES, M. La conception française de la recherche scientifique em coopération avec les pays em voie de développement. **Tiers-Monde**, Toulouse, t.20, n.78, 1979, pp. 256-259.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v.2, n.3, 2012, pp. 523-544.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1955] 1978.

GREFFET, P. L'Alliance Française d'Amérique latine a quatre fois 25 ans. **Caravelle**, n°50, 1988. 25 ans d'Amérique latine. pp. 99-106.

GREGORY, K. J. **A natureza da geografia física**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, [1985] 1992.

HAESBAERT, R. **Des-territorializacao e identidade**: A Rede Gaucha no Nordeste. Niteroi: UFF, 1997. 320p .

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Explanation in Geography**. Londres: Edward Arnold Ltd., 1969.

HERBERTSON, A. J. The major natural regions: an essay in systematic geography. **The Geographical Journal**, London, v. 25, n. 3, p. 300-312, 1905.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da análise do discurso de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, [1997] 2013.

HUBSCHMANN, J. Olhar sobre o sisal: as pesquisas sobre o meio, a paisagem e a sociedade no Sertão Sisaleiro da Bahia. In: LAGE et. al. **O sisal baiano: entre natureza e sociedade, uma visão multidisciplinar**. Salvador: Departamento de Geografia da UFBA, 2002.

IANNI, Oscar. **A ideia de um Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IGLÉSIAS, F. Raízes ideológicas da Inconfidência Mineira. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, 1989, pp. 7-14.

INDURSKY, F. Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à Análise do Discurso. **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas, São Paulo. n. 4/5, p. 69-88, dez. 1999/jun. 2000.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Editora Cultrix e Universidade de São Paulo, 1969.

JOBIN, F. F. A difusão da obra de Diderot em Portugal e no Brasil. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, V.4, n.1, 1989, pp. 99-112.

KING, L. C. A geomorfologia do Brasil oriental. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 18, n. 2, 1956.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAGE, C. S. **Les milieux naturels de la Haute Vallée du Vaza-Barris (Bahia-Brésil) et leur aménagement**. 1986, 233 p. Tese (Doctorat de 3^o cycle em Géographie de l'aménagement) – Laboratoire de Géographie Physique Appliquée. Université de Bordeaux III, Bordeaux.

LAGE et. al. **O sisal baiano: entre natureza e sociedade, uma visão multidisciplinar**. Salvador: Departamento de Geografia da UFBA, 2002.

LAGE, C. S.; Argolo, J. L. Unidades de paisagem da região Sisaleira: uma análise da relação Relevo-Estrutura. In: LAGE et. al. **O sisal baiano: entre natureza e sociedade, uma visão multidisciplinar**. Salvador: Departamento de Geografia da UFBA, 2002.

LAGE, C. S.; SILVA, M. Algumas transformações da Região do Sisal após 1994. In: LAGE et. al. **O sisal baiano: entre natureza e sociedade, uma visão multidisciplinar**. Salvador: Departamento de Geografia da UFBA, 2002.

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, J-P. Les professeurs français des Missions Universitaires au Bresil (1934-1944). **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, 1990, n°12, pp. 1-10.

_____. Les Missions Universitaires français au Brésil dans les années 1930. **Vingtième Siècle**, Revue d'Histoire, Paris, n.38, 1993, pp. 24-33.

LENCIONI, R. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2009.

LESSA, M. L. A aliança francesa no Brasil: política oficial de influência cultural. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 13, Junho/1994, p. 78-95.

LÉRY, J. **Viagem a Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

LÈVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, O. **Dom João VI no Brasil (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1908.

LIMA, M. C. A. [Ofício] 23 set. 1992, Maceió [para] SILVA, M. A., Salvador. 1f. Parecer sobre o cancelamento do Projeto 11/85/91 do Acordo CAPES/COFECUB.

LIRA, L. A. **Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários, “tensão e ação” e sistematização do método (1925-1957)**. 2017. 417 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

LUZ, A. A Missão Artística Francesa: novos rumos para a arte no Brasil. **Revista da Cultura**, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 7, 2004, p.16-22.

MABESOONE, J. M.; CASTRO, C. Desenvolvimento geomorfológico do nordeste brasileiro. **Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia Núcleo Nordeste**, n. 3, pp. 5-36, 1975.

MAGALHÃES, D. S. **Fragmentação e segregação socioespacial no processo de urbanização no Litoral Nordeste da Bahia: os dois lados da Rodovia BA-099 – “Estada do Coco”**. 2016.333p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MAINGUENEAU, D. **A gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

MAMIGONIAN, A. **A Geografia francesa nos meados do século XX e a contribuição de Jean Tricart**. In: SILVA, T. C. Da Teoria à Prática da Geografia Global: abordagens transdisciplinar proposta por Jean Tricart. Florianópolis: UFSC/CFH/ NUPPe, 2011.

_____. AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos (depoimento). **Terra Livre**, São Paulo, v. 8, p. 157-164, 1991.

MARIENGELA, R. Le projet politique de la langue française. Le rôle de l'Alliance française. **Politix**, vol. 9, n°36, Quatrième trimestre 1996. Usages sociaux des sciences sociales. pp. 73-94.

MOURÃO, R. R. F. A influência francesa na ciência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 170, n.444, 2009, pp. 307-334.

MARIZ, V. Napoleão e a Revolução Pernambucana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 170, n.444, 2009, pp. 203-220.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2010.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, [1845] 1980.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Martin Claret, [1847] 2008.

_____. **Introdução à contribuição à crítica da economia política**. In: MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Editora Expressão Popular, [1860] 2008.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARQUES, Maria I. C. **UFBA na memória (1946-2006)**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MARQUES, M. A. R.; MEDEIROS, A. D. S. Habermas e a teoria do conhecimento. **Educação Temática Digital**, Campinas, V.5, n.1, p.1-24, 2003.

MASSI, F. P. **Estrangeiros no Brasil**: a missão francesa na Universidade de São Paulo. 1991. 281f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MAXWELL, K. Conjuração Mineira: novos aspectos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 5, 1989, pp. 4-24.

MONDIN, B. **O problema histórico**. In: MONDIN, Batista. Introdução à filosofia: problemas, sistemas, autores e obras. São Paulo: Paulus, [1981] 2014.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2013.

MOREIRA, M. A. N. Dinâmica da ocupação do solo no Sertão Sisaleiro do Estado da Bahia (Nordeste do Brasil): estudo de caso nos municípios de valente e Santa Luz (1975-1986). In: LAGE et. al. **O sisal baiano**: entre natureza e sociedade, uma visão multidisciplinar. Salvador: Departamento de Geografia da UFBA, 2002.

MOURA, M. C. R. Imaginário napoleônico e tentativa de sedição no Pernambuco de 1817. In: **Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”**. Luiz C. L. Marques (Org.). Recife, 16 a 18 de novembro de 2011. p. 181-190.

NASCIMENTO, S. Semana da Arte Moderna de 1922 e o modernismo brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. **Gragoatá**, Niterói, n. 39, 2015, p. 376-391.

NEVES, G. P. Bahia, 1798: uma leitura colonial da Revolução francesa (a propósito da tradução portuguesa de um texto de Jean-Louis Carra). **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, 1989, pp. 121-126.

NEVES et. al. O medo dos “abomináveis princípios franceses”: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, 1989, pp. 113-120.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: UNICAMP, [1975] 1995.

_____. **Análise Automática do Discurso**. Campinas, SP: UNICAMP, [1969] 1997.

PENHA, E. A. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PENCK, W. **Die morphologische Analyse**. Stuttgart: Engelhorn, 1924.

PERRONE-MOISÉS, L (Org.). **Do positivismo à desconstrução**: as ideias francesas na América. São Paulo: EDUSP, 2004.

PITOL, A. C. M. **O exótico cruzou o Atlântico**: o embarque e a presença de ameríndios na Europa (séculos XV, XVI, XVII). 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná.

PORTO FILHO, Ubaldo M. O submarino que mudou o curso da história do Brasil. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

POLITZER, G. **Princípios Elementares de filosofia**. São Paulo: Editora Hemus, 1954.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RELPH, E. **Place and Placeness**. London, Pion, 1976.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1995] 2005.

RIOS, J. A. Saint-Hilaire no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 170, n.444, 2009, pp. 203-220.

ROCHA, D.; DEUSDARÀ, B. Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2005, p. 305-322.

ROCHA, W. J. S. F. [Ofício] 14 set. 1992, Feira de Santana [para] SILVA, M. A., Salvador. 1f. Parecer sobre o cancelamento do Projeto 11/85/91 do Acordo CAPES/COFECUB.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANT'ANNA, Silvio L. A cosmovisão dialético-materialista da história. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2010.

SANTOS, Milton. **Os estudos regionais e o futuro da Geografia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1953.

_____. **Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais: relatório ao Magnífico Reitor Edgard Santos**. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

_____. **Por uma Geografia nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, [1996] 2009.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, [1994] 1997.

_____. **O centro da cidade do Salvador: estudo de Geografia Urbana**. Salvador: Universidade da Bahia, 1958.

SCHAEFER, F. **Excepcionalismo em geografia**. Barcelona: Universitat de Barcelona Publicacions, [1957] 1988.

SCHWARCZ, L. Os franceses no Brasil de D. João. **Revista USP**, São Paulo, n.79, p. 54-69, 2008.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1987.

SILVA, M. A. **Milton Santos**. Cadernos de Geociências, Salvador, n. 6, 2001, p. 11-23.

_____. **Relatório do Projeto 11/85/91 Geografia do Acordo CAPES/COFECUB**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1992.

_____. O Acordo CAPES/COFECUB. In: LAGE et. al. LAGE et. al. **O sisal baiano: entre natureza e sociedade, uma visão multidisciplinar**. Salvador: Departamento de Geografia da UFBA, 2002.

_____. Impacto das atividades econômicas no Sertão Sisaleiro. In: LAGE et. al. **O sisal baiano: entre natureza e sociedade, uma visão multidisciplinar**. Salvador: Departamento de Geografia da UFBA, 2002.

_____. Gênese da Geografia urbana no Brasil: a contribuição dos grupos de pesquisa da Bahia. **Geotextos**, Salvador, vol.5, n.2, 2009, p. 131-146.

_____. Da concepção do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia (1956 – 1969). **Espaço Cultural Expogeo**, Salvador, n. 10, 1999, p. 103-113.

_____. Milton Santos. **Cadernos de Geociências**, Salvador, n. 6, 2001, p. 11-23.

SILVA, T. C. **Tricart (16/09/1920 – 06/05/2003): sua vida – sua obra**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 149-152, 2003.

SILVA, J. B. **França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SILVA, P. R. [Ofício] 9 set. 1992, Belém [para] SILVA, M. A., Salvador. 1f. Parecer sobre o cancelamento do Projeto 11/85/91 do Acordo CAPES/COFECUB.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SOUZA, A. N. **Percurso histórico do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo: contribuições da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de São Paulo**. 2015. 250 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, M. L. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 140-164.

SOTCHAVA, V. B. **L'étude des géosystèmes: stade actuel de la géographie physique complexe**. Izvestya Akad Nauk: SSSR, 1972.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos/Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, nº1, 1999.

SUPPO, Hugo R. A máquina diplomática cultural da Quarta República francesa e o Brasil (1946-1958). **Meridiano 47 (UnB)**, Brasília, v. 17, p. 1-19, 2016.

TAVARES, A. L. **França Brasil ao longo de cinco séculos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

THEVET, A. **Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

TREVISAN, A. Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. **Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, 2007, p. 9-32.

TRICART, J. La géomorphologie e le pensée marxiste. **La Pensé**, Strasbourg, n. 69, 1956.

_____. **Cours de géographie humaine**. Strasbourg: Université de Strasbourg, 1958.

_____. **La terre, planète vivante**. Paris: P.U.F., 1972.

_____. La géomorphologie dans le études intégrés d'aménagement du milieu naturel. **Annales de Géographie**, Paris, 82(452), 1973, pp. 421-453.

_____. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

_____. Paysage et écologie. **Revue de Géomorphologie Dynamique**, n.3, 1979, pp. 81-85.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. São Paulo, DIFEL, 1983.

TUONG, N. M. L'Agence de Coopérations culturelles et technique dans la problématique du développement. **Tiers-Monde**, Toulouse, t.20, n.78, 1979, pp. 330-335.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. A influência francesa no Estado brasileiro oitocentista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 170, n.444, 2009, pp. 203-220.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na Geografia urbana histórica. **Geotextos**, Salvador, vol.5, n.2, 2009, p. 147-157.

_____. **Dois séculos de Pensamento sobre a Cidade**. Salvador: EDUFBA/EDITUS, 2012.

VERDI, E. F. **Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo.

VESENTINI, J. W.. **Ensaio de Geografia Crítica**. História, Epistemologia e (Geo)política. São Paulo: Plêiade, 2009.

VITTE, A (org.). **Contribuições à história e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ZILES, U. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.